

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MÁRCIO OLIVEIRA DE CASTRO COELHO

TERENA E GUARANI NA RESERVA INDÍGENA DE ARARIBÁ  
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DA ALDEIA TEREQUÁ

São Carlos

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MÁRCIO OLIVEIRA DE CASTRO COELHO

TERENA E GUARANI NA RESERVA INDÍGENA DE ARARIBÁ  
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DA ALDEIA TEREQUÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) sob orientação do Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

São Carlos

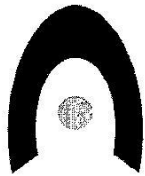
2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C672t Coelho, Márcio Oliveira de Castro  
Terena e Guarani na reserva indígena de Araribá :  
um estudo etnográfico da aldeia tereguá / Márcio  
Oliveira de Castro Coelho. -- São Carlos : UFSCar,  
2016.  
162 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de  
São Carlos, 2016.

1. Reserva indígena de Araribá. 2. Aldeia Tereguá.  
3. Mistura. 4. Socialidade. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL  
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676  
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil  
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

*Márcio Oliveira de Castro Coelho*

06/09/2016

Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion  
Orientador e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Paulo José Brando Santilli  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" / UNESP

Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva  
Universidade de São Paulo / USP

Submitida à defesa em sessão pública  
Realizada às 14:00h no dia 06/09/2016.

Banca Examinadora:  
Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion  
Prof. Dr. Paulo José Brando Santilli  
Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva

Homologado na CPG-PPGAS na  
\_\_\_\_\_ª Reunião no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello  
Coordenador do PPGAS



## **AGRADECIMENTOS**

Esse trabalho foi concluído com o apoio de inúmeras pessoas que devo agradecer, a começar pelos colegas indigenistas da Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Bauru (SP): Emilio, Sérgio, Anézio, Ivanilde, Nilza, Francisca, Mauria, Arnor, Ribeirudes, Patricia, Jupira, pessoas que dedicaram grande parte de suas vidas na defesa dos povos indígenas e, mesmo com todo o desmonte da FUNAI promovido pelo governo federal, continuam resistindo junto com os povos indígenas. Eles terão, sempre, o meu mais profundo respeito.

Aos colegas do PPGAS/UFSCar que me receberam e me ajudaram nessa nova caminhada, na travessia da ponte entre o indigenismo e a etnologia. Agradeço ao Prof. Geraldo Andrello, que me aceitou como aluno especial em sua disciplina de Etnologia; à colega doutoranda Amanda Danaga, que me falou sobre os Tereguá e a reserva indígena de Araribá e fez a primeira leitura do meu projeto de pesquisa, obrigado pelas dicas e orientações. Também devo agradecer ao colega Raphael Rodrigues pelo apoio na leitura desse trabalho com suas valiosas sugestões. Agradeço os professores do PPGAS/UFSCar: Felipe, Catarina, Paulo Santilli, Kike, Marina. Meus agradecimentos ao Fabio Urban, que sempre nos atendeu com todo carinho na secretaria do PPGAS.

Um agradecimento especial ao casal Gi e Ion, que me receberam em sua casa durante o curso, quando pudemos construir uma amizade eterna.

Ao meu orientador Edmundo Peggion, que de uma relação virtual em conversas por email, acabamos tendo um encontro pessoal que só a relação com os povos indígenas pode permitir. Obrigado por sua orientação e pela amizade.

Aos professores Felipe e Paulo Santilli pelas valiosas sugestões propostas durante o exame de qualificação. Muito obrigado.

Quero afirmar que a realização do curso de mestrado em antropologia social, do PPGAS/UFSCar, foi consequência de uma jornada como indigenista da FUNAI junto aos povos indígenas que pude ter contato, ficando na lembrança os momentos únicos na convivência com todos eles. São muitas recordações, mas gostaria de destacar uma frase dita por um indígena da etnia Paresi, *Haliti*, para minha esposa: “Márcio é que nem que índio”, o maior elogio que pude receber durante toda minha vida. Assim, deixo um agradecimento especial a todos esses povos, que continuam resistindo frente a todos os ataques desferidos contra eles.

Esse trabalho foi resultado de uma convivência com famílias da aldeia Tereguá na reserva indígena de Araribá. Especialmente com a família de João Caetano e Eva Lulu Caetano, que me receberam em sua casa e me deram todo o apoio durante a pesquisa de campo. Meus sinceros agradecimentos ao cacique dessa aldeia, Lauro Eloi e sua esposa Emilia Marcolino Eloi, ao vice diretor da Escola Estadual Indígena da aldeia Tereguá, Richard Caetano. Agradeço também a Patrícia Lipu, Ovídio Lipu, Anildo Lulu, Edeltrudes Sebastião, Marina Lulu, Maria Lulu, Edson Sebastião, Lais Gabriel, Jhonathan Feliciano Marcolino, Dulce Maria da Rocha e toda comunidade.

Finalmente quero agradecer a minha família, filhos, noras, genro e netos, com um agradecimento especial para minha esposa Geralda pelo seu apoio, carinho, paciência e amor.

*Ao anoitecer, deitado na rede dentro de uma casa comunal, Hati, ouvindo os Paresi conversarem. Os que foram caçar ou pescar falam de suas aventuras, as mulheres conversam animadamente sobre suas andanças pelo cerrado na coleta de frutos, os velhos cantam o passado e transmitem o conhecimento de seu povo, as lideranças discutem os problemas que ameaçam seu povo e seu território e as crianças brincam, ouvem e aprendem. (COELHO, 2003: 13).*

## **ABREVIATURAS**

AGU/PGF/PFE/FUNAI – Advocacia Geral da União/ Procuradoria Geral Federal/  
Procuradoria Federal Especializada/FUNAI – Regional em Itanhaém/SP  
CORLIS/FUNAI – Coordenação Regional do Litoral Sul/FUNAI  
CTL/FUNAI – Coordenação Técnica Local/FUNAI  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
PPGAS – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social  
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena  
SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais  
SPI – Serviço de Proteção aos Índios  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados  
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos  
UNB – Universidade de Brasília  
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
USC – Universidade do Sagrado Coração  
USP – Universidade de São Paulo

## RESUMO

Essa dissertação tem como base analítica a formação histórica da Reserva Indígena Araribá, localizada no município de Avaí (SP), focando nas relações ocorridas entre os grupos Terena e Guarani, que vão dar origem à formação de uma aldeia denominada Tereguá, onde, teoricamente, habitariam os indivíduos resultantes da mistura ocorrida entre esses grupos étnicos. A reserva de Araribá foi criada em 1913 pelo órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, primeiramente Serviço de Proteção aos Índios - SPI (1910-1967) e depois a Fundação Nacional do Índio - FUNAI (1967 em diante), em terras chamadas devolutas pertencentes ao estado de São Paulo num processo de territorialização da população indígena Guarani que se encontrava dispersa entre o oeste paulista, norte do Paraná e leste de Mato Grosso do Sul. A reserva Araribá, inicialmente ocupada por famílias Guarani, acabou agregando famílias Terena trazidas pelo SPI, a partir dos anos 1930, de Mato Grosso (do Sul), sendo que regionais brasileiros também foram incorporados por casamentos interétnicos. Atualmente, a reserva de 1.930 hectares, com uma população de cerca de 600 pessoas, está dividida em quatro aldeias: Kopenoti e Ekeruá ocupadas por famílias Terena; Nimuendajú ocupada por famílias Guarani e Tereguá ocupada por famílias Terena, Guarani e aquelas nas quais ocorreu a mistura entre esses dois grupo étnicos. As fontes utilizadas são bibliográficas e etnográficas, a partir de uma observação participante e conversas com os indígenas durante a pesquisa de campo. O trabalho procura fazer uma etnografia da comunidade Tereguá, destacando sua formação histórica e suas relações, estabelecidas no interior da reserva, com as outras aldeias.

**Palavras-chave:** Reserva indígena de Araribá; Aldeia Tereguá; Mistura; Socialidade.

## ABSTRACT

This dissertation is analytically the historical formation of the Indian Reserve Araribá located in the municipality of Avai (SP), focusing on the relationships that occur between Terena and Guarani groups that will lead to the formation of a village called Tereguá where, theoretically, individuals inhabit the mixing occurred between these ethnic groups. The reserve Araribá was created in 1913 by the official indigenous agency of the Brazilian state, first the Indian Protection Service - SPI (1910-1967) and then the National Indian Foundation - FUNAI (1967 onwards), on land belonging to the unoccupied calls state of São Paulo in territorialization process of the Guarani indigenous population that was scattered between the São Paulo west, north of Parana and east of Mato Grosso do Sul. Araribá reserve, initially occupied by Guarani families, eventually adding Terena families brought by SPI, from the 1930s, from Mato Grosso (South), and Brazilian regional were also incorporated by intermarriage. Currently, the reserve of 1.930 hectares, with a population of about 600 people, is divided into four villages: Kopenoti and Ekeruá occupied by Terena families; Nimuendajú occupied by families Guarani and Terena Tereguá occupied by families, Guarani and those in which there was a mix between these two ethnic groups. The sources used are literature and ethnographic, from a participant observation and conversations with the Indians during the research field. The work seeks to make an ethnography of Tereguá community, highlighting its historical formation and their relationships, established inside the reserve, with the other villages.

**Keywords:** Indian Reservation Araribá; Tereguá village; Mixture; Sociality.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
NOTA SOBRE A GRAFIA .....	11
1 INTRODUÇÃO .....	12
1.1 ANTROPOLOGIA E INDIGENISMO.....	15
1.2 BIBLIOGRAFIA SOBRE ARARIBÁ NOS ANOS 1970 .....	17
1.3 UMA REFLEXÃO SOBRE O ETNÔNIMO TEREGUÁ .....	22
2 RESERVA INDÍGENA DE ARARIBÁ: UM BREVE HISTÓRICO.....	34
2.1 NIMUENDAJÚ E OS APAPOCUVA.....	34
2.2 A MIGRAÇÃO GUARANI ATÉ ARARIBÁ .....	37
2.3 A CHEGADA DOS TERENA.....	45
2.4 LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA .....	53
2.5 DADOS POPULACIONAIS.....	61
2.6 ARARIBÁ: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.....	69
3 A ALDEIA TEREGUÁ .....	75
3.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA ALDEIA TEREGUÁ .....	83
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA TEREGUÁ .....	89
3.3 RELAÇÕES DE HISTÓRIA E PARENTESCO .....	95
4. A QUESTÃO DA MISTURA NA ALDEIA TEREGUÁ .....	102
4.1 A FAMÍLIA CAETANO LULU .....	105
4.2 GENEALOGIAS .....	113
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	119
ANEXOS.....	123
ANEXO A - Decreto nº 2.371-F .....	123
ANEXO B – MAPAS.....	124

1. Mapa da Povoação Indígena Araribá (CARVALHO, 1979: 89) .....	124
2. Mapa histórico da Terra Indígena Araribá (PGAT, 2011) .....	125
3. Mapa da revisão de limites da Terra Indígena Araribá (PGAT, 2011) .....	126
ANEXO C - RELAÇÃO DE FAMÍLIAS DO POSTO INDÍGENA ARARIBÁ .....	127
ANEXO D - CROQUI DA ALDEIA TEREQUÁ .....	141
ANEXO E - NOTA Nº 050/2013 – AGU/PGF/PFE/FUNAI – ITANHAÉM/SP .....	142
CADERNO DE FOTOGRAFIAS .....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	157
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS .....	162



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: FOTOGRAFIA DA CAPA DO CD DA BANDA TEREQUÁ.....	26
FIGURA 2: OS IRMÃOS FORMADORES DA BANDA TEREQUÁ E A VOCALISTA. ALDEIA TEREQUÁ, ABRIL DE 2015. FOTO DO AUTOR. ....	28
FIGURA 3: MAPA NIMUENAJÚ ([1912] 1978: 33) ROTA DE DESLOCAMENTO DOS APAPOCUVA DO MS AO LITORAL (EM VERDE); ALDEIAS GUARANI (CÍRCULOS LARANJA); PRINCIPAIS CIDADES (PONTOS VERMELHOS). FONTE: VEIGA, 2013: 76. ....	40
FIGURA 4: MAPA DO ESTADO DE SÃO PAULO COM A OCUPAÇÃO GUARANI (CÍRCULO VERMELHO). ONDE SE ENCONTRA A REGIÃO DA RESERVA DE ARARIBÁ. FONTE: MAPA ETNO-HISTÓRICO DO BRASIL. IBGE. NIMUENAJU, C. 1981. ....	42
FIGURA 5: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AVAÍ NO ESTADO DE SÃO PAULO. ....	54
FIGURA 6: LOCALIZAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA ARARIBÁ NO MUNICÍPIO DE AVAÍ/SP. EM DESTAQUE O CÓRREGO ARARIBÁ, O RIO BATALHA E A FERROVIA. FONTE: BERTONCINI, 2003: 5.....	55
FIGURA 7: PLACA DA ENTRADA DA ALDEIA KOPENOTI, TRAZENDO OS NOMES DAS PRIMEIRA FAMÍLIAS TERENA QUE CHEGARAM NA RESERVA DE ARARIBÁ, DENOMINADOS "FUNDADORES TERENA". FOTO DO AUTOR. ....	65
FIGURA 8: CASA DA ANTIGA SEDE DO POSTO INDÍGENA ARARIBÁ, DEPOIS DENOMINADO KOPENOTI. FOTO DO AUTOR. ....	70
FIGURA 9: FACHADA DA CASA DA ANTIGA SEDE DO POSTO INDÍGENA ARARIBÁ. FOTO DO AUTOR. ....	71
FIGURA 10: DESENHO DO CROQUI DA ALDEIA EKERUÁ. FONTE: <a href="http://familiaekerua.blogspot.com.br">HTTP://FAMILIAEKERUA.BLOGSPOT.COM.BR</a> . ....	72
FIGURA 11: IMAGEM DA ALDEIA EKERUÁ. FONTE: GOOGLE EARTH. ....	72
FIGURA 12: PLACA DA ENTRADA DA ALDEIA TEREQUÁ. FOTO DO AUTOR.....	75
FIGURA 13: BANDEIRA COM A SIMBOLOGIA "TEREQUÁ". FOTO DO AUTOR. ....	76
FIGURA 14: BANNER DA ALDEIA EKERUÁ. FOTO DO AUTOR. ....	78
FIGURA 15: IMAGEM AÉREA DA ALDEIA TEREQUÁ, DESTACANDO O NÚCLEO CENTRAL DA ALDEIA (CÍRCULO VERMELHO) E AS ÁREAS OCUPADAS PELOS “TRONCOS”	

FAMILIARES TERENA: CIRIACO LULU E HEITOR SEBASTIÃO, A PARTIR DE 1958 (CÍRCULOS AZUIS). FONTE: GOOGLE EARTH. ....	88
FIGURA 16: EM DESTAQUE AS ÁREAS OCUPADAS PELOS “TRONCOS” FAMILIARES TERENA: CIRIACO LULU (A DIREITA) E HEITOR SEBASTIÃO (A ESQUERDA), TENDO ACIMA O LIMITE COM A ALDEIA NIMUENDAJÚ DEMARCADO PELA ESTRADA DE FERRO, AO LADO ESQUERDO A RODOVIA VICINAL QUE LIGA A SP-294 AO MUNICÍPIO DE AVAÍ/SP. FONTE: GOOGLE EARTH. ....	89
FIGURA 17: EM DESTAQUE O NÚCLEO CENTRAL DA ALDEIA TEREQUÁ. FONTE: GOOGLE EARTH.....	89
FIGURA 18: MODELO DE CASA CONSTRUÍDA PELO CDHU NAS ALDEIAS DA RESERVA ARARIBÁ. FONTE: WWW.CDHU.SP.GOV.BR. ....	91
FIGURA 19: CASA DO MEL. FOTO DO AUTOR.....	92
FIGURA 20: ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA TEREQUÁ. FOTO DO AUTOR. ....	93
FIGURA 21: ANTIGA CASA DE REZA GUARANI NA ALDEIA TEREQUÁ. UTILIZADA ATUALMENTE PARA APRESENTAÇÃO DE DANÇAS GUARANI DURANTE A FESTA DO DIA DO ÍNDIO. FOTO EXTRAÍDA DO ESTUDO ETNOECOLÓGICO DA TERRA INDÍGENA ARARIBÁ (LADEIRA, 2006: 3-12).....	94
FIGURA 22: ESPAÇO DA ANTIGA CASA DE REZA GUARANI NA ALDEIA TEREQUÁ. FOTO DO AUTOR. ....	94
FIGURA 23: IGREJA "SÓ O SENHOR É DEUS" – ISOSED ALDEIA TEREQUÁ. FOTO DE ARNOLD PEREIRA, 2014. ....	95
FIGURA 24: IGREJA PRESBITERIANA RENOVADA. FOTO DO AUTOR. ....	96
FIGURA 25: FOTO DO CASAMENTO DE EVA LULU E JOÃO CAETANO EM 1969. FOTO CEDIDA PELO CASAL. ....	109
FIGURA 26: FOTO DO CASAL EVA LULU E JOÃO CAETANO EM 2015. FOTO DO AUTOR. ....	109
FIGURA 27: CIRIACO E HELENA LULU. FOTOS CEDIDAS POR MARINA LULU.....	110
FIGURA 28: CASA DO CASAL EVA E JOÃO CAETANO. FOTO DO AUTOR. ....	111

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS CASAS NA POVOAÇÃO INDÍGENA ARARIBÁ. FONTE: CARVALHO, 1976:86.....	21
TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR ETNIA. FONTE: RANGEL, 1984: 87 .....	21
TABELA 3: POPULAÇÃO GUARANI (1906 - 1974). FONTE: DINIZ, 1976: 131. ....	62
TABELA 4: POPULAÇÃO TERENA (1932 - 1974). FONTE: DINIZ, 1976: 132. ....	64
TABELA 5: POPULAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA ARARIBÁ. FONTE: STUCCHI, 2011: 72. ...	66
TABELA 6: CENSO DA POPULAÇÃO DA RESERVA DE ARARIBÁ. RELATÓRIO APRESENTADO PELO CHEFE DA 12ª DELEGACIA REGIONAL DA FUNAI (BAURU/SP) EM NOVEMBRO DE 1983.....	67
TABELA 7: POPULAÇÃO NA TERRA INDÍGENA ARARIBÁ. FONTE: <a href="http://ti.socioambiental.org.br">HTTP://TI.SOCIOAMBIENTAL.ORG.BR</a> .....	68

## APRESENTAÇÃO

No final de 2010, ao concluir um curso de pós-graduação (*lato sensu*) em Antropologia, comecei a pesquisar sobre os chamados povos indígenas “ressurgidos” ou “resistentes”, após ter tido contato com representantes do povo Puruborá, no estado de Rondônia. Os Puruborá, povo pertencente ao tronco Tupi e a família linguística Puruborá, haviam sido dados como extintos pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, no final da década de 1940.

Em 2012, ao ingressar como aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, pretendia construir um projeto de pesquisa voltado para a compreensão desse povo “ressurgido”, mas a partir do contato com os colegas e professores do PPGAS/UFSCar, muitas informações foram sendo recebidas sobre a Reserva Indígena de Araribá, situada no município de Avaí (SP), cerca de 40 km do município onde resido, Bauru (SP). Nesta reserva residem indígenas das etnias Guarani e Terena, distribuídos em quatro aldeias: Kopenoti, Nimuendajú, Ekeruá e Tereguá, sendo que foi a partir das relações entre esses dois grupos na aldeia Tereguá que se cunhou o etnônimo Tereguá (supostamente para definir pessoas resultantes dos casamentos ocorridos entre indivíduos pertencentes a esses grupos).

No processo seletivo para ingresso no Mestrado em Antropologia Social, em 2014, apresentei um projeto de pesquisa com o objetivo de analisar a formulação deste etnônimo, tendo como base as relações existentes entre esses dois grupos indígenas presentes na reserva de Araribá, Terena e Guarani.

Esse projeto de pesquisa teve como base analítica a formação histórica da Reserva Indígena de Araribá, sem, contudo, posicionar a história dos grupos Terena e

Guarani como tema principal. O contexto da política indigenista aqui analisada foi efetivada pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN, criado em 20 de junho de 1910, que em 1918 passou a chamar-se apenas Serviço de Proteção aos Índios – SPI, e depois pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, criada em dezembro de 1967.

Nesse sentido, a partir da iniciativa do governo brasileiro em promover, na primeira metade do século XX, a interação desses grupos indígenas sem antagonismos históricos numa mesma Reserva Indígena, pretendemos analisar as consequências para ambos os grupos nessa convivência forçada.

Na introdução vamos expor um resumo de uma caminhada indigenista por cerca de 10 anos de trabalho na FUNAI, que nos levou a conhecer o trabalho realizado por vários antropólogos e que nos fez buscar uma formação nessa área. Trataremos também de uma parte da bibliografia sobre a Reserva Indígena de Araribá, anos 1970, que tivemos acesso e que nos permitiu observar as relações ocorridas entre os grupos Guarani e Terena. No final da introdução, apresentamos uma reflexão sobre o etnônimo Tereguá, que acabou denominando uma das aldeias em Araribá.

No primeiro capítulo apresentamos um breve histórico de ocupação dos Guarani e dos Terena no território da reserva de Araribá, com sua localização e situação fundiária.

Realizada a pesquisa de campo, entre os meses de março e junho de 2015, especificamente na aldeia Tereguá, apresentamos, a partir do segundo capítulo, um relato etnográfico que procura demonstrar uma relação de história e parentesco entre os Terena e Guarani, tendo por base as genealogias construídas durante a pesquisa. Assim, procuraremos demonstrar a formação dessa aldeia e as relações existentes entre esses

grupos através das alianças matrimoniais interétnicas, que levaram à formulação do etnônimo Tereguá.

O terceiro capítulo abordará alguns aspectos da formação da aldeia Tereguá, apresentando um croqui da aldeia (Anexo D), que nos permitirá observar sua organização social e política, destacando as ocupações mais antigas dos “troncos” Terena, representados pelas famílias de Ciriaco Lulu e Heitor Sebastião.

No quarto capítulo, iremos debater a questão da “mistura” tendo por base genealogias das famílias que formaram a aldeia Tereguá, fazendo uma relação com a genealogia Guarani e Terena apresentada no trabalho realizado por Diniz (1976: 141 e ss.), que também utilizou esse procedimento de pesquisa.

## NOTA SOBRE A GRAFIA

Os termos grafados em *itálico* referem-se às expressões nativas; os termos entre aspas são usados como forma de expressar que o uso da palavra enunciada está sob ressalva, isto é, indica que a palavra está sendo tomada fora de seu sentido habitual.

As palavras apresentadas nas línguas Tupi-Guarani e Terena, da mesma forma quanto às expressões nativas, também são grafadas em *itálico*. Exemplo: *Nhanderu* e *Koixumonety*.

No que diz respeito às diferenças entre etnônimo e tronco linguístico, utilizo Tupi-Guarani com hífen para me referir à família linguística pertencente ao tronco Tupi. Guarani é utilizado como referência a uma identidade, à autodenominação dos índios.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo de 10 anos, 1985 a 1995, pude conhecer e trabalhar com alguns grupos indígenas no Brasil. O início foi em 1985, quando participei de um concurso público na cidade do Rio de Janeiro, realizado pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, no qual fui aprovado para participar do X Curso de Indigenismo em Brasília (DF). Esse curso foi coordenado pelo Indigenista/Antropólogo Ezequias Paulo Heringer Filho, conhecido pela alcunha de “Xará”, que frequentou a Escola de Aplicação da Universidade de Brasília – UnB, criada por Darcy Ribeiro. Lá ele estudou Artes e Antropologia e integrou a primeira turma do Curso de Indigenismo realizado pela FUNAI em 1972, ajudando a “construir uma ponte entre antropólogos e indigenistas”<sup>1</sup>.

O X Curso de Indigenismo foi realizado em duas etapas, sendo que a primeira foi desenvolvida a partir de um curso teórico com o objetivo de capacitar o futuro Técnico em Indigenismo a compreender e atuar em áreas indígenas. Numa segunda etapa, realizamos um estágio de campo de três meses em área indígena, quando pudemos realizar um exercício de observação etnográfica e participar dos trabalhos desenvolvidos pela FUNAI.

Em linhas gerais, o Indigenista da FUNAI, deveria coordenar os trabalhos assistenciais desenvolvidos nas áreas indígenas e assessorar as comunidades indígenas no seu contato com a sociedade envolvente. Esse profissional deveria ter sensibilidade para entender e respeitar a diversidade cultural das comunidades indígenas atendidas pelas 14 delegacias regionais, 11 ajudâncias, 04 parques e 160 postos indígenas (extintos através do Decreto N° 7.056 de 28/12/2009).

---

<sup>1</sup> Essa afirmação foi feita pelo antropólogo Mércio Pereira Gomes, ex-Presidente da FUNAI (setembro de 2003 a março de 2007). Disponível em: <merciogomes.blogspot.com.br>. Acesso em: 8 ago. 2015.



O estágio de campo foi realizado na Área Indígena de Serra Morena, situada na margem direita do rio Aripuanã, norte do estado de Mato Grosso, junto aos Cinta Larga, grupo indígena Tupi pertencente à família linguística Tupi Mondé, tendo como vizinhos os Surui, falantes da mesma língua. Durante o estágio de campo, além de observarmos o trabalho desenvolvido pela FUNAI, deveríamos elaborar um relatório que serviria como forma de avaliação final do curso, contendo treze itens a serem descritos.

1. Terra – situação (identificada? demarcada? homologada? presença branca na área?);
2. Meios de comunicação- acesso e distância da cidade mais próxima. (Rádio? Pista de pouso?);
3. Saúde – diagnóstico da área;
4. Meios de subsistência – agricultura (roças individuais ou coletivas), caça, coleta, pesca, pecuária;
5. Antropologia – observações da cultura do grupo indígena;
6. Língua – identificar a língua (tronco linguístico), número de falantes nativos, línguas faladas na área, fazer um levantamento fonético (30 a 50 palavras e 10 a 20 frases), elaborar o quadro fonético da língua;
7. Educação – descrição do prédio escolar, professor/monitor (atividades que exercem fora da escola, estudou onde), quantidade de alunos por turmas, programa escolar, material didático (que língua, quem produziu), existe missão religiosa na área? (que atividades executa com os alunos na área), a FUNAI controla as atividades da escola? (são feitos relatórios?);
8. Informações sobre a sociedade envolvente;
9. Relações intertribais;
10. Papel da FUNAI na área (preenche as expectativas da comunidade?);
11. Outras entidades que atuam na área;
12. Curso de Indigenismo (avaliação do curso teórico);
13. Apontamentos gerais (visão crítica do próprio estagiário).

A estrutura do relatório que nos foi solicitado encaminhou para um trabalho de maior conteúdo em relação à língua indígena, que foi o tema mais trabalhado durante o curso teórico pelos professores Márcio Ferreira da Silva, Ruth Maria Fonini Monserrat, Darci Secchi e Bruna Franchetto. Na área de antropologia tivemos como professores

Carmem Sylvia de Alvarenga Junqueira, Betty Mindlin e Carlos de Araújo Moreira Neto, sendo que Carmem e Betty nos ajudaram bastante durante o estágio. Eu e meu colega Renato Sanchez fizemos estágio em áreas indígenas próximas, sob a administração da FUNAI localizada no distrito de Riozinho, município de Cacoal (RO), com os grupos indígenas Cinta Larga e Surui, de forma que os trabalhos produzidos sobre esses grupos por Carmem Junqueira e pela Betty Mindlin, respectivamente, serviram como base teórica para nosso estágio. Além desses professores, tivemos a orientação de diversos Indigenistas como André Villas-Bôas, Marina Kahn, Izanoel dos Santos Sodré, Guilherme Carrano, Fernando Schiavini, dentre outros.

Passado o período de estágio na área indígena de Serra Morena, fui enviado para Manaus (AM), quando passei a conhecer o trabalho desenvolvido pela Casa do Índio de Manaus, jurisdicionada à Delegacia Regional da FUNAI que, à época, realizava atendimento de saúde e servia como alojamento para os indígenas que se encontravam em trânsito. Já no final de 1985, numa viagem de barco que durou uma semana subindo o rio Negro, fui enviado para a Ajudância do Rio Negro, situada no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), quando pude observar o trabalho realizado pela FUNAI naquela região do país.

Após o término do processo de seleção, descrito anteriormente, fomos admitidos no cargo de Técnico de Indigenismo no quadro de pessoal da FUNAI, sendo que fui lotado na 5ª Delegacia Regional com sede no município de Cuiabá (MT), quando então assumi a chefia do Posto Indígena Perigara, na Reserva Indígena de mesmo nome, junto ao povo Bororo, grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê. Durante o período que exerci o cargo de Técnico de Indigenismo na FUNAI, 1985 a 1995, estive também trabalhando como Chefe do Posto Indígena Capitão Pedro, na Área Indígena Vale do Guaporé, estado do Mato Grosso, junto ao povo Mamaindê, os Nambiquara do

Norte, pertencente à família linguística Nambiquara. Trabalhei também no Setor de Educação da Administração Regional de Amambai (MS), que atendia o povo Guarani Kaiowá, grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Tupi e a família linguística Tupi-Guarani. Em seguida, fui transferido para a Assessoria de Planejamento da 2ª Superintendência Regional em Cuiabá, estado de Mato Grosso, quando fui nomeado Administrador Regional da FUNAI em Tangará da Serra, estado de Mato Grosso, que atendia os povos Paresi, Irantxe, Myky e Umutina.

## **1.1 ANTROPOLOGIA E INDIGENISMO**

Passada essa experiência indigenista de 10 anos na Fundação Nacional do Índio, conclui minha licenciatura em História, iniciada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus do município de Dourados, atual UFGD. Fiz um Curso de Especialização em Antropologia na Universidade do Sagrado Coração – USC, no município de Bauru (SP), que acabou me levando a buscar uma formação nessa área em nível de mestrado, de forma a poder trabalhar com uma disciplina do curso denominada Antropologia dos Grupos Étnicos Brasileiros/Etnologia Indígena.

Um caminho trilhado entre o Indigenismo e a Antropologia, confrontando uma longa experiência de campo, que permeou uma militância junto aos povos indígenas e um trabalho como executor da política indigenista do governo brasileiro, até chegar à academia no curso de mestrado em antropologia social/etnologia indígena. Uma travessia que coloca a questão indígena num amplo campo de debate político envolvendo diferentes organismos, governamentais e não governamentais, além de diversas instituições de pesquisas e universidades. Um caminhar por aquela ponte que o “Xará” pretendeu construir entre indigenistas e antropólogos.

Esse confronto, mesmo temporalmente distanciado dos debates atuais, ainda pode ser trazido algo ao debate quanto à questão das novas modalidades de luta dos povos indígenas, como afirma o antropólogo Gersem José dos Santos Luciano, indígena do povo Baniwa, pertencente a família linguística Aruak.

Os antropólogos e os indigenistas ativos e militantes têm uma importante participação na emergência de novas formas de organização e de luta de resistência e de reafirmação étnica e identitária dos povos indígenas que tem resultado em perspectivas mais otimistas aos povos indígenas enquanto povos etnicamente particulares. O movimento e as organizações indígenas são exemplos concretos dos resultados da parceria entre os povos indígenas, antropólogos e indigenistas. Esses atores continuam essenciais para o avanço e consolidação dessas novas modalidades de luta indígena. (LUCIANO, 2008: 4)

Nesse momento, não mais em relação aos projetos econômicos que acabaram impactando territórios e comunidades indígenas ou em relação aos trabalhos de antropologia aplicada que definiram novos modelos de ação indigenista, mas agora numa parceria com as organizações indígenas e indigenistas, visando utilizar todo o conhecimento acumulado na consolidação das lutas indígenas no Brasil.

Nesse sentido, buscando uma inserção nesse processo, acabei me inscrevendo como aluno especial no PPGAS/UFSCar na disciplina de Etnologia Indígena: Ritual e Parentesco, ministrada pelo Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello no primeiro semestre de 2012. Em seguida, com a construção do projeto de pesquisa sob a orientação do Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion, participei do processo seletivo, ingressando no curso de Mestrado em Antropologia Social em 2014.

Com a produção desse texto, não estaremos apenas atravessando uma ponte entre o indigenismo e a antropologia, entre a aldeia e a academia, mas buscaremos criar uma conexão entre o indigenista e o aspirante a etnólogo.

## 1.2 BIBLIOGRAFIA SOBRE ARARIBÁ NOS ANOS 1970

Além do material existente nos relatórios do Serviço de Proteção aos Índios – SPI e matérias veiculadas em jornais do início do século passado, encontramos no acervo da CTL/FUNAI em Bauru, alguns trabalhos realizados sobre a Reserva Indígena de Araribá, dos quais gostaríamos de destacar três trabalhos produzidos nos anos 1970, que foram os primeiros trabalhos acadêmicos de pesquisa sobre a reserva de Araribá.

Um dos primeiros trabalhos sobre a Reserva Indígena de Araribá é a Tese de Livre-Docência de Edson Soares Diniz, apresentada na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP de Marília, em março de 1976. Com o título “Dependência e Destino: os Guarani e os Terena do Araribá”, essa tese apresenta alguns aspectos da vivência entre os dois grupos indígenas e algumas características locais da interação entre os Guarani e Terena, passando pela situação regional e pelo seu contexto histórico de ocupação da região da reserva de Araribá.

Diniz (1976), na avaliação final de seu trabalho, traduz a imagem oferecida das culturas Terena e Guarani como a de um “condenado algemado e amordaçado, sem condições de reação e que, consciente ou inconscientemente, a cada passo mais se aproxima do patíbulo”. O autor deixa um questionamento que procuraremos responder no decorrer dessa dissertação quanto às relações existentes entre essas comunidades indígenas e a sociedade envolvente.

Que destino os aguardará? Há uma tendência para a crescente inserção na sociedade envolvente, mas em que situação? Assimilados? Como minorias desprezadas? Ou uma variante da população regional? (Diniz, 1976: 94).

Outro trabalho existente sobre Araribá foi realizado por João Francisco Tidei Lima, uma dissertação de mestrado na área de História Social apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, no ano

de 1978, sob o título de “A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru”. Inicialmente, este trabalho estava voltado “para um estudo das origens históricas de Bauru e de sua constituição como estrutura agrária e como núcleo urbano” (1978: I), conforme descrito pelo autor em suas considerações preliminares, mas acabou voltando-se para a questão relativa aos indígenas existentes na região de Bauru devido aos conflitos que acabou descobrindo existir em relação a posse das terras chamadas devolutas.

O autor se reporta basicamente à história do grupo indígena Kaingang, conhecidos também como “os Coroados” quando trata da destruição dos índios na região de Bauru, devido à chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Esse grupo indígena também aparece citado em outros textos como “os Coroados”, que Luiz Bueno Horta Barbosa, Inspetor de Índios do SPI, afirma que essa denominação foi utilizada de forma imprópria.

Porquanto homens e mulheres usam o cabelo aparado à moda que dizemos ‘inglesa’ [...] a única explicação que pode ter esse nome, reside no fato de trazerem os meninos Caingangues a cabeça raspada e deixando-se-lhes uma orla em volta do crâneo. Dada a maior facilidade de se aprisionarem crianças, conjecturo que por aí foram os bugreiros induzidos a supor que também os adultos reproduziam esse uso. (TIDEI de LIMA, 1978: 35) (grifo do autor)

Num trecho mais a frente, Tidei de Lima (1978: 132) faz referência aos Guarani do Araribá, trazendo a questão do surgimento de uma nova política indigenista devido ao recrudescimento dos conflitos surgidos com o avanço da construção da estrada de ferro.

A triste saga dos Guaranis – ou do que sobrou deles – seria amenizada, em parte, graças à ação pessoal de Curt Nimuendajú [...] O antropólogo procurou reuní-los – eram 67 ao todo, em 1907 – numa aldeia em Araribá, origem do núcleo que se conserva até hoje.

Entre “Dependência e Destino”, escrito em 1976, e “A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru”, escrito em 1978, trabalhos elaborados a

pouco mais de 30 anos, podemos verificar que toda a terra foi ocupada, restando apenas 1.930 hectares de uma reserva para os Guarani e os Terena na região de Bauru. Eles construíram um destino sem a dependência proposta por Diniz (1976: 93), que previa um “processo de integração de modo irreversível, dentro de suas possibilidades, à sociedade dominante”. Os Guarani e os Terena não se tornaram trabalhadores nacionais sem identidade.

Outro trabalho, que faz referência à reserva de Araribá, foi publicado pela Editora Paz e Terra em 1979, sob o título de “As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo”. Esse trabalho apresenta a tese de doutoramento de Edgard de Assis Carvalho apresentada, em 1974, à cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP).

O objeto desse trabalho foi “o estudo das transformações econômicas sofridas pelos Terena, no Posto Indígena Araribá” (CARVALHO, 1979: 20), a partir de suas relações com a sociedade envolvente. Dessa forma, após a realização de um trabalho de campo em 1973 junto ao Posto Indígena Araribá, Carvalho buscou “identificar as atividades econômicas desenvolvidas dentro da reserva, assim como as relações com o sistema nacional” (1979: 20).

Em 1919, como escreve Carvalho (1979: 72), os Guarani são vencidos pela epidemia de gripe espanhola, “provocando o despovoamento quase total do Posto Indígena Araribá”. Como alternativa, o SPI apoiado nas ideias de Rondon, resolve trazer os Terena de Mato Grosso (do Sul) para Araribá, de forma a impedir que houvesse uma invasão na reserva, conforme descrita em relatório do diretor do SPI.

Não somente os grileiros pretendiam apossar-se das terras da povoação do Araribá. Também os vizinhos dessa povoação, alegando imaginários direitos, perturbaram a posse pacífica dessas terras por parte do Serviço de Proteção aos Índios. (CARVALHO, 1979: 73)

Assim, a partir de 1930, os Terena chegam a Araribá como uma alternativa de permanência da reserva para a ocupação dos índios sob a proteção do SPI, como um reforço na força de trabalho local e pelo “papel inovador que podiam representar, dada a singularidade de seu desenvolvimento cultural” (CARVALHO: 1979: 75).

As relações econômicas, que envolvem a mão de obra indígena ao sistema capitalista, que podemos observar nos trabalhos escritos na década de 1970, citados anteriormente, não farão parte dessa dissertação. Mas a partir da pesquisa de campo, podemos dizer que os Terena conseguiram se organizar diante do sistema econômico envolvente, buscaram parcerias junto aos órgãos de fomento e incentivo a agricultura familiar e, atualmente, encontramos projetos que permitem “produzir para o consumo e produzir para o mercado” (CARVALHO, 1979: 104), voltaremos a essa questão no decorrer desse trabalho.

A partir das relações que irão se estabelecer entre os Guarani e Terena através das alianças matrimoniais, vamos encontrar em Diniz (1976: 60-62) alguns dados extraídos de sua pesquisa de campo que fazem referência aos “casamentos interétnicos”. Assim, foram sendo formadas novas aldeias, sendo que a mais recente, formada no final de 2002, recebeu o nome de Tereguá fazendo menção a essa “mistura” ocorrida entre os Terena e os Guarani, que será o objeto de nosso trabalho.

No trabalho de Carvalho (1979:89), vamos encontrar um mapa da povoação indígena de Araribá (ver anexo B), que apresenta a distribuição de 44 casas no território da reserva, existentes durante sua pesquisa de campo. Neste mapa, a casa de número 22, que pertenceria ao indígena Terena Protásio Antonio, que aparece no quadro de distribuição das casas (Tabela 1) como sendo a única casa Terena / Guarani.

Na genealogia Terena apresentada por Diniz (1976: 145-149), está demonstrada essa união de Protásio Antonio com uma indígena Guarani, que não está identificada,



mas numa relação de famílias do Posto Indígena Araribá/Aldeia Terena, encontrada no acervo da CTL/FUNAI/Bauru, datada de agosto/1987 (Anexo C), identificamos essa Guarani como sendo Dirce Antonio. Os filhos dessa união, 03 homens e 03 mulheres, no entendimento de Diniz (1976), seriam reconhecidos como Terena.

**Tabela 1: Quadro de distribuição das casas na Povoação Indígena Araribá. Fonte: CARVALHO, 1976:86.**

GRUPOS	NÚMERO DE CASAS
Terena	27
Guarani	9
Terena / Civilizado	4
Terena / Guarani	1
Caingangue	2
Guarani / Caingangue	1
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>

Rangel (1984) elabora um quadro populacional da reserva de Araribá, que apresenta “um alto grau de mestiçagem, principalmente com civilizados”, mas que também demonstra vários casamentos interétnicos (Tabela 2).

**Tabela 2: Distribuição da população por etnia. Fonte: RANGEL, 1984: 87**

Etnia	Número de pessoas
Terena	122
Guarani	36
Kaingang	2
Terena X Guarani	20
Kaingang X Xavante	7
Crenaque	1
Kaingang X Guarani	3
Mestiços	34
Civilizados	13
Total	238

Como podemos observar, Rangel (1984) apresenta dados coletados numa pesquisa de campo ocorrida entre dezembro de 1976 e janeiro e fevereiro de 1977, que vai reforçar a existência da “mistura” ocorrida entre os Terena e os Guarani, colocando uma quantidade de 20 pessoas numa categoria, definida pela autora, Terena X Guarani. Observando, também, a existência de 34 pessoas numa categoria denominada “mestiços”, que podem representar a “mistura” ocorrida entre mulheres indígenas e regionais não índios, que aparecem como “civilizados” no quadro proposto pela autora.

Em Diniz (1976: 62), também vamos encontrar uma referência sobre uma união que vai dar origem a “uma mulher, filha de pai Terena e mãe Guarani”, ocorrida na década de 1930, quando da chegada dos primeiros Terena em Araribá, que “diz ser Guarani por causa da minha mãe”. Essa referência também é reforçada com a genealogia Guarani apresentada por esse autor (1976: 143-144), onde identificamos uma mulher Guarani, Dulce, filha de mãe Guarani, Maria Laura, e pai Terena, sem identificação.

A partir de nossa pesquisa de campo, construímos novas genealogias que serão apresentadas no Capítulo 4 deste trabalho. A partir dessas genealogias poderemos identificar essas uniões ocorridas entre Terena e Guarani, bem como algumas uniões com não índios, que levaram ao surgimento do etnônimo Tereguá.

### **1.3 UMA REFLEXÃO SOBRE O ETNÔNIMO TEREQUÁ**

O etnônimo Tereguá, criado a partir da junção das sílabas iniciais dos grupos indígenas Terena e Guarani, teoricamente representa a mistura ocorrida entre indivíduos pertencentes a esses grupos, acabou sendo o nome dado a aldeia mais recente da Reserva Indígena de Araribá. A aldeia Tereguá, formada a partir de agosto de 2002, foi

ocupada por indivíduos dos grupos Terena e Guarani, que terá sua formação descrita no segundo capítulo desse trabalho.

Em relação ao conceito de etnônimo, já bastante debatido pela antropologia, como nos informa Saez (2002), quando ele faz referência à atenção dada aos etnônimos que podem se referir, equivocadamente, a “grupos diversos subsumidos sob um único rótulo, extensão abusiva de um etnônimo local, homonímias” (2002: 37). Outros etnônimos criados a partir dos primeiros contatos realizados por não índios ou por indígenas pertencentes a outros grupos étnicos, inimigos ou não, que através da paródia vão criar “nomes que significam ‘macacos’ ou ‘canibais’ ou ‘gente de língua presa’”, e até mesmo ao identificar o grupo contatado pelo seu nome verdadeiro “um termo que significa algo assim como ‘os homens’ ou ‘gente verdadeira’” (SAEZ, 2002: 37).

No caso do etnônimo Tereguá, e de outros descritos nesse texto, não é um nome surgido a partir dos primeiros contatos, mas a partir de “misturas” ocorridas entre alguns grupos étnicos que passaram a conviver num mesmo território, como é o caso desse estudo a partir do contato entre os Terena e os Guarani em Araribá. Esses etnônimos não representam uma autodesignação,

A objetivação etnonímica incide primordialmente sobre os outros, não sobre quem está em posição de sujeito. Os etnônimos são nomes de terceiros, pertencem à categoria do “eles”, não à categoria do “nós”.  
(VIVEIROS DE CASTRO, 1996: 125-126).

Essa criação de um etnônimo a partir da junção das sílabas iniciais de grupos indígenas que se “misturaram” não é tão incomum. Em visita ao Museu Histórico e Pedagógico “Índia Vanuire”, com sede na cidade de Tupã (SP), pudemos ouvir de uma das monitoras que nos acompanhava nessa visita, que na aldeia Vanuire existe a “mistura” entre os Krenak e Kaingang, também através dos casamentos, que deram origem ao etnônimo Kregang.

Na dissertação de mestrado de Marília Sene de Lourenço (2011), encontramos dados sobre as relações estabelecidas entre os Kaingang e os Krenak na aldeia Vanuire.

No plano da teoria, os Kaingang foram por muito tempo (e vários ainda são) contrários a parcerias de todo tipo com os Krenak, porém as alianças são fato consumado desde o início: seja por casamento, nas decisões políticas e no trabalho na roça. (LOURENÇO, 2011: 64)

Assim, a partir da transmissão de técnicas de artesanato um casal Krenak acabou formando uma associação na aldeia Vanuire que recebeu a denominação de Kaikren – Kaingang e Krenak, uma inversão em relação ao termo apresentado pela monitora do Museu “Índia Vanuire”.

Nesse sentido, poderíamos pensar também na inversão do etnônimo “Tereguá” no caso de Araribá, questionando por que não ficou “Guarate” ou “Guatere”? Um professor indígena da Escola Estadual Indígena da aldeia Tereguá, filho de pai Terena e mãe Guarani, utiliza o nome Guaratê em sua página nas redes sociais. Como ele mesmo afirmou, quando perguntado por que usava aquele nome: “essa foi minha intenção, foi minha ideia... porque sempre colocavam o Terena na frente...e invertei o sentido...”.

Samuel Douglas Farias Costa, colega de mestrado no PPGAS/UFSCar, apresentou um trabalho nas Jornadas de Antropologia da UNICAMP, em 2014, ainda não publicado, onde faz referência a criação de outro etnônimo a partir da mistura entre Kaingang e Guarani no estado do Paraná, o Kainguari. Segundo Costa (2015), ao perguntar para um indígena filho de pai Kaingang e mãe Guarani se ele se considera Guarani ou Kaingang, obtém a seguinte resposta.

Aí foi criado uma nova ideia, de uma outra etnia, que no caso seria o Kainguari [risos]. Mas isso aí são só alguns que falam. Mas assim, [...] quando o pessoal fala "o que você é? Você é Kaingang ou Guarani?", eu não me limito, eu não me especifico somente em uma, eu falo "eu sou indígena", já basta. Se chegar alguém falando "não, mas **é um trabalho científico, a qual você pertence?**", aí eu falo "então tá, eu pertencço... Guarani ou Kaingang", por causa que minha mãe é Guarani. Mas eu não fico "Ah, eu sou Guarani, eu sou Kaingang", não, eu falo “eu sou indígena...” (COSTA, 2015: 6-7) (grifos do autor).

Esse indígena, questionado por Costa (2015) sobre se esse etnônimo é muito utilizado nas aldeias, responde dizendo ter sido uma invenção de sua mãe, mas que “pegou nas aldeias” e quando ocorre um casamento entre indivíduos desses grupos dizem: “vai sair Kainguari”. Fazendo uma comparação com o etnônimo Tereguá, Costa (2015: 7) nos informa o seguinte.

Todos meus interlocutores que já viveram na aldeia Nimuendajú (uma das aldeias dentro da TI Araribá), reconhecem a emergência dessa mistura entre Terêna e Guarani e deste termo, pois, segundo eles, uma das aldeias em Araribá é composta majoritariamente pelos Tereguá.

Assim, podemos verificar que a criação do etnônimo Tereguá não é um caso particular, mas em conversas realizadas com servidores da CTL/FUNAI/Bauru, o Indigenista Henrique Sérgio Bunker; o Engenheiro Agrônomo, que residiu no Posto Indígena Araribá de 1983 a 1988, Anézio Coelho e a Assistente Técnica de Ensino, desde 1982, Ivanilde Pereira, fomos informados que o etnônimo Tereguá, antes de dar nome a uma aldeia na reserva de Araribá, surgiu primeiramente como o nome de uma banda.

Essa banda era formada por indígenas integrantes do segmento surgido a partir das alianças matrimoniais entre Terena e Guarani. Dois irmãos, filhos de pai Terena e mãe Guarani, que depois vieram a participar da criação da aldeia Tereguá, acompanhados por um tecladista não índio e por uma vocalista, esposa de um dos irmãos. Essa vocalista é da etnia Kuruaya, pertencente à família linguística Munduruku, que habita uma área no município de Altamira no estado do Pará.

Os indivíduos da etnia Kuruaya, que vieram morar na reserva de Araribá acabaram se unindo com indivíduos das etnias Terena e Guarani, através de casamentos, sendo que o resultado dessa “mistura” está demarcada pela palavra *Cruaia* aplicada na composição do nome tanto dos Kuruaya, quanto de seus descendentes .



Figura 1: Fotografia da Capa do CD da Banda Tereguá.

Na foto (Figura 1), podemos observar a capa do CD gravado pela Banda Tereguá denominado: “Bailão com a Banda Tereguá”, com um telefone de contato e com os integrantes da banda, sendo que o primeiro à esquerda e o terceiro (da esquerda para a direita) são os irmãos Anildo e Antonisio Lulu, tendo ao centro, no teclado, um não índio e na direita a vocalista Pacuery Lulu, que é da etnia Kuruaya.

Esse CD estava de posse da servidora da CTL/FUNAI/Bauru, Ivanilde Pereira, que nos permitiu fotografar a capa e gravar as músicas de baile cantadas em português. O CD seria distribuído e vendido nos bailes da região, por isso a data e o local aparecem em branco, pois seriam preenchidos a partir do agendamento de cada evento. O ano de criação dessa banda, segundo informações prestadas por um dos irmãos que formaram a banda, Anildo Lulu, que reside na aldeia Tereguá, seria 1999.

A banda Tereguá tocava em bailes nas aldeias, em fazendas e nos municípios próximos a Reserva de Araribá. Em relação aos bailes realizados na Reserva Indígena de Araribá, que aparecem em relatório da então 12ª Delegacia Regional da Funai, com sede em Bauru (SP), em novembro de 1983, são citados como uma das atividades sócio-recreativas realizadas no Posto Indígena de Araribá: “Futebol, Baile, Parque Infantil (necessitando de reparos), Televisão comunitária (Centro Comunitário), Salão de Merenda (ainda não equipado)” (grifo meu). Vamos encontrar também no trabalho de Diniz (1976: 90), em nota de rodapé, a seguinte informação sobre os bailes realizados na reserva de Araribá.

Os bailes são realizados [...] no ambulatório do P.I. Num deles [...] em 1973, havia 25 homens e 20 mulheres civilizados vindos da vizinhança, das cidades de Avaí e Duartina e do povoado de Nogueira. O sanfoneiro era um Terêna e o violonista um civilizado, caso excepcional, segundo os informantes, pois os músicos são sempre indígenas.

Nas comemorações do dia do índio na aldeia Tereguá, durante a pesquisa de campo, abril de 2015, conseguimos registrar uma foto (Figura 2) onde aparecem os irmãos, Anildo e Antonisio Lulu, que formaram a banda Tereguá junto com a vocalista, Pacuery Garcia Pereira Lulu, esposa de Antonisio Lulu conhecido como cacique Darã, que atualmente residem na aldeia Tekoá Porã no município de Itaporanga (SP).



**Figura 2: Os irmãos formadores da Banda Tereguá e a vocalista. Aldeia Tereguá, abril de 2015. Foto do autor.**

A criação do etnônimo Tereguá, que encontramos em trabalhos mais recentes realizados sobre a reserva de Araribá, surge para designar pessoas a partir dos casamentos interétnicos ocorridos entre os Terena e Guarani, sem contudo definir um novo grupo étnico.

Sérgio Ricardo Losnak (2010) transcreve o seguinte relato de um professor indígena, gravado em 05/07/2009 na aldeia Ekeruá da reserva de Araribá, sobre o artesanato produzido na aldeia.

O artesanato eu aprendi com minha mãe, minha mãe fazia, como meu avô falou, ele se chama Francisco e é Guarani, minha mãe é Guarani e meu pai Terena, o que chamamos de Tereguá, Terena com Guarani. Eu me intitulo Terena e não Guarani, porque cresci na aldeia Kopenoti e lá vivem os Terena, eu cresci na cultura Terena. (LOSNAK, 2010) (grifo meu)

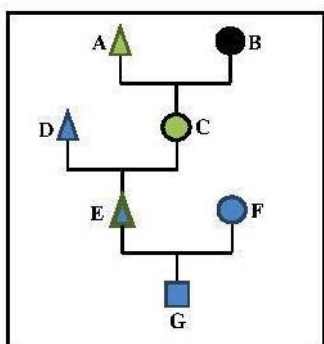
Nesse sentido, podemos verificar que existe uma conformação em relação à “mistura” Terena com Guarani, sem, contudo, trazer ao debate o conceito de “aculturação” (Gow: 2011), pois mesmo afirmando a “mistura” o referido professor se identifica como sendo Terena por ter sido criado junto à cultura Terena. Essa



identificação como sendo Terena ou Guarani, vamos perceber nas falas de meus interlocutores na aldeia Tereguá, que estarão descritas no terceiro e quarto capítulos.

Essa “mistura”, relatada anteriormente pelo professor indígena, não pode ser considerada puramente biológica, ou apenas biológica. Nunes (2010) inicia seu artigo sobre “mestiçagem, mistura e relação entre os Karajá de Buridina”, aldeia Karajá em Aruanã (GO), apresentando uma definição química a partir de duas substâncias dentro de um mesmo sistema, que acabam por se constituir numa mistura. Essa definição química de mistura citada por Nunes (2010: 113), ressalta que não se deve “confundir *misturar* com *dissolver*. Água e óleo, por exemplo, misturam-se, mas não se dissolvem”.

No relato do professor, podemos observar que estamos diante de uma mistura, pois o mesmo nos informa que tendo crescido na cultura Terena, inicialmente na aldeia Kopenoti, guarda conhecimentos apreendidos de sua mãe Guarani. “Trata-se de uma experiência corporal dupla, na qual ambas as perspectivas se relacionam numa unidade repartida” (NUNES, 2010:113).



Esse diagrama, (fazendo um paralelo com a formulação apresentada pelos Karajá, Nunes (2010: 117)), poderá demonstrar a conformação do indivíduo (E), numa identificação com o grupo Terena. Isso irá ocorrer através de sua filiação (“idioma da geração”), de seu afastamento em relação à cultura Guarani e sua aproximação e convivência (“idioma da distância”) com a cultura Terena, inicialmente na aldeia Kopenoti onde seu pai (D) nasceu, e posteriormente na aldeia Ekeruá. O

indivíduo (E) ainda guarda traços da cultura Guarani, que foram passados durante a convivência com seu avô materno (A) e com sua mãe (C), filha de pai Guarani (A) e mãe não índia (B). Depois quando se casa com uma mulher Terena (F), acaba por constituir uma família Terena e seus filhos (G) serão certamente identificados e se identificarão como Terena.

Conheci esse professor num evento promovido pela Fundação Araporã em Araraquara (SP), 1º Encontro Brasil Indígena realizado em setembro de 2013. Na abertura desse encontro, realizado nas dependências do SESC/Araraquara, tive um primeiro contato com ele, que havia apresentado, junto com o grupo Terena da aldeia Ekeruá, a Dança da Ema, “*Kohixoti-Kipaé*, conhecida também como a Dança do bate-pau” (JESUS, 2007: 10). Num outro momento, em 2014, esse professor veio até Bauru participar do projeto “Brasil Indígena”, coordenado por mim na EE Profª Mercedes Paz Bueno, quando realizou junto com seus alunos da EEI da aldeia Ekeruá uma apresentação teatral sobre o mito de origem do povo Terena.

Ele também acompanhou, como monitor, nossa visita a aldeia Ekeruá em 2014, junto com os alunos do Curso de Especialização em Antropologia da Universidade do Sagrado Coração – USC, sob minha orientação como parte da disciplina de Antropologia dos Grupos Étnicos Brasileiros/Etnologia Indígena, quando afirmou que “seu maior ideal como professor é ensinar os alunos a ter orgulho de ser Terena”.

Em relação a questão da “mistura”, na dissertação de mestrado de Amanda Danaga (2012), vamos encontrar uma definição utilizada pelos próprios índios da aldeia Renascer, *Ywyty Guaçu* – Morro Grande, na língua Tupi Guarani.

Os Tupi Guarani se consideram *índios misturados*. Eles não contrapõem a isto, a ideia de que não são *índios puros*. São *índios misturados*, na medida em que se consideram resultado da união (*mistura*) entre diferentes grupos (não-índios, Tupiniquim, Tupinambá e Guarani). E são *índios puros* porque vivem em aldeias de acordo com seus modos de vida. (DANAGA, 2012: 101)

Esse debate também está colocado na tese de doutorado de Camila Mainardi (2015), quando se refere à “mistura” ente famílias Guarani e Tupi, surgindo a conformação do etnônimo Tupi Guarani, fato que podemos verificar através das falas de dois indígenas entrevistados por Mainardi (2015). Neste caso existe outro contexto relacional no surgimento do etnônimo Tupi Guarani, pois ao se definirem Tupi Guarani esses indígenas reforçam a “mistura” surgida a partir de casamentos entre indivíduos Tupi e Guarani, pois poderiam se definir como sendo Tupi ou Guarani a partir de seu convívio com o grupo do pai ou da mãe, como veremos em alguns casos observados durante a pesquisa de campo na aldeia Tereguá em Araribá.

Nesse sentido, Mainardi (2015: 165-166), transcreve a fala de dois indivíduos Tupi Guarani que retratam a ‘mistura’ ocorrida de forma positiva em detrimento a ideia de pureza.

Guaíra: Sou Tupi Guarani porque meu pai é Tupi e minha mãe que é Guarani. É uma etnia, duas mistura.

Amâncio: Nós somos Tupi Guarani... Mas, enfim, porque hoje os Tupi já tão casado com Guarani também. Não só com Guarani, mas com pessoas brancas também, tem já várias misturas, nós já viemos de mistura. [...] Então, nós temos várias misturas, nós temos o Tupi, o Guarani, Kaingang, Kaiowá, até a mistura de negros, porque meu vó e minha vó, da parte do meu pai, eles eram negros. Mas assim, é índio.

O etnônimo Tereguá também pode ser observado no Laudo Pericial Antropológico, realizado pela Analista em Antropologia/Perita, da Procuradoria da República – SP, Debora Stucchi e por Elaine Teixeira de Amorim, Analista de Antropologia/Perita, da 6ª CCR – PGR/BSB, apresentado em 2011, que visou elucidar incidentes ocorridos em 2008 e 2009 envolvendo algumas lideranças indígenas de Araribá. Neste laudo, as peritas acabam citando a aldeia Tereguá que teria sido criada “com base na percepção interna do surgimento de um segmento específico resultante das alianças matrimoniais interétnicas entre Terena e Guarani” (2011: 83).

Essas autoras fazem referência a um esforço, percebido por elas durante a construção do Laudo Pericial Antropológico, de uma possível positividade política da mistura ocorrida entre Terena e Guarani.

Os casamentos interétnicos são recorrentes e são relatados por diversos autores desde a chegada dos Terena ao Araribá. A aldeia Tereguá é fundada na Terra Indígena com base na percepção interna do surgimento de um segmento específico resultante das alianças matrimoniais interétnicas entre Terena e Guarani. Percebe-se, por parte das novas lideranças, especificamente aquelas que são fruto das uniões interétnicas, um atual esforço de positividade política do segmento Tereguá. (STUCCHI E AMORIM,2011: 83)

Leila Gasperazzo Ignatius Grassi publicou um livro com o título: “Arari’wá: uma escola da mata. Desvendando a educação escolar indígena”, no ano de 2012, resultado de uma pesquisa realizada na Reserva Indígena de Araribá.

No livro, a autora faz referência ao etnônimo Tereguá como se fosse um novo grupo étnico existente em Araribá.

De princípios do século XX até o início do XXI, Guarani, Terena e Tereguá tentam (re)construir sua cultura, alicerçando a escola indígena, autônoma, intercultural e multilíngue. (GRASSI, 2012: 7)

A referida autora, em outro trecho de sua obra, volta a usar o etnônimo Tereguá como título de uma parte denominada “Os Tereguá em Araribá” (2012: 70-74), que traz no começo da página uma fotografia, de sua autoria datada de 2003, intitulada “Indígenas Tereguá”, mas com as faces dos indígenas cobertas por desenhos de forma a preservar as identidades dos mesmos.

Tendo por base a fotografia acima citada, a autora, após ter realizado entrevistas com esse “grupo indígena”, faz uma observação em relação à estrutura da casa onde aparecem os “indígenas Tereguá”, afirmando que existe “uma mescla entre as culturas Guarani e Terena nesse exemplo de construção – madeira e tijolos de barro”.

Na sequência dessa parte do livro, a autora faz o seguinte relato.

Da convivência entre as etnias Guarani e Terena em Araribá, surgiu um novo grupo, os Tereguá. Essa nova conformação não é considerada nos registros da FUNAI, nem da Funasa, nem do IBGE

como sendo outra etnia [...] Na região onde está localizada a Reserva, essa denominação existe; entretanto, segundo o cacique Anildo (Tereguá), quando entrevistado para essa pesquisa – atualmente, Tereguá não é uma nova etnia e sim, a junção das etnias Terena e Guarani. (GRASSI, 2012: 71)

Grassi (2012) também conversou com o irmão de Anildo Lulu, Antonisio Lulu, conhecido como cacique Darã, ambos filhos de pai Terena e mãe Guarani, que foram os formadores da banda Tereguá, citada anteriormente. Em seu trabalho, a autora descreve que “em conversa informal com o Pajé Darã, na FUNAI de Bauru, ele se autodenominou Tereguá como se fosse o nome de um povo indígena” (2012: 71). Mas, na mesma página em nota de rodapé, a autora informa que,

Esse fato fica aqui registrado deixando para outros cientistas seu estudo, uma vez que o trabalho de pesquisa que originou este livro teve como área a Educação e não se destinou a essa investigação.

Assim, esta reflexão buscou compreender a formação do etnônimo Tereguá, não como uma criação de uma nova etnia, mas focado na “mistura” ocorrida entre indivíduos Terena e Guarani e suas relações na aldeia Tereguá.

Como questiona um interlocutor de Mainardi (2015), *Tawdju*, da Terra Indígena Piaçaguera. Ao ler a dissertação de mestrado produzida por essa pesquisadora, *Tawdju* faz uma relação com Araribá trazendo ao debate a questão dos Tereguá.

Tawdju folheou o texto, leu algumas partes, e fez comentários sobre a questão da *mistura*, citou o caso dos Tereguá da T.I. Araribá no município de Avaí, que são descendentes dos Terena e dos Guarani. Os Tereguá são uma etnia, mas Tawdju disse não achar certo “criar uma etnia assim”, apresentou críticas sobre a proposição: “*mistura cria etnias*”, como se fosse necessário um cuidado para que isso não se tornasse algo interesseiro. Não era qualquer *mistura* que podia ser considerada uma etnia, pensou. (MAINARDI, 2015: 167)

Durante o tempo em que passei na aldeia Tereguá, conversando com os moradores, em nenhum momento pude observar a utilização do etnônimo Tereguá para identificar uma pessoa, ninguém se apresenta como sendo “misturado”, de “sangue misturado” ou mesmo mestiço. De nome de banda a denominação de uma aldeia, o etnônimo Tereguá permanece apenas relatar a “mistura” ocorrida em Araribá.

## 2 RESERVA INDÍGENA DE ARARIBÁ: UM BREVE HISTÓRICO

### 2.1 NIMUENDAJÚ E OS APAPOCUVA<sup>2</sup>

Menino de escola, Curt organizou com alguns companheiros um “bando de índios”, que brincava nos bosques de Iena. Daí lhe nasceu por certo o desejo de um dia viver com os indígenas. (SCHADEN, 1967-68: 77)

Curt Unkel (ou Unckel) nasceu na cidade alemã de Jena em abril de 1883. Chegou ao Brasil no ano de 1903, sendo que dois anos depois, em 1905, já havia entrado em contato com os Apapokuva-Guarani, no oeste do estado de São Paulo, onde viveu até 1907 junto com o grupo da aldeia do rio Batalha (Nimuendajú, 1987).

Recebeu o nome Nimuendajú num batismo (*Nimongarai*), realizado em 1906, quando foi formalmente incorporado ao grupo, num evento que ficou registrado em outro trabalho, assim descrito:

Avacaujú se pôs bem diante de mim e exclamou, hesitante e excitado, mas em voz bem alta e clara: ‘Muendajú-ma-nderey! — Nandereyiguande! — Nandéva nderenoi Nimuendajú!’ (‘Muendajú é teu nome! — Tu fazes parte da nossa tribo! — Os Guarani te chamam Nimuendajú!). E então, apontando para Poñoohí e sua mulher: “Covama ndeangá!” (“Eis teus parentes”, quer dizer padrinhos de batizado). (Nimuendajú, 2001: 148)

Curt Nimuendajú, que “nasceu alemão em 1883 e morreu brasileiro em 1945 em uma aldeia Tikuna no Alto Solimões”, como escreve Amoroso (2001: 173), acabou se naturalizando brasileiro em 1922 quando assumiu o nome recebido dos Apapokuva: “Nimuendajú: *muendá* – fazer (*mõ*), moradia (*endá*)” (1987: 32), escreve o próprio Nimuendajú sobre o significado do nome recebido. Viveiros de Castro (1987) descreve em nota de rodapé o seguinte acréscimo a essa informação.

---

<sup>2</sup> Os Apapocúva ou Ñandeva formam um subgrupo Guarani, denominado também Ava-Chiripa ou Ava-Guarani. Ñandeva que significa “nós”, “todos nós” é autodenominação de todos os Guarani. “Mas é a única autodenominação usada pelas comunidades que falam o dialeto registrado por Nimuendajú com o nome Apapokuva e que parece ter sido falado pelos Tañigua e algumas outras hordas mencionadas por aquele autor. Proponho, por isso, que se reserve o nome Ñandeva para essa subdivisão”. (SCHADEN, 1974: 10)

*Ni-* é um pronome reflexivo e o sufixo *-ju (-djú)*, que talvez tenha o significado original de “amarelo” ou “brilhante”, é usado na linguagem religiosa para indicar que o conceito ao qual é proposto remete ao domínio do sagrado, celeste ou transcendental; ele é comum nos nomes pessoais e nos termos para os equivalentes divino-celestes dos seres terrenos. Schaden (1967-68: 78, 88) assim interpreta o nome: “Não é muito fácil dizer o que significa a palavra Nimuendajú. *Nimuendá* quer dizer ‘arranjar para si um lugar’ [...]”. Schaden diz ainda que J. F. Recalde glosa *nimuendá* por “aquele que soube abrir seu próprio caminho no mundo e conquistou seu lugar”. (VIVEIROS de CASTRO, 1987: xvii)

Uma afirmação feita por Curt Nimuendajú, que também pode ser encontrada em carta enviada em 1912 para sua irmã Olga, descreve que “Araribá foi convertido em asilo para os numerosos remanescentes dispersos da tribo Guarani, formando hoje seu centro principal” (NIMUENDAJÚ, 1987: 13), ou num abrigo como noticiou o diário fluminense “A Noite” em 1931, referindo-se aos Guarani dispersos entre São Paulo, Mato Grosso (do Sul) e Paraná. Esta descrição sobre Araribá feita por Nimuendajú (1987) e registrada a partir de uma interpretação dada por Schaden (1974) a palavra Nimuendajú, “arranjar para si um lugar”, parece estar de acordo, pois Nimuendajú não só arranhou um lugar para si, mas também para esses Guarani.

E o destino, enfim: pois o que esta renomação terá ao mesmo tempo exprimido e antecipado foi o abandono de toda raiz, e a identificação de seu portador com aqueles junto a quem fez sua morada – os índios em geral, os Apapocúva em primeiro lugar. (VIVEIROS de CASTRO, 1987: xvii-xviii)

*Avacaujú*, padrinho espiritual de Nimuendajú, filho de Honório *Araguyra*, que inicialmente liderou os Guarani em direção ao sertão de Bauru, recebeu o nome de José Francisco Honório e passou a liderar o grupo Guarani depois da morte de seu pai. Deslocou-se para São Paulo “a fim de credenciar-se como ‘capitão’, retornando com a patente, uniforme e sarampo” (Nimuendajú, 1954 apud TIDEI de LIMA, 1978: 130).

*Avacaujú* acabou falecendo e seu irmão, Manoel Marcolino Honório, nascido em Itaporanga (SP), onde havia um aldeamento de cerca de 500 Guarani em terras doadas pelo Barão de Antonina (Schaden, 1974: 12), deslocou-se com o grupo para Araribá,

onde acabou sendo nomeado “capitão”<sup>3</sup>, a partir de 1916. “Manequinho”, como ficou conhecido, permaneceu nessa condição até sua morte, tendo sido ainda nomeado Chefe do Posto Indígena Nimuendajú (antigo P.I. Araribá).

Avacaujú (*Avakaudjú*), José Francisco Honório, padrinho espiritual de Nimuendajú, e seu irmão Manoel Marcolino Honório (*Poydjú*), que se tornou o padrinho espiritual de Egon Schaden, acabaram por determinar um parentesco espiritual entre Schaden e Nimuendajú, pois ambos foram iniciados por esses irmãos, *Avakaudjú* e *Poydjú*, guias espirituais Guarani, *nhanderu*, como nos informa Veiga (2013: 51-52).

O parentesco espiritual que une a todos os indigenistas assume para mim um sentido peculiar, por haver sido ambos – Nimuendajú e eu – recebidos não somente, com todos os ritos, como irmãos da tribo no mesmo grupo de Apapocuva ou Nhandeva-Guarani, senão até na mesma família. O pai adotivo de Nimuendajú, Avákaudjú, era irmão de Poydjú, a quem eu devo o tratamento de txerúangá, que corresponde ao da pessoa que toma o lugar do pai na cerimônia batismal do Nimongaraí. Como em Guarani irmão e sobrinho são sinônimos, Nimuendajú era Txerykey, ou seja, meu irmão maior. E como tal, eu o considero no campo dos estudos etnológicos e, em particular, na investigação da cultura Guarani contemporânea. (Schaden, 1978, p. 10 – tradução minha)

Nimuendajú acompanhou esses Apapocuva-Guarani (Ñandeva), povo da família linguística Tupi-Guarani, até Araribá, sendo que vamos encontrar outras parcialidades dos Guarani no Brasil também pertencentes a família linguística Tupi-Guarani.

---

<sup>3</sup> O SPI e depois a FUNAI detiveram a prerrogativa de nomear as lideranças através da emissão de portarias de “Capitão” indígenas. Até o período anterior à promulgação da atual Constituição Federal (1988), o “Capitão” indígena nomeado pelo órgão indigenista oficial eram as pessoas imbuídas de autoridade para conduzir e orientar os interesses identificados como sendo de toda a população indígena. Em 19 de abril de 2008, a FUNAI emitiu uma portaria presidencial extinguindo de vez o sistema de capitânicas indígenas. (Pereira, 2014: 15-19)



## 2.2 A MIGRAÇÃO GUARANI ATÉ ARARIBÁ

Os Guarani estão classificados em razão de diferenças dialetais em três grandes grupos no Brasil Meridional: “os Ñandéva (aos quais pertencem os Apapokúva, que se tornaram famosos pelo trabalho de Curt Nimuendajú), os Mbüá e os Kayová”, sendo que esses últimos não usam a autodenominação Guarani, conforme Schaden (1974: 10).

Os Nhandeva se deslocaram do extremo sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), “o habitat original dos Apapocúva situa-se na margem direita do baixo Iguatemi”, passando pelo norte do Paraná e oeste de São Paulo em direção ao litoral entre os anos de 1903 a 1913. Depois vieram ocupar a reserva de Araribá nos anos de 1912 e 1913, quando Nimuendajú “trouxe o bando de trinta e três cabeças para o Araribá” (NIMUENDAJÚ, 1987: 9-15).

Essa migração, deslocamento ou movimento, pode ser interpretada, como nos informa Veiga (2013), a partir da antropologia e da história de três formas:

1. Esse fluxo migratório tem origem em motivos culturais como a busca da *Terra Sem Mal*.
2. Os deslocamentos espaciais são também motivados pelas frentes de expansão da sociedade não indígena em direção aos territórios indígenas; os Guarani, expulsos de seus territórios saem em busca de um lugar melhor para viver.
3. O movimento *oguatá* (literalmente: *caminhar*) [...] Os trabalhos histórico-antropológicos descrevem os deslocamentos espaciais de grupos, famílias e comunidades: Nhandeva e Mbyá, que saem do Paraguai e do Mato Grosso e vão em direção ao litoral dos Estados do sul e sudeste do Brasil.

As primeiras migrações ocorreram a partir do começo do século XIX, estendendo-se até o início do século XX, quando grandes profetas começaram a passar por varias aldeias do sul do Mato Grosso (do Sul) levando uma informação, que iniciaria a marcha em direção a leste, ao litoral.

Anunciavam a iminente destruição da Terra e proclamavam que a única maneira de escapar ao cataclisma era partir para a Terra sem Mal, situada no centro da Terra, segundo uma tradição, a leste, do outro lado dos mares. (CLASTRES, 1978: 79)

*Yvy Marãeỹ*<sup>4</sup>, a busca da Terra sem Mal, faz alusão a um território onde não existem problemas externos, um “lugar privilegiado, indestrutível, em que a terra produz por si mesma os seus frutos e não há morte” (CLASTRES, 1978: 30).

Esse caminhar, *oguatá*<sup>5</sup>, “não é apenas pôr-se a percorrer o espaço até atingir o lugar suposto da terra prometida; é muito mais: querer escapar do peso – demasiado humano – da coletividade”. Nesse sentido é preciso observar também a ruptura social ocorrida a partir dessas migrações com o “abandono das atividades econômicas e políticas tradicionais, do sistema de referência espaço-temporal que liga os grupos entre si e situa cada indivíduo” (CLASTRES, 1978: 67).

Os *Taňyguá* foram os primeiros a iniciar a marcha para o leste (por volta de 1820). Começaram subindo lentamente a margem direita do rio Paraná, atravessando o território dos apapocovas e depois o dos oguauívas [...] Algum tempo depois da passagem dos tanhiguás, também os oguauívas abandonaram seu território, em pequenos grupos sucessivos, seguindo as pegadas de seus predecessores [...] Em 1870, muito tempo depois dos outros, os apapocovas também se empenharam na grande migração para o oriente. (CLASTRES, 1978: 79-80)

Clastres (1978) descreve essa marcha com base em Nimuendaju (1987), que relata sobre os obstáculos encontrados por esses grupos, inicialmente os *Taňyguá* e depois os *Oguauíva*, ao chegarem a região da cidade de Itapetininga (SP), “cujos primeiros colonos nada melhor souberam fazer que arrastar os recém-chegados para a escravidão” (NIMUENDAJÚ, 1987: 9-15).

---

<sup>4</sup> “O conteúdo mais significativo de *Yvy Marãeỹ* reside, para mim, na condição da eternidade contida na própria semântica da expressão (*yvy* = terra; *marãeỹ* = que não acaba, não estraga, não adocece). *Yvy Marãeỹ*, a terra onde nada tem fim, é composta por elementos originais que não se esgotam. Esta virtude não reside no aspecto quantitativo, mas na qualidade de perenidade de seus elementos. Este pensamento define os modos de relação com o ambiente, do uso da natureza e da agricultura. Onde a noção de abundância está associada a possibilidade da renovação dos ciclos e não do armazenamento e comprometimento das espécies naturais.” (LADEIRA, 2001, p. 47).

<sup>5</sup> O conceito de *oguatá* – “caminhar, estar em movimento” – é fundante da forma de ser guarani. Desde a sua cosmografia, de onde provém os nomes-almas, cada nome tem uma missão e todos eles supõem movimento: ou está predestinado a apaziguar as outras aldeias, ou a organizar o culto e a casa de reza, ou a viajar para levar alegria aos seus parentes. Não está na índole do Guarani ficar num só lugar; é preciso andar para conhecer, para observar e para aprender. (VEIGA, 2013: 77)

Muitos indivíduos do primeiro grupo conseguiram fugir e chegar até o litoral. Os *Taňyguá*, que se libertaram da escravidão na região de Itapetininga, seguiram em direção ao litoral, confirmando os relatos de indivíduos desse grupo descritos por Nimuendajú.

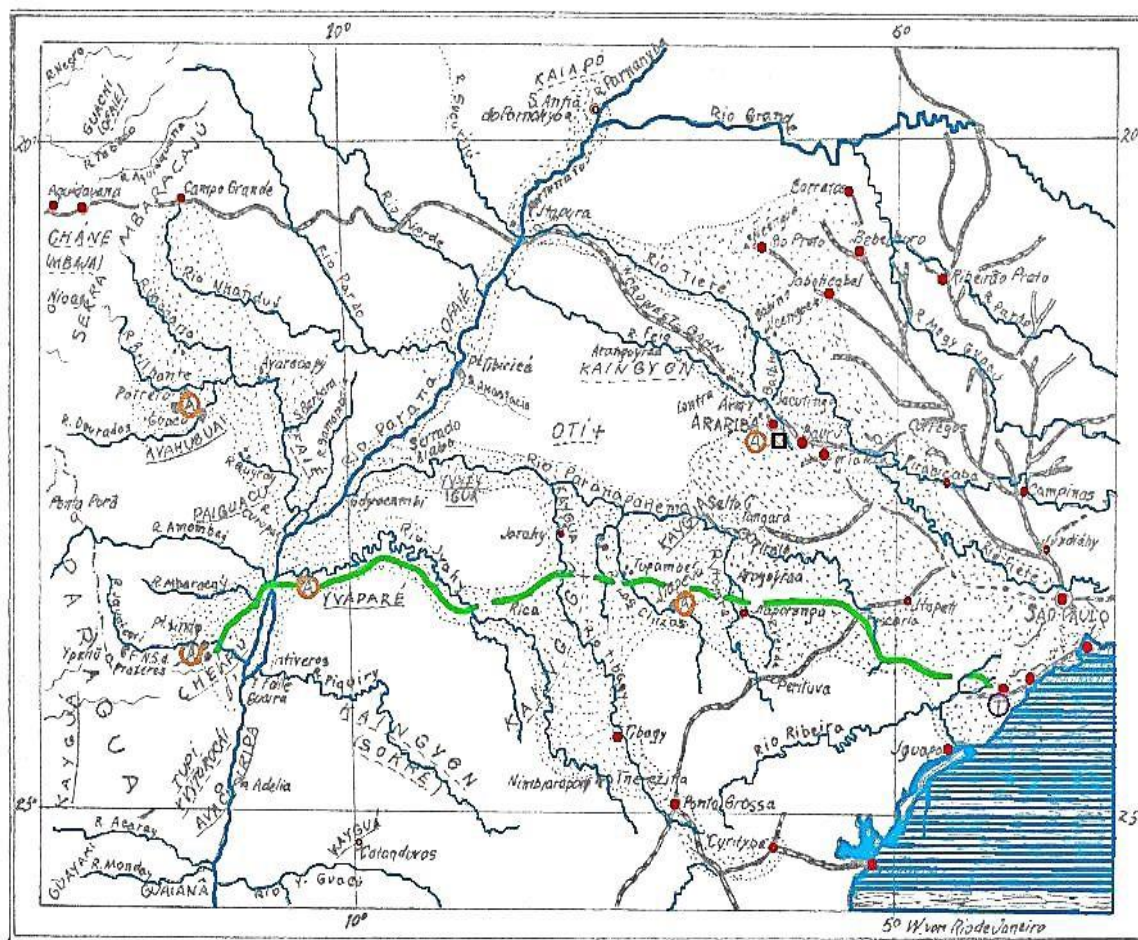
A marcha para leste dos Guaraní não se deveu à pressão de tribos inimigas; tampouco à esperança de encontrar melhores condições de vida do outro lado do Paraná; ou ainda ao desejo de se unir mais intimamente à civilização – mas exclusivamente ao medo da destruição do mundo e à esperança de ingressar na Terra sem Mal. (NIMUENDAJÚ, 1987: 102)

O segundo grupo, os *Oguauíva*, também acabou sendo capturado na região de Itapetininga, acabaram recuando em direção a oeste onde tiveram ajuda do Barão de Antonina, que lhes deu uma “ponta de terra entre os rios Itararé e Verde”, sendo que os documentos dessa terra desapareceram e os colonos acabaram tomando-a de volta. O Barão de Antonina havia solicitado ao governo a nomeação de um missionário para dar atendimento a esses grupos, sendo que “em 1845, este chegou, na pessoa de Frei Pacífico de Montefalco, que fundou no rio Verde a missão São João Baptista, atual Itaporanga” (NIMUENDAJU, 1987: 11).

Os *Apapocuva*, a partir de 1870, por orientação de seus pajés *Guyracambi* e *Nimbiarapoñy*, acabaram também seguindo em direção a leste, chegando até o litoral e retornaram para oeste por não poder atravessar o oceano. Como escreve Clastres (1978: 66), “certamente os *carais* interpretaram mal os mitos; se não descobriram a Terra sem Mal a leste, é porque sem dúvida ela se encontrava a oeste, bastava retomar o caminho”. Ideia reforçada por Pierre Clastres (1988), em relação às grandes migrações religiosas guiadas por “xamãs inspirados”, relatadas pelos primeiros cronistas, um caminhar em direção a leste.

Então surgia o obstáculo aterrorizante, o limite doloroso, o grande oceano, mais terrível ainda por confirmar aos índios sua certeza de que em sua margem oposta estava a terra eterna. (CLASTRES, 1988: 111)

Entre 1901 e 1906, esses Guarani já ocupavam uma localidade junto a foz do rio Avari, afluente do rio Batalha, no estado de São Paulo, já na região da atual reserva de Araribá, como podemos observar no mapa abaixo extraído do trabalho de Veiga (2013: 76), destacando a rota de deslocamento do Apapocuva do Mato Grosso (do Sul) ao litoral, sendo que no retorno para oeste acabaram subindo os rios Tietê e Batalha, onde *Araguira* e seu grupo acabaram se fixando.



**Figura 3:** Mapa Nimuendajú ([1912] 1978: 33) rota de deslocamento dos Apapocuva do MS ao Litoral (em verde); aldeias Guarani (círculos laranja); principais cidades (pontos vermelhos). Fonte: VEIGA, 2013: 76.

Com a morte do pajé<sup>6</sup> *Guyracambi*, grande parte do grupo *Apapocuva*, que teve sua marcha interrompida pelas autoridades, separou-se e marchou na direção do rio

<sup>6</sup> O termo *pajé* começou a ser empregado por Hélène Clastres para distinguir de *carai*, que passou a designar os brancos (não índios). (CLASTRES, 1978: 84)

Verde (na divisa do Paraná com São Paulo). Esse novo grupo, que morava “até 1892, na vizinhança dos Oguauíva, sem mesclar-se com eles”, foram acusados de bruxaria. Assim, já sob a liderança de Honório *Araguyra*, o grupo mudou-se para o sertão de Bauru, conforme nos informa Veiga (2013: 58). Talvez, uma nova tentativa de alcançar a Terra sem Mal, atribuindo o fracasso inicial “à falta de fervor e ao não-respeito às regras do jejum”, baseada na acusação de feitiçaria como “um sinal ou mensagem do alto para recomeçar sua tentativa” (CLASTRES, 1988: 111).

Essa migração, guiada pelos pajés *Guyracambi* e *Nimbiarapoñy*, acabou trazendo parte da família Honório, então liderada por Honório *Araguyra*, para a região da atual reserva de Araribá, pois o caminhar para o leste encontrou algumas barreiras impostas pelas autoridades constituídas e pelos missionários que trabalhavam com a catequese a serviço do governo da província.

Uma questão surge em relação ao domínio religioso desses pajés que, de certa forma, representariam uma articulação com o domínio político quando do surgimento desses obstáculos durante as migrações, como destaca Sztutman (2012: 386).

Em que medida esses líderes passam do puro movimento de evasão, engendrando uma linha de fuga, para uma posição propriamente política, transformando a massa sempre movente de seus seguidores em coletivos sociopolíticos.

O que vamos encontrar é uma articulação desse poder religioso com o poder político na orientação desses grupos diante dos obstáculos impostos pelas autoridades governamentais, impedindo a continuação dessas migrações de ordem religiosa em busca da Terra sem Mal e transformando-as em movimentos de fuga e dispersão, o que também poderia explicar a ocupação atual dos grupos tupi-guarani.

*Guyracambi* fez duas tentativas para alcançar o litoral, ambas impedidas pelos representantes locais das autoridades brasileiras, exasperados por esses deslocamentos, e que por todos os meios tentaram fixar os índios nas missões [...] *Guyracambi* lutou contra eles e contra os missionários. (CLASTRES, 1978: 81)

A partir da morte do pajé *Guyracambi*, vamos encontrar a liderança política da família Honório, na pessoa de Honório *Araguira*, nesse movimento de fuga e dispersão. Entre 1901 e 1906, essa família Guarani já ocupava uma localidade junto a foz do rio Avari, afluente do rio Batalha, agora sob a liderança do filho de Honório *Araguira*, José Francisco Honório *Avakaudjú*, quando “constituiu uma nova aldeia, onde permanecem até 1906. Após a morte de *Avakaudjú*, seu irmão Manoel Marcolino Honório *Poydjú* conduz o grupo para Araribá” (VEIGA, 2013: 58).

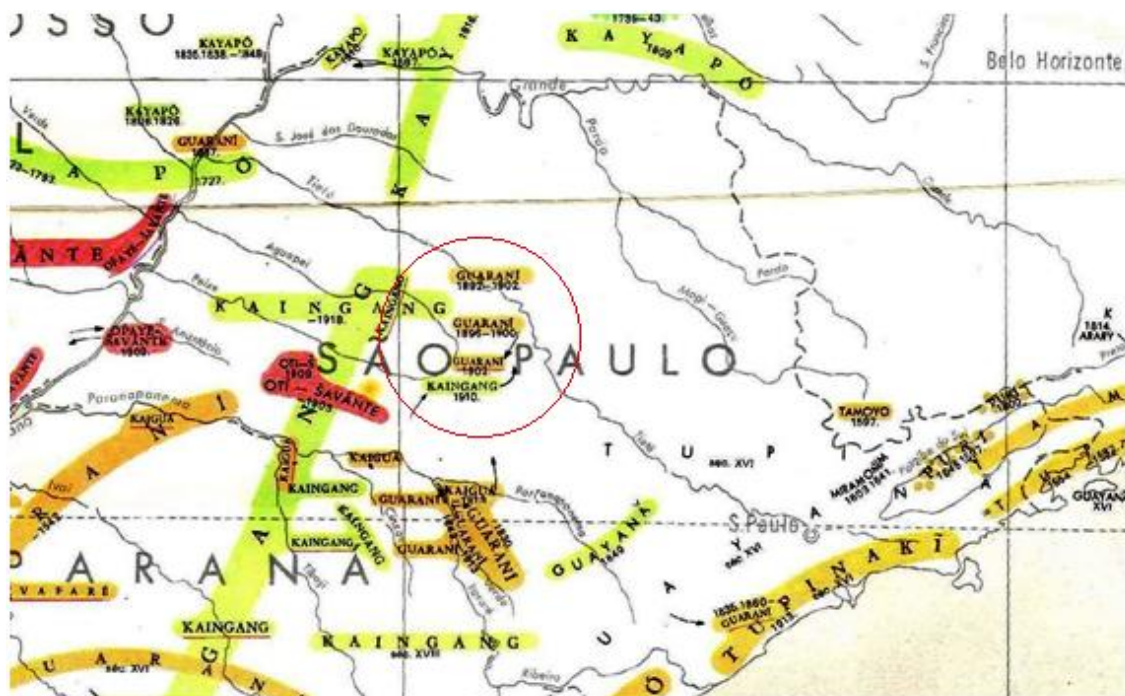


Figura 4: Mapa do estado de São Paulo com a ocupação Guarani (círculo vermelho). Onde se encontra a região da reserva de Araribá. Fonte: Mapa Etno-Histórico do Brasil. IBGE. Nimuendaju, C. 1981.

Os Guarani, que já tinham plantado seus primeiros roçados, acabaram tendo que abandonar esse primeiro local devido a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e seus trabalhadores, “que tentavam violar mulheres indígenas residentes perto do rio Avari” (Diniz: 1976: 41). Então, seguiram para o Araribá para fazer sua nova morada, onde alguns deles anteriormente haviam adquirido terras, como remuneração de seu

trabalho, do engenheiro Ismael Marinho Falcão, proprietário de terras e vereador no município de Bauru. Esse engenheiro sempre buscava os Guarani para trabalharem em suas terras, “eram chamados por Falcão em qualquer época do ano e sem consideração pelos seus próprios interesses, a fim de trabalharem meses seguidos” (TIDEI de LIMA, 1978: 129)

Santilli (2007), corrobora esse “contexto genocida, marcado pela violenta expropriação territorial, pelo desterro, pelo engajamento compulsório no trabalho forçado e pelo contágio epidêmico”, que resultou na formação da reserva de Araribá.

Assim, a remoção dos diversos grupos Guarani que se deslocavam pelo extenso território delineado pelos rios Tibagi, Juruá, Paranapanema e Tietê para o Araribá, constituiu um vasto processo de expropriação, e mais precisamente de desterro: àqueles raros sobreviventes das epidemias, dos assaltos genocidas, da exploração do trabalho, restou o confinamento. (SANTILLI, 2007)

Progressivamente, os Guarani foram sendo vitimados pelas doenças e pelo avanço do interesse econômico sobre suas terras, com a exploração de sua força de trabalho e, finalmente, com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir de 1905, que acabou concentrando centenas de pessoas por toda a região de Bauru. Assim, eles acabaram indo até a capital do estado, onde foram recebidos pelo Presidente Rodrigues Alves. “Queixaram-se amargamente dos ‘maus tratos de que eram vítimas’, principalmente da parte ‘de um tal Chico Mestre’, que não é outro senão o proprietário e vereador Costa Ribeiro”, como foi noticiado pelo jornal “O Comércio de São Paulo”, sob o título “Os Índios do Bauru”, 4 de janeiro de 1902. Em outra matéria, 6 de janeiro de 1902, esse mesmo jornal acabou criticando o governo do estado pelo tratamento dado aos índios.

Concede certamente os títulos de honrarias como capitão, alferes, etc. etc., mas os índios pedem segurança, defesa e justiça, e nesse ponto, cessa a boa vontade do governo. A única justiça que os índios poderão obter, é aquela que brilhou recentemente em várias localidades do Estado: a ponta das baionetas e o tiro das carabinas. (TIDEI de LIMA, 1978: 132) (grifo do autor)

Assim, foi se formando a “Povoação Indígena de Araribá” com a chegada de novos grupos Guarani, sendo que já havia um primeiro núcleo vivendo nos sertões de Bauru desde o final do século XIX. O vale do rio Batalha era, certamente, na primeira década do século XX, território de ocupação tradicional Guarani, além dos Kaingang, onde também foram se concentrando outros grupos Guarani habitantes da porção oeste do Estado de São Paulo.

Nimuendajú foi reunindo esses grupos dispersos no vale do rio Batalha, com o avanço da estrada de ferro Noroeste do Brasil, conseguindo que oito famílias voltassem para o Araribá, num total de 67 pessoas, que deu origem a atual Reserva Indígena de Araribá.

Entre 1906 e 1907 houve uma série de óbitos ocasionados por epidemias ocasionados por epidemias de maleita e disenteria, respectivamente. Assim, devido à doença que atacou principalmente as crianças, a população do Araribá ficou reduzida a 28 pessoas (8 homens, 10 mulheres e 10 crianças). Na outra margem do rio Batalha estavam 22 pessoas (5 homens, 5 mulheres e 12 crianças). Abaixo do jacutinga encontravam-se 17 indivíduos. (NIMUENDAJÚ, 1954: 13-31)

Egon Schaden esteve na reserva de Araribá em fevereiro de 1947, numa primeira visita, junto ao rio Batalha, quando conheceu um grupo de 78 Guarani (quase todos Nhandeva) e alguns mestiços, vivendo próximo ao Posto Indígena Nimuendajú, onde havia também um grupo Terena, que já se destacavam no “trabalho regular com eficiência econômica” em comparação com os Guarani. Esses mestiços citados por Schaden (1974:16) fazem referência aos contatos já existentes entre a população indígena e “a população cabocla da região”.

Em relação aos Terena, iremos descrever a sua chegada à reserva de Araribá na sequência desse trabalho.



### 2.3 A CHEGADA DOS TERENA

O povo Terena pertence à família linguística Aruak. Os povos dessa família linguística no Brasil estão divididos em diferentes regiões geográficas. Conforme Bittencourt (2000: 14-18), os que habitam uma região ao norte do rio Amazonas; os que habitam afluentes do rio Negro e os que habitam a região sul do rio Amazonas.

A região sul do rio Amazonas pode ser dividida novamente em quatro áreas: 1. Sudoeste do estado do Acre, onde vivem os Apurinã (ou Ipurinã), povo pertencente à família linguística Aruak, onde também encontramos os Piro do baixo rio Urubamba, estudados por Peter Gow (1991); 2. Oeste do estado do Mato Grosso, como o povo Paresi; 3. Alto do rio Xingú, os Mehináku, Waura e Yawalapití; 4. O povo Terena, na parte mais meridional do Brasil dos povos da família linguística Aruak, habitando a região dos rios Aquidauana e Miranda, afluentes do rio Paraguai no estado de Mato Grosso do Sul.

Tendo como base o trabalho do linguista Aryon Dall'Ygna Rodrigues (1986: 69), Bittencourt nos informa ainda que o povo Terena, pertencente a família linguística Aruak, também habita uma região no centro oeste paulista.

Na década de 30 um grupo Terena foi transferido para o estado de São Paulo, numa área onde vivem os Kaingang e Nhandeva (Guarani), na região de Bauru. Em consequência desta migração, há meio século que a língua Terena é falada nessa região. (2000: 18)

Bittencourt (2000: 18), relata sobre a existência de um grupo na Bolívia, conhecido como Moxo, que ainda mantém a língua de origem Aruak; e um outro grupo que, atualmente, só fala espanhol, denominado Chané que também falava uma língua da família Aruak.

Os Terena habitavam a região do Chaco, “área geográfica situada ao sul da Bolívia, oeste do Paraguai, norte da Argentina e na parte oeste do Brasil, entre a

margem direita dos rios Paraná e Paraguai, de um lado, e o sopé dos Andes do outro” (LOSNAK, 2010: 2), local onde também habitavam inúmeros grupos falantes da língua Aruak denominados por Guaná ou Chané-Guana, com quem além de compartilharem dialetos comuns de uma mesma língua, os Terena também realizavam trocas, casamentos e alianças diversas. Eles referem-se a essa região do Chaco como sendo o *Êxiva*, “uma categoria cosmológica utilizada para se referir ao lugar-evento do aparecimento dos homens, e para onde a alma segue no *post-mortem*”, conforme Franco (2011: 10).

Com a chegada das frentes de expansão colonial na região do Chaco, os Terena deslocam-se do *Êxiva* atravessando o rio Paraguai e vão ocupar a região dos rios Aquidauana e Miranda no estado de Mato Grosso do Sul. Entraram em contato com os primeiros empreendimentos militares construídos pelos portugueses para se defenderem dos espanhóis, no século XVIII. Nesse sentido, a história dos Terena referenda “um povo afeito à sociabilidade com outros povos”, caracterizando-os com “uma grande abertura para a exterioridade” (Pereira, 2009: 28).

Franco (2011: 10), corrobora essa afirmação, dizendo que a história Terena foi marcada por uma “intensa reciprocidade com outras agências, indígenas e coloniais (relações de comércio, guerra e alianças matrimoniais)”, entre os aldeamentos Terena, criados pelo governo, e os fortes militares e missões religiosas. Essas relações levaram os Terena a extrair novos recursos como a apreensão da língua portuguesa e ampliação de seus domínios sobre outros grupos indígenas, quando convocados para “civilizar” grupos considerados “selvagens”, pois os Terena acabaram usando essas relações para apreender os recursos do Outro, os *purutuyé* (não índios), inclusive através de “alianças matrimoniais (principalmente da mulher Terena com o não-indígena)” (Sant’Ana, 2010: 36-37).

“*Motôva indukeovo kuteati iti, Akaoti Ngurika 'a Indukeovo xâne*”, “Eu posso ser o que você é sem deixar de ser o que eu sou”. Essa frase Terena, “um jargão muito popular entre os Terena de Dourados” (PEREIRA, 2009: 103), que também encontramos num cartaz na escola da aldeia Ekeruá em Araribá, vai confirmar essa atitude Terena de ser receptivo ao Outro. Situação semelhante vamos encontrar em relação aos Piro do baixo Urubamba, um povo de língua Aruak do Peru oriental, estudado por Gow (1991), que dizem ser de “sangue misturado”, numa transformação histórica e estrutural dos regimes nativos tradicionais, deixando de lado a oposição “aculturado”/“tradicional”.

Vou argumentar que este paradoxo surge apenas porque etnógrafos têm insistido em ver povos "aculturados" em termos históricos, e as culturas "tradicionais" em termos a-históricas. (GOW, 1991: 2 – tradução minha)

Gow (1991: 3), encaminha essa abordagem em relação aos Piro colocando a “história no centro da análise”, sem, contudo, fazer “uma análise histórica das pessoas nativas do Baixo Urubamba”. Essa relação entre história e parentesco será observada no decorrer de nosso trabalho.

Como dissemos anteriormente, a formação histórica da Reserva Indígena de Araribá, tratada nesse capítulo, não pretende analisar a história dos grupos Terena e Guarani, mas pensar a interação desses grupos indígenas e as consequências para ambos nessa convivência forçada pelo SPI.

Dessa forma, os Terena acabaram sendo atraídos pelo SPI para as reservas indígenas de Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, e de Araribá, no estado de São Paulo, onde já habitavam os Kaiowá e Nhandeva em Dourados e Nhandeva em Araribá.

A migração dos Terena para o estado de São Paulo, inicialmente, foi motivada pelo SPI que pretendia aumentar a população da reserva de Araribá, pois as doenças

havia diminuído em muito a população Guarani existente, de forma a manter a área reservada pelo Decreto Nº 2.371-F. Os Terena, começam a chegar a partir de 1932, “trazidos para dedicarem-se ao plantio e colheita do café, atividades em que os Guarani não haviam mostrado aptidão ou interesse” (Diniz 1976: 46).

Essa migração, motivada pelo próprio órgão indigenista da época, valeu-se de sua compreensão de uma característica Terena, descrita anteriormente, que é possuir uma “abertura para a exterioridade”, pensada como uma estratégia para se “atingir outras populações indígenas consideradas mais refratárias aos objetivos integracionistas do órgão indigenista” (Pereira, 2009: 119).

Nesse sentido, no início do século XX, o SPI passa a atribuir “aos Terena um papel civilizador, tanto é que famílias Terena foram transferidas para a reserva Araribá, em Bauru-SP, com a intenção de facilitar a ‘aculturação’ dos Kaingang” (Pereira, 2009: 120). No entanto, o autor pode ter se enganado, pois essa motivação em trazer as famílias Terena para servir de modelo aos Kaingang se deu nas reservas de Icatu e Vanuíre, no final dos anos 1920 (STUCCHI, 2011: 71). Carvalho (1979: 73), reforça essa questão com base num relatório da 5ª Inspeção Regional do SPI, quando “a Inspeção mandou vir de Matto Grosso alguns índios Terenos, excelentes vaqueiros e os alojou em Icatu e Vanuire para servirem de mestres aos Caingangs”.

Em relação à reserva de Araribá, com o despovoamento ocorrido a partir da dizimação de grande parte da população Guarani pela gripe espanhola, por volta de 1919, surge a ameaça de invasão por parte de grileiros e de vizinhos da reserva. A ideia de Rondon em trazer os Terena para o estado de São Paulo, uma estratégia do SPI, tornou-se fundamental para a gestão e a manutenção da reserva de Araribá, como nos informa Stucchi (2011).

A transferência dos Terena para o estado de São Paulo foi triplamente justificada pela possibilidade de utilização e emprego de sua força de trabalho, pelo ‘papel inovador que poderiam representar dada a singularidade de seu desenvolvimento cultural’ e pela expectativa de repovoar e de reforçar as defesas da reserva Araribá contra as ameaças e as invasões dos regionais”. (STUCCHI, 2011: 72)

De toda forma, além de equilibrar a depopulação indígena ocorrida em Araribá devido a epidemia de gripe espanhola, os Terena acabaram sendo utilizados também como instrumento de integração ao sistema econômico vigente, através de seus conhecimentos agrícolas e artesanais.

Os nexos econômicos que os Terena desenvolvem com a sociedade nacional se expressam fundamentalmente em duas atividades: comercialização da produção e participação assalariada em estabelecimentos agrícolas. Responsáveis pelo desaparecimento progressivo de atividades econômicas tradicionais e de formas comunitárias de trabalho, provocam o surgimento de novas relações fundadas em interesses individuais e moldadas pelo sistema dominante. (Carvalho, 1979 105)

Essa afirmação feita por Carvalho (1979), em relação às atividades econômicas desenvolvidas pelos Terena, pode ser observada a partir da implantação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, que vem se desenvolvendo, desde 2014, na aldeia Ekeruá em Araribá, habitada predominantemente por famílias Terena.

Nesse sentido, podemos verificar em matéria veiculada no site da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI (2015), a entrega de um barracão multiuso para o processamento de mandioca, com 148 m<sup>2</sup>, pelo Governador do estado de São Paulo em janeiro de 2015, que teve como objetivo agregar valor ao principal produto agrícola em Araribá. Nessa mesma matéria, encontramos algumas contradições nas manifestações feitas pelos indígenas e pelos funcionários da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Para o indígena Terena, administrador do Microbacias II na aldeia Ekeruá, o projeto teve um caráter revolucionário na comunidade indígena, garantindo a

permanência na aldeia das famílias que trabalhavam como boias frias nas plantações de cana de açúcar e laranja em fazendas da região, bem como eliminando os intermediários na comercialização da mandioca.

Hoje, com o projeto, as pessoas, principalmente as mulheres, trabalham menos, ganham melhor e têm mais tempo para cuidar da família e desenvolverem outras atividades como o artesanato. Só temos que agradecer. (CATI, 2015)

Essa afirmação, do indígena Terena que administra o projeto em Ekeruá, pode ser complementada por outra liderança Terena da aldeia.

O Projeto chegou em boa hora. Nossos produtos estão sendo reconhecidos, estamos aprendendo a ser autossustentáveis e a expandir nosso mercado e o melhor é que estamos crescendo e respeitando todas as nossas tradições. (CATI, 2015)

Do ponto de vista indígena, o projeto Microbacias II veio ajudar no incremento da produção de mandioca e na agregação de valor no produto comercializado, trazendo recursos para a comunidade indígena de Ekeruá e garantindo sua permanência na aldeia através do trabalho em forma de cooperativa e, com isso, as famílias passaram a ter mais tempo para o convívio familiar e comunitário. Nesse sentido, esse retorno a convivência diária, pois anteriormente os adultos permaneciam fora da aldeia por muito tempo durante o trabalho nas fazendas da região, poderia garantir a “manutenção das atividades econômicas tradicionais e de sua reprodução cultural, como a manutenção da língua Terena de outras expressões culturais”, como afirma o Indigenista da CTL/FUNAI/Bauru, Sérgio Bünger, que acompanha o projeto desde sua implantação.

Já o Engenheiro Agrônomo da CATI – Regional Bauru, João Pacheco de Almeida Prado, que realizou um diagnóstico da produção agrícola na aldeia de Ekeruá, identificou uma perda de mais de 20% e acabou introduzindo novas técnicas de colheita.

Oferecemos oficinas para habilitar a comunidade a trabalhar com o processamento da mandioca. [...] O mercado passou a exigir outro tipo de produto que não apenas a mandioca *in natura* e sim uma mandioca descascada e lavada para ser melhor absorvida por vários tipos de consumidores. (CATI, 2015)

Em resumo, podemos verificar que, a partir da chegada dos Terena, inicia-se uma mudança na orientação da política indigenista do governo brasileiro em Araribá, que além da manutenção da reserva demarcada e da possibilidade de integração dos Guarani à economia regional, novas técnicas agrícolas são implementadas, como foi o caso da atividade do bicho-da-seda “aprendida pelos Terena diretamente com os japoneses que vivem nos arredores” (CARVALHO, 1979: 84).

Como descrito anteriormente, a partir da chegada dos Terena em Araribá, grandes mudanças ocorreram em relação as atividades econômicas, mas também novas relações foram sendo observadas a partir do convívio entre os Terena e Guarani, dando origem a diversas uniões entre homens Terena e mulheres Guarani, em maior número como pode ser observado nas genealogias apresentadas no quarto capítulo, bem como algumas uniões entre homens Guarani e mulheres Terena. Essas uniões vão dar significado ao etnônimo Tereguá.

Nesse sentido, podemos citar a história de uma mulher Guarani, filha única de uma união entre um homem Terena e uma mulher Guarani, nascida em 1937. Essa mulher, hoje residindo na aldeia Tereguá, nasceu e viveu por muito tempo na antiga aldeia Guarani, conhecida como “aldeia velha”, junto ao rio Batalha. Ela nos contou que “a terra lá era muito boa para plantar e ainda tinha muita caça e muito peixe”.

Em 1985, mudou-se para a aldeia Nimuendajú, onde já haviam sido construídas algumas casas de madeira, por convencimento das lideranças Guarani em conjunto com o chefe da FUNAI da época. Depois, em 2002, foi morar na aldeia Tereguá, quando houve uma cisão na aldeia Nimuendajú, e várias famílias acabaram formando essa nova aldeia, inclusive sua irmã por parte de mãe e alguns sobrinhos. Essa irmã é filha de um não índio, chamado Sebastião Penedo da Rocha que “veio de Mato Grosso (do Sul) como cozinheiro do Encarregado do SPI, de nome Prado” (Veiga, 2013: 53), que

acabou de criá-la e deu seu nome para ela, pois seu pai Terena havia voltado para o Mato Grosso deixando sua mãe grávida na aldeia do Batalha.

Essa mulher se auto identifica como sendo Guarani, e não uma Tereguá, por ter sido criada pela mãe Guarani e por ter crescido na aldeia Guarani do Batalha. Ela teve quatro filhos com um indígena Guarani que conheceu e se casou ainda na aldeia do Batalha. Sua filha, que também se considera Guarani, atualmente residindo na cidade de Bauru (SP), foi casada com um indígena Terena, que permanece morando na aldeia Tereguá, descendente de uma das primeiras famílias Terena que chegaram em Araribá. Dentre seus netos, filhos dessa sua filha, pudemos verificar, durante a pesquisa de campo, que um neto, nascido em 1988, disse ser Terena por identificar-se com o grupo do pai, como também uma de suas irmãs, nascida em 1992, identifica-se como sendo Terena. Mas sua outra irmã, nascida em 1994, ficou em dúvida ao ser perguntado sobre qual grupo pertenceria, e depois de algum tempo disse se considerar Guarani por identificar-se mais com o grupo de sua mãe e de sua avó. Hoje, esses irmãos moram na aldeia Tereguá, com quem conversamos durante a pesquisa.

Essas escolhas em se identificar como sendo Terena ou Guarani, algumas vezes também se dá em bases políticas. Por exemplo, podemos citar o caso da esposa de um indígena Terena, filha de pai Guarani e mãe Kaingang. Nascida na Terra Indígena Mangueirinha, estado do Paraná, identifica-se como sendo Kaingang, mas em certo momento acabou tendo que se identificar como sendo Guarani, uma escolha política, pois precisava de uma documentação emitida pela FUNAI de que era moradora da reserva de Araribá. Essa documentação permitiu que ela tivesse direito a uma das bolsas de estudo oferecidas por uma universidade particular da cidade de Bauru e, também conseguir fazer um cadastro na Diretoria de Ensino – Região de Bauru, para poder dar aulas na escola da aldeia.



Essas “misturas” ocorridas no convívio entre os Guarani e os Terena, além dos Kaingang e os não índios, poderão ser observadas quando da apresentação dos dados de nossa pesquisa junto a aldeia Tereguá e também na descrição de algumas genealogias construídas a partir das informações colhidas e comparadas a outras genealogias apresentadas em trabalhos anteriores.

## **2.4 LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA**

Em 1913, através do Decreto Nº 2.371-F (Anexo A), foi criada a Reserva Indígena de Araribá localizada no então distrito de Jacutinga (atual município de Avaí), que pertencia ao município de Bauru. Essa reserva com 1930 hectares encontra-se aproximadamente a 16 km do município de Avaí, 22 km de Duartina e 41 km de Bauru.

A área está circundada por propriedades particulares, tendo por limites: ao norte e leste, Fazenda Laranjeiras, ao sul Fazenda Inhaumas e Fazenda Barroão. O rio Batalha, o mais importante, passa nos fundos da área; é pequeno, porém de curso permanente. (CARVALHO, 1979: 51).

A partir de 1906, com a inauguração do primeiro trecho da estrada de ferro Noroeste do Brasil, o perímetro urbano do povoado de Avaí vai sendo formado e, em 1919, esse distrito foi elevado a município. Avaí integra a região administrativa de Bauru, localizada no centro-oeste do estado de São Paulo com uma área de 16.105 km<sup>2</sup> somando 39 municípios, sendo que o município de Avaí ocupa uma área de 540,459 km<sup>2</sup>.

*Awá'y*, que na língua tupi-guarani significa “rio dos homens, das pessoas, ou dos índios”, conforme descrito no site Cidades Paulistas (ver referências eletrônicas), que complementa a informação dizendo que o nome do município de Avaí é uma homenagem “a região paraguaia onde se deu a Batalha do Avaí”.

Essa região administrativa do estado de São Paulo, passou a ser ocupada no início do século XX pela ação do governo e pelo interesse nas terras do oeste para a produção do café e também com a construção de ferrovias.



**Figura 5: Localização do município de Avai no Estado de São Paulo.**  
Fonte: BERTONCINI, 2003: 5.

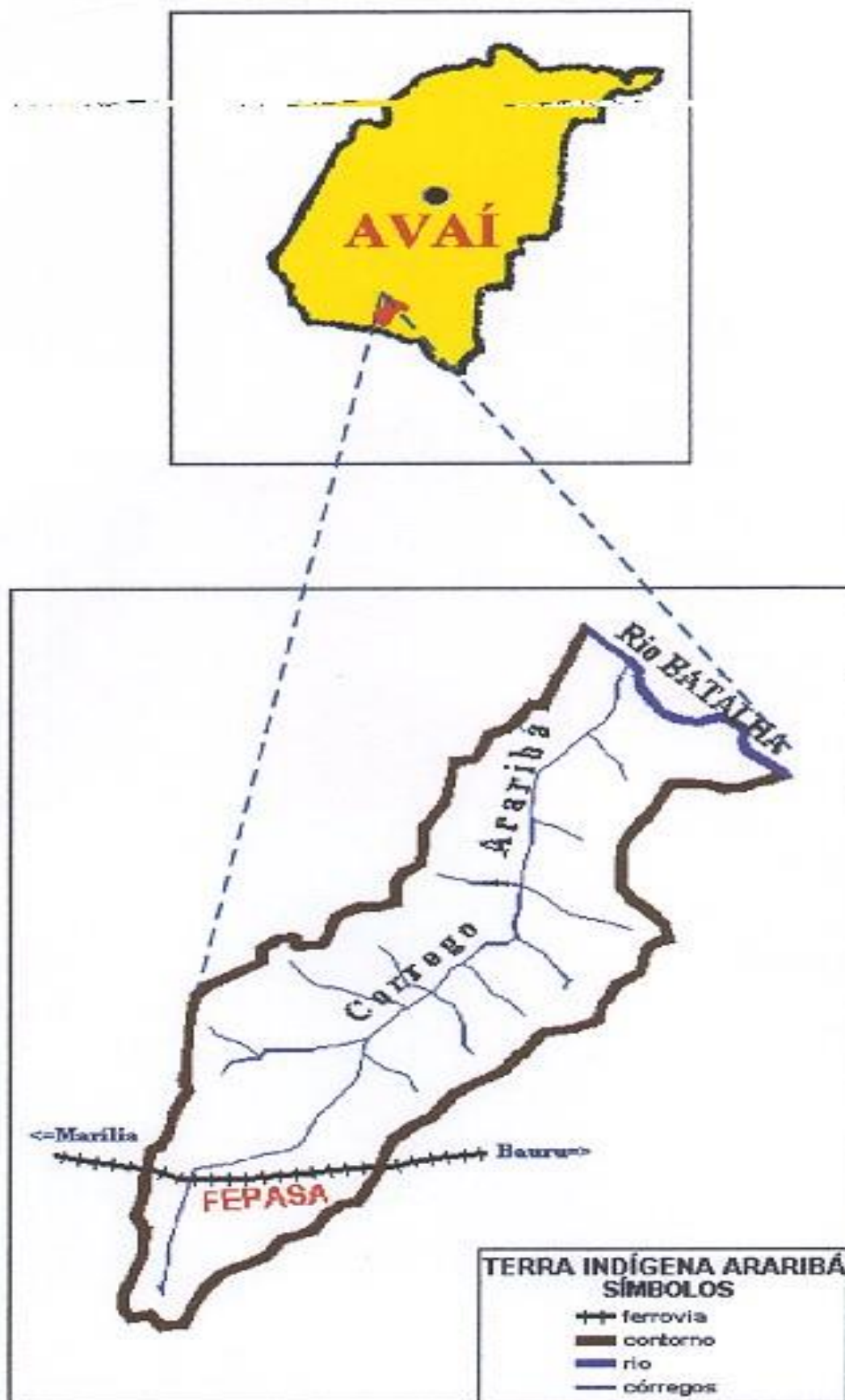


Figura 6: Localização da Reserva Indígena Araribá no município de Avai/SP. Em destaque o córrego Araribá, o rio Batalha e a ferrovia. Fonte: BERTONCINI, 2003: 5.

Avai era um distrito do município de Bauru, inicialmente denominado de Jacutinga e depois São Sebastião de Jacutinga, formado a partir da doação de “dez alqueires de terra pelo Major Gasparino de Quadros, para a localização de um Patrimônio, em 1905” (Diniz, 1976: 21). A sede desse município está localizado no traçado da estrada de ferro Noroeste do Brasil, e tinha muito poucos habitantes a época da demarcação da reserva de Araribá, como escreveu um repórter do jornal “O Estado de São Paulo” na edição da noite de 16 de junho de 1916.

Como os trens de passageiros passam por lá só três vezes por semana, quando chega qualquer comboio, das cerca de 300 casas que existem na villa, [...], saem moradores com destino à estação. Saem os poucos que estão em casa, porque a maior parte passa o dia trabalhando nas roças. (DINIZ, 1976: 22)

A partir de 1910, o governo do estado de São Paulo inicia a demarcação da Reserva Indígena de Araribá, situada nas cercanias do então distrito de Jacutinga, que seria cedida ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPI/LTN, criado pelo Decreto Nº 8,072 de 20/07/1910, para ser ocupada pela “Povoação Indígena do Araribá”. Entre 1911 e 1945, a unidade administrativa do SPI na reserva teve o nome de Posto Indígena Araribá, sendo que a partir de 1945 até 1960 recebeu o nome de “Posto Indígena Curt Nimuendajú. Já entre 1960 e 1969 o Posto Indígena recebeu o nome de Capitão Iacri, voltando a ser denominado Posto Indígena Araribá a partir de 1969” (Diniz 1976: 26).

O diário fluminense “A Noite”, em sua tiragem de 20 de outubro de 1931, traz em seu caderno denominado Última Hora, a informação de como havia se formado essa povoação indígena:

A povoação do Araribá, constituída com o fito de localizar os índios semi-civilizados que se espalhavam pelos pequenos núcleos de Jacutinga, Itaporanga, Pirajú, Salto Grande e em várias povoações do litoral, como S. Vicente, Itariri, Mongaguá, Bananal e Aguapeú – foi a princípio apenas o abrigo de um grupo de “guaranys”, cuja principal rancharia assentava-se perto da confluência do córrego Araribá e do rio Batalha. (Diniz, 1979: 9)

O Decreto 2.371-F, de 28 de abril de 1913, em seu artigo 1º, reserva terras devolutas para a localização de índios no vale do córrego Araribá, uma área de 1920,80 hectares ou 793,72 alqueires, que foram entregues à Inspetoria de São Paulo do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com uma ressalva em seu artigo 4º, ou seja, se por qualquer circunstância não conseguir cumprir o objeto do Decreto, essas terras voltariam de novo ao domínio do Estado de São Paulo, sendo que essa questão já foi trazida ao debate quando da chegada dos Terena na década de 1930, descrita anteriormente.

Importante destacar que o Decreto 2.371-F de 28 de abril de 1913, observa o disposto no parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei 323 de 22 de junho de 1895, que reserva as terras devolutas, das comarcas de Bauru e Agudos, a serem empregadas no serviço de colonização e aldeamentos de indígenas, reportando-se ao artigo 64 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, que repassou aos Estados as minas e terras devolutas situadas em seus respectivos territórios, permitindo que os mesmos pudessem aliená-las livremente.

Essa é uma questão a ser observada inicialmente, pois no início do período republicano as esferas administrativas estavam de ajustando quanto às suas competências. A Lei 323 de 22 de junho de 1895, ancorada no artigo 64 da Constituição de 1891, teve sua regulamentação através do Decreto Nº 734, de 5 de janeiro de 1900, que em seu artigo 1º, diz pertencer ao Estado de São Paulo todas as terras devolutas situadas em seu território, mas incorre em erro quando define o que seriam essas terras descritas em seu parágrafo 10º, considerando devolutas as terras dos extintos aldeamentos dos índios. Na sequência do texto, no Capítulo II – Das Terras Reservadas, o artigo 3º considera reservadas das terras devolutas as terras dos aldeamentos dos

índios (parágrafo 7º), ou seja, há uma interpretação equivocada do artigo 64 da Constituição de 1891, que transferiu aos Estados a prerrogativa de titulação das terras devolutas, de acordo com a Lei de Terras de 1850.

Como foram consideradas devolutas as terras dos aldeamentos indígenas extintos, tomaram-se erroneamente as terras indígenas em geral, como se houvessem passado para o domínio dos Estados, o que não era o caso, nem das terras dos aldeamentos não extintos, nem das terras imemorais indígenas, que não poderiam ser tratadas como devolutas. (CARNEIRO da CUNHA, 1987:74-5)

A Lei de Terras de 1850 teve como finalidade favorecer a colonização, autorizando o governo a vender, por leilão, as chamadas terras devolutas, desocupadas, que não possuíam título de propriedade, que acabou incorporando as terras dos índios.

O caso de Araribá, como se tratava de um aldeamento em formação, portanto vigente, e ainda de terras imemorais ocupadas pelos Guarani, não poderia ser tratado como terra devoluta ou de aldeamento extinto, sob jurisdição do Estado de São Paulo; portanto, não estava sujeito a acordos, nem demandava entendimentos com o Governo do Estado que, por sua vez, simplesmente disponibilizou uma “fazenda” com limites arbitrários, isto é, preestabelecidos em escrituras para o Ministério da Agricultura; o Governo Federal, por seu turno, deixou de cumprir a sua atribuição, que era e ainda é a de garantir a “efetividade da posse adquirida,” pois [...] a efetividade da posse adquirida, incluíam aldeias na outra margem (e afluentes) do Batalha, a Fazenda Laranjinha, matas circundantes onde incidiam e incidem atividades de coleta, caça, pesca e agricultura. (LADEIRA, 2006, p. 2-5)

Este foi o equivocado caminho quando se chegou até o Decreto Nº 2.371-F, que reservou as terras do vale do córrego Araribá para aldear os Guarani que estavam dispersos nessa região, pois esse grupo indígena já habitava essa região e suas terras não poderiam ter sido consideradas devolutas ou de aldeamentos extintos.

Podemos observar que o referido Decreto se reporta à localização de índios, sem especificar que etnias existiriam à época nessa região do vale do córrego do Araribá. Que também pode ser observado na Portaria nº 1.088 de 07/11/2007, na qual o Presidente da Fundação Nacional do Índio, Marcio Augusto Ferreira de Meira, na ocasião, constituiu um Grupo Técnico com a finalidade de realizar os estudos

necessários à identificação e delimitação das Terras Indígenas Guarani de Itaporanga e Barão de Antonina, nos municípios de mesmo nome. Nessa mesma Portaria, autoriza que sejam realizados estudos para uma revisão dos limites da Terra Indígena Araribá, no município de Avaí, sendo que nesse caso não define a etnia detentora dessa Terra Indígena, habitada por indígenas das etnias Guarani e Terena, tendo ainda alguns Kaingang.

Em 1985, a demarcação física foi efetivada e homologada pelo Decreto Presidencial nº 308, de 29/10/1991, sendo que a Terra Indígena de Araribá, com 1.930 hectares, encontra-se registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru – SP.

Atualmente, as lideranças indígenas reivindicam a revisão de limites e a ampliação do território da reserva, pois entendem ser insuficiente para a reprodução física e cultural dos grupos Guarani e Terena.

Esta reivindicação já foi objeto de uma Portaria da Presidência da FUNAI, Nº 1.088 de 7 de novembro de 2007, sendo que até a presente data não houve o cumprimento desta portaria no que se refere a Terra Indígena de Araribá.

No Relatório Final do Estudo Etnoecológico realizado em Araribá (LADEIRA, 2006: 8.1-8.2), devido à passagem da linha de transmissão de energia, existem algumas reivindicações, sendo que a primeira é exatamente a revisão dos limites da reserva atual. Esse relatório define como medidas necessárias para a realização da revisão solicitada pela comunidade indígena o seguinte: viabilizar a criação de Grupo de Trabalho (GT) da FUNAI para, em conjunto com as comunidades indígenas, realizar os estudos e levantamentos de identificação e delimitação de novos limites para a Terra Indígena Araribá; encontrar formas, em conjunto com o Poder Público, para regularização fundiária das áreas identificadas, de modo a garantir aos índios o seu usufruto exclusivo.

A partir do Estudo Etnoecológico (LADEIRA, 2006), foi realizado um Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGAT, 2011) na reserva de Araribá, o primeiro do Estado de São Paulo.

O PGAT foi feito pelos próprios índios durante as oficinas de etnomapeamento que a Ecology Brasil realizou, em parceria com a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), nos meses de julho e setembro de 2011. Esta atividade fez parte do Programa de Educação Ambiental da Linha de Transmissão (LT) 525 kV Londrina-Araraquara, de responsabilidade da empresa ATE Transmissora de Energia S.A. (PGAT, 2011: 1/16)

Esse Plano de Gestão Ambiental e Territorial apresentou, como resultado das oficinas de etnomapeamento, um mapa onde apresenta uma possível área para a revisão de limites da Terra Indígena de Araribá (Anexo B). A ampliação da reserva de Araribá é uma reivindicação da comunidade indígena devido ao aumento populacional que levou a uma escassez de recursos na reserva atual.

A ampliação de nossa Terra Indígena Araribá irá resolver, por partes, problemas relacionados à escassez de recursos naturais para ter uma melhor qualidade de vida e preservação das culturas dos povos indígenas que nela vivem. (PGAT, 2011: 16/16)

As lideranças da reserva de Araribá participaram do 13º Acampamento Terra Livre, maio de 2016, organizado pela Articulação de Povos Indígenas do Brasil – APIB, em Brasília, quando apresentaram essa reivindicação da ampliação reserva, através de seus representantes na Articulação dos Povos Indígenas da região Sudeste – ARPIN/SUDESTE.

Em matéria publicada no Jornal da Cidade, caderno regional, maio de 2016, as lideranças de Araribá, através do atual cacique da aldeia Kopenoti, Edenilson Sebastião (Chicão Terena), destacam sua participação no Acampamento Terra Livre com sua articulação para a revisão dos limites de sua reserva.

Há reivindicação para uma possível ampliação que deve ser discutida em Brasília junto ao Ministério da Justiça. O número de indígenas aumentou, mas a área é pequena por possuir áreas de preservação ambiental. (Alonso, 2016)



## 2.5 DADOS POPULACIONAIS

Vimos que em 1913, com a reserva de Araribá criada, os grupos Guarani reunidos por Curt Nimuendajú, que habitavam a região do córrego Araribá, próximo a foz do rio Batalha, foram sendo instalados num local denominado de aldeia velha no mapa da Povoação Indígena Araribá (Anexo B), com cerca de 33 pessoas.

Em 1916, num relatório do Inspetor Luiz Bueno Horta Barboza sobre a “Povoação Indígena do Araribá” (1954: 59-64), encontramos alguns dados sobre essa população:

Regressaram 33 indivíduos, sendo 22 homens, 5 mulheres, 3 meninos e 3 meninas, que a haviam abandonado em 1914. Nasceram 2 meninas e 1 menino. Faleceram 4 mulheres, 2 homens, 2 meninas e 1 menino. Em 1º de janeiro a população era de 205 indivíduos e em 31 de dezembro havia 232 pessoas (231 Guarani e 1 Oti), sendo 113 do sexo masculino e 119 do sexo feminino. Viviam na Povoação 25 “civilizados”, entre adultos e crianças.

Diniz (1976: 29), a partir de documentos existentes no arquivo do Posto Indígena Araribá, informa ainda que “até novembro de 1917 havia morrido 40 Guarani, devido a epidemia de sarampo”.

Em 1947, quando o Posto Indígena da reserva já tinha recebido o nome de Curt Nimuendajú, a partir dos dados fornecidos pelo Chefe do Posto Indígena, Sr. Joaquim Fausto Prado, a população Guarani já era de 73 pessoas: “17 homens, 20 mulheres e 36 crianças” (DINIZ: 1976: 43). Dentre as mulheres já havia algumas casadas com não-índios, e a maioria dos adultos era originária de Itaporanga. Todas as crianças haviam nascido em Araribá, mas também haviam alguns adultos que vieram do litoral de São Paulo, Itanhaém, de Mato Grosso (do Sul) e do Rio Grande do Sul. Em 1974, o grupo Guarani se encontrava reduzido a 56 pessoas devido a ocorrência de doenças.

Diniz (1976: 131), apresenta uma tabela com dados populacionais do grupo Guarani, com alguns intervalos, no período de 1906 a 1974, sendo que os dados de 1972 a 1974 foram colhidos durante sua pesquisa de campo.

**Tabela 3: População Guarani (1906 - 1974). Fonte: DINIZ, 1976: 131.**

ANO	POPULAÇÃO GUARANI		
	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
1906	?	?	67
1911	?	?	40
1912	?	?	125
1913	?	?	300
1914	?	?	300
1916	113	119	232
1919	?	?	200
1931	?	?	300
1932	35	34	69
1941	32	33	65
1945	42	37	79
1947	?	?	73
1949	36	30	66
1953	58	33	91
1957	24	21	45
1964	20	22	42
1972	24	26	50
1973	28	24	52
1974	31	25	56

Os dados apresentados na Tabela 3 (acima), entre 1906 a 1964, tem por base Nimuendajú (1954), os arquivos do Posto Indígena Araribá, os jornais “O Estado de São Paulo” (edição de 23/12/1913) e o “Correio Paulistano” (edição de 23/12/1914), Horta Barbosa (1954: 59), o diário “A Noite Ilustrada” do Rio de Janeiro (edição de 28/10/1931) e os arquivos do Museu do Índio (Rio de Janeiro).

Em relação a diferença da população Guarani entre os anos de 1919 a 1932, Tabela 2, que também podemos observar na Tabela 4, quando há um decréscimo

populacional bastante significativo, vamos encontrar uma explicação em Carvalho (1979: 72).

Por volta de 1919, os Guarani foram atingidos por esse tipo de gripe e sua maior parte foi dizimada, provocando, com isso, o despovoamento quase total do Posto Indígena Araribá. Esse despovoamento, aliado à ameaça de penetração de elementos civilizados, contribuiu para que já na década de 1920, se optasse por uma ideia do marechal Rondon de se trazer para lá os Terena de Mato Grosso.

Assim, parece que a partir da epidemia de gripe espanhola de 1919, o SPI já planejava trazer os Terena de Mato Grosso (do Sul) para Araribá, visando impedir a invasão daquelas terras pelos grileiros da região. Antes que o SPI resolvesse trazer os Terena para Araribá, ocorreu uma outra solução, descrita por Carvalho (1979: 73) a partir do relatório do Diretor interino do SPI em 1929, José Bezerra Cavalcanti.

*“Foram recolhidos ao Araribá, os índios Guarany que se achavam no littoral em numero de 110 individuos. Essa remoção teve a dupla vantagem de por esses índios mais à mão em uma situação onde há recursos de dar sangue novo à população do Araribá melhorando assim as futuras gerações. A população ficou elevada a 230 índios.”*

A partir dos anos 1930, começaram a chegar as primeiras famílias Terena, inicialmente apenas cinco famílias, trazidas pelo SPI do de Mato Grosso (do Sul), como nos informa Diniz (1976: 46)

Primeiramente aí aportaram 21 indivíduos, entre adultos e menores, sendo 11 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Foram trazidos para dedicarem-se ao plantio e colheita do café, atividades em que os Guarani não haviam mostrado aptidão ou interesse. Tempos depois, 12 deles, 6 de cada sexo, regressaram a Mato Grosso. Posteriormente houve novas chegadas, devido às ligações de parentesco. (grifo do autor)

Diniz (1976: 132), apresenta uma dinâmica populacional do grupo Terena (Tabela 3) que chegou em Araribá entre os anos de 1932 a 1974, através de dados colhidos junto aos arquivos do Museu do Índio (1), situado na cidade do Rio de Janeiro, arquivos existentes no Posto Indígena Araribá (2) e através dos dados colhidos pelo autor durante sua pesquisa de campo (3).

**Tabela 4: População Terena (1932 - 1974). Fonte: DINIZ, 1976: 132.**

ANO	POPULAÇÃO TERENA		
	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
1932 (1)	40	30	70
1941 (1)	38	29	67
1945 (1)	52	30	82
1949 (1)	45	41	86
1957 (2)	56	50	106
1964 (1)	106	120	226
1972 (3)	92	85	177
1973 (3)	91	77	168
1974 (3)	91	85	176

Carvalho (1979: 87), apresenta uma tabela com a distribuição dos Terena por sexo e idade, a partir de sua pesquisa de campo realizada em 1973, sendo que destacamos uma pequena diferença entre a população Terena apresentado por Diniz (1976) nesse mesmo ano de 1973 (Tabela 3). No levantamento feito por Diniz (1976), a população Terena em 1973 era de 91 homens e 77 mulheres, já o levantamento feito por Carvalho (1979) essa população seria de 84 homens e 89 mulheres.

Na entrada da aldeia Kopenoti, habitada predominantemente por famílias Terena, tem uma placa onde estão gravados seis nomes considerados como os “fundadores Terena”. Esses nomes representam as famílias Pio, Sebastião, Lipu e Camilo (Figura 7).

Entre esses “fundadores” encontra-se o nome de Teotônio Pio, vindo com os primeiros Terena em 1932 para Araribá, “que exerceu o cargo de ‘capitão’ até seu falecimento em outubro de 1973”, conforme nos relata Diniz (1976: 46). Vamos encontrar também os irmãos Heitor e Balbino Sebastião, que irão aparecer nas genealogias formadoras da aldeia Tereguá.



**Figura 7: Placa da entrada da aldeia Kopenoti, trazendo os nomes das primeira famílias Terena que chegaram na reserva de Araribá, denominados "fundadores Terena". Foto do autor.**

Stucchi (2011: 72) apresenta um levantamento (Tabela 4) da população de Araribá, já trazendo uma relação entre Guarani e Terena, destacando que

Apenas durante as décadas de 1930 a 1940 a população do Araribá esteve numericamente equilibrada considerando as duas etnias. Após esse período, que coincidiu com a consolidação da ocupação Terena no Araribá e a chegada de novas famílias, a população Terena não parou de crescer enquanto a Guarani permaneceu estável, chegando a diminuir em alguns momentos. (STUCCHI, 2011: 72)

Essa relação entre as populações Terena e Guarani a partir de 1932, constantes nas Tabelas 2, 3 e 4, demonstram um certo equilíbrio inicial, mas em seguida se observa um aumento significativo entre a população Terena. Diniz (1979: 77) relata que a partir da chegada das primeiras famílias Terena “a população Guarani se reduziu continuamente”. Talvez os Guarani trazidos do litoral pelo SPI, relatado anteriormente, tenham retornado para suas aldeias no litoral de São Paulo. Informação que precisaria ser confirmada a partir de novas pesquisas a serem realizadas.

**Tabela 5: População da Reserva Indígena Araribá. Fonte: STUCCHI, 2011: 72.**

ANO	GUARANI	TERENA
1906	67	**
1911	40	**
1912	125	**
1913	300	**
1914	300	**
1916	232	**
1919	200	**
1932	69	70
1941	65	67
1945	79	82
1947	73	78
1949	66	86
1953	91	**
1957	45	106
1964	42	226
1972	50	177
1973	52	168
1974	56	176

Em novembro de 1983, a partir de um relatório do Chefe da 12<sup>a</sup> Delegacia Regional da FUNAI, com sede em Bauru (SP), extraído dos arquivos da CTL/FUNAI/Bauru, que tinha em sua jurisdição quatro Postos Indígenas no estado de São Paulo: Peruíbe, Araribá, Vanuire e Icatu, além de mais oito Postos Indígenas no estado do Paraná: Laranjinha, Pinhalzinho, São Jerônimo, Barão de Antonina, Apucarana, Queimadas, Ivaí e Faxinal. Nesse relatório vamos observar alguns dados que identificavam cada Posto Indígena.

O Posto Indígena Araribá, a época chefiado pelo Técnico de Indigenismo João Vianey Pinheiro Alves, tendo como atendente de enfermagem a indígena Terena Marina Lulu, filha de Ciraco Lulu, apresentava um censo (Tabela 5) da população indígena de Araribá distribuída por faixa etária e sexo.

**Tabela 6: Censo da população da reserva de Araribá. Relatório apresentado pelo chefe da 12ª Delegacia Regional da FUNAI (Bauru/SP) em novembro de 1983.**

<b>POPULAÇÃO DO PI</b>		
<b>POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO</b>	<b>M</b>	<b>F</b>
<b>0 – 1</b>	08	25
<b>1 – 4</b>	10	13
<b>4 – 7</b>	13	10
<b>7 – 14</b>	23	26
<b>14 – 18</b>	19	10
<b>18 – 40</b>	45	36
<b>40 – 60</b>	17	14
<b>+ 60</b>	12	13
<b>POPULAÇÃO TOTAL DO PI</b>	148	147 = 295

Em agosto de 1987, através de dados colhidos junto aos arquivos da CTL/FUNAI/Bauru, vamos observar um quadro que apresentava dados populacionais por aldeia na Reserva Indígena de Araribá, sendo nesse período existiam apenas duas aldeias. Nimuendajú, onde vivem os Guarani, criada em 1985 próxima a estrada vicinal que liga a SP-294 (Bauru-Marília) ao município de Avaí, e a aldeia Kopenoti, dos índios Terena, junto ao Posto Indígena.

Esse quadro informava a população dessas aldeias através de uma relação por família: sendo 21 famílias Guarani, num total de 96 pessoas e 44 famílias Terena, num total de 231 pessoas. Nesse levantamento a população de Araribá era de 327 pessoas.

O Instituto Socioambiental – ISA, apresenta um quadro da população de Araribá entre 1994 e 2013 (Tabela 6), tendo como principais fontes os dados provenientes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e das Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais da FUNAI.

**Tabela 7: População na Terra Indígena Araribá. Fonte: <http://ti.socioambiental.org.br>.**

<b>População na Terra Indígena</b>	<b>Ano</b>	<b>Fonte</b>
<b>587</b>	<b>2013</b>	<b>Siasi/Sesai</b>
<b>567</b>	<b>2010</b>	<b>Siasi/Funasa</b>
<b>527</b>	<b>2010</b>	<b>Funai/Litoral Sudeste</b>
<b>572</b>	<b>2008</b>	<b>Siasi/Funasa</b>
<b>585</b>	<b>2004</b>	<b>Funai</b>
<b>436</b>	<b>1998</b>	<b>Funai/Bauru</b>
<b>380</b>	<b>1994</b>	<b>Funai</b>

Atualmente, os Terena representam a maior parte da população da Reserva Indígena de Araribá. Durante nossa pesquisa de campo recolhemos apenas os dados populacionais da aldeia Tereguá, mas conseguimos os dados populacionais das outras três aldeias junto ao Sistema de Informações de Atenção à Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Siasi/Sesai - Pólo Base de Bauru. Nesse levantamento encontramos também alguns indígenas da etnia Kaingang, da etnia Kuruaia e alguns não-índios, que apontaremos no decorrer do trabalho ao tratar dos casamentos entre indígenas Terena e Guarani e também com os não-índios.

A população atual em Araribá é de 587 pessoas, sendo distribuídas nas quatro aldeias da seguinte forma: Kopenoti com 210; Ekeruá com 156; Nimuendajú com 84 e Tereguá com 99 (Siasi/Sesai – Pólo Base de Bauru/SP).



## 2.6 ARARIBÁ: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Em relação aos dados populacionais da reserva de Araribá, podemos observar claramente um considerável crescimento populacional, principalmente entre os Terena, indicando a necessidade de uma revisão dos limites da reserva e uma ampliação da área demarcada, que já foi proposto pela própria FUNAI ao publicar uma portaria para esse fim, através da Portaria N° 1.088, de 7 de novembro de 2007.

Esse crescimento populacional acabou levando a uma divisão interna na Reserva Indígena de Araribá, a partir de cisões ocorridas nas aldeias Kopenoti e Nimuendajú. Destacando que em 1985, houve um deslocamento dos Guarani das margens do rio Batalha para um local próximo da rodovia vicinal que liga a SP-294 (Bauru-Marília) ao município de Avaí (SP), transferência realizada pela administração da FUNAI de Bauru visando dar um melhor atendimento a esses índios, principalmente no que se refere à saúde indígena. Com essa transferência surgiu a aldeia Nimuendajú, onde acabou sendo instalado o Posto Indígena Nimuendajú para atender as famílias Guarani, sendo que as famílias Terena passaram a ser assistidas pelo Posto Indígena Kopenoti, nome dado ao então Posto Indígena Araribá.

A partir de 2002, essas divisões acabaram resultando na formação de outras duas aldeias: Ekeruá e Tereguá, conforme o relato das lideranças das aldeias Kopenoti e Nimuendajú, publicado no caderno Regional do Jornal da Cidade em 29 de junho de 2003, o processo de divisão teve o seguinte objetivo.

Líderes indígenas negam a ideia de ruptura, afirmando que o processo de divisão das aldeias, iniciado em agosto do ano passado, teve o objetivo de racionalizar o desenvolvimento da agricultura e propiciar melhores condições de sobrevivência das comunidades.

O cacique Jazone de Camilo, da aldeia de Ekeruá, disse na mesma reportagem do Jornal da Cidade (2003), que essa divisão é natural dentro da tradição indígena,

“sempre ele fica num grupo, quando ele vai espichando ele fala: aqui não está bom, vamos mudar para outro canto”.

A última aldeia a nascer dentro desse processo foi a de Tereguá, no final de 2002, sendo composta por indígenas dos grupos Terena e Guarani.

A maior aldeia é Kopenoti, localizada junto ao extinto Posto Indígena Kopenoti próximo ao rio Batalha, onde vivem famílias predominantemente Terena, mas podemos encontrar alguns descendentes de casamentos entre Terena e não-índios e alguns indivíduos dos grupos Kuruaya, Kaingang e Guarani. O cacique da aldeia é Adão Alcassa Alves, nascido em 1980, da etnia Terena e casado com uma indígena Terena. Essa aldeia mantém uma relação de parentesco com a aldeia Tereguá, tendo em vista as alianças matrimoniais entre as famílias Terena Sebastião e Lulu (ver genealogias), bem como pela presença histórica, desde 1958, dessas famílias Terena no atual território da aldeia Tereguá.



**Figura 8:** Casa da antiga sede do Posto Indígena Araribá, depois denominado Kopenoti. Foto do autor.



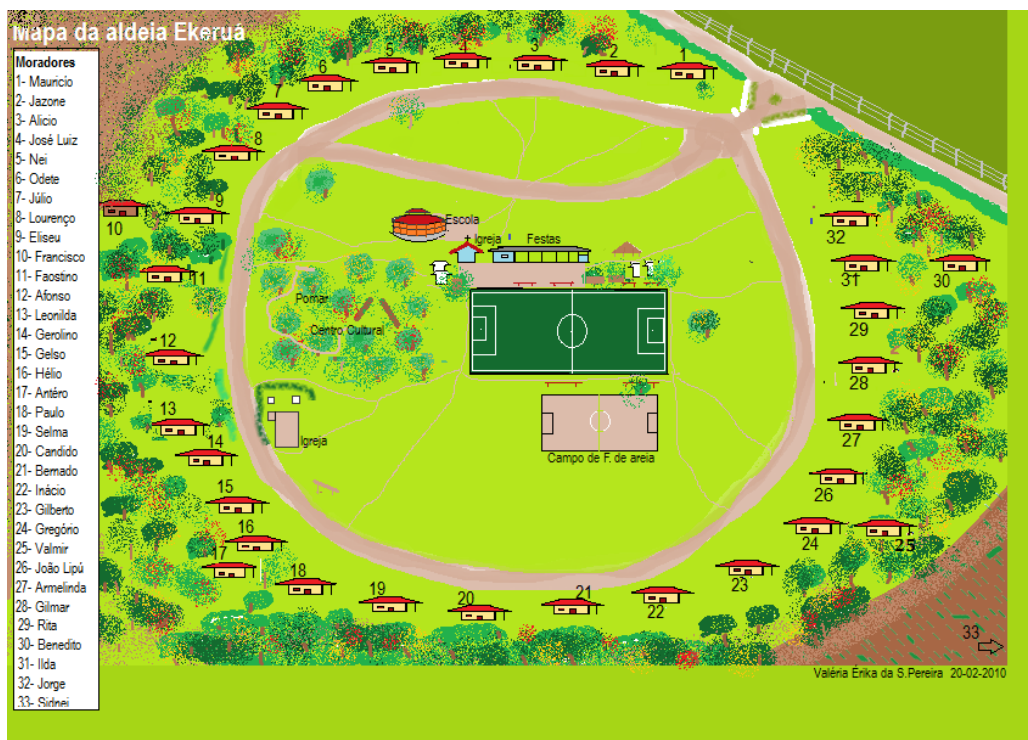
**Figura 9:** Fachada da casa da antiga sede do Posto Indígena Araribá. Foto do autor.

A aldeia Ekeruá, criada em 2002, teve seu início em agosto de 2001, a partir de uma cisão da aldeia Kopenoti, quando 28 famílias lideradas pelo cacique Jazone de Camilo se deslocaram para um local, onde havia apenas uma área de pastagem, próximo da aldeia Nimuendajú e da estrada vicinal que liga a SP-294 (Bauru-Marília) ao município de Avaí.

Jazone de Camilo, nascido em 1936 no Mato Grosso do Sul, tendo chegado com nove meses junto com seus pais na reserva de Araribá, havia assumido a liderança da aldeia Kopenoti, em 1985, numa eleição realizada na própria aldeia, o que era uma novidade, pois antes a liderança era passada de pai para o filho, como descrito no documentário realizado pela TV UNESP em 2013, “Tradições do Interior: Os costumes da aldeia Araribá”. Nessa eleição os velhos da aldeia puderam votar em três candidatos: Ciriaco Lulu, Faustino Pio e Jazone de Camilo, sendo que Faustino teve 18 votos, Ciriaco 20 votos e Jazone 21 votos, assumindo assim a liderança da aldeia. Em 2015, o atual cacique de Ekeruá, Jazone de Camilo, chegou aos 30 anos de liderança entre as aldeias Kopenoti e Ekeruá. Jazone é casado com uma indígena Terena.



As casas da aldeia Ekeruá formam um círculo (Figuras 10 e 11), lembrando o formato das aldeias dos povos indígenas da família linguística Jê, tendo sido idealizada por um engenheiro agrimensor da Coordenadoria Regional do Litoral Sul – CORLIS/FUNAI, Flavio Luiz Gorni, em conjunto com as lideranças da aldeia, conforme nos informou Anézio Coelho, engenheiro agrônomo da CTL/FUNAI.



**Figura 10: Desenho do croqui da aldeia Ekeruá. Fonte: <http://familiaekerua.blogspot.com.br>.**



**Figura 11: Imagem da aldeia Ekeruá. Fonte: Google Earth.**

A aldeia Nimuendajú, onde vivem, predominantemente, as famílias Guarani que foram transferidas em 1985 da aldeia do Batalha, é liderada pelo cacique Claudino Marcolino, nascido em 1968, que é casado com uma indígena Guarani.

A transferência dos Guarani, da aldeia velha nas margens do rio Batalha para a nova aldeia Nimuendajú, foi proposta pelo o então Delegado Regional da FUNAI, João Vianey Pinheiro, em acordo com as lideranças e a comunidade da reserva de Araribá, visando melhorar o atendimento da comunidade Guarani, principalmente quanto a questão de saúde, pois o acesso a aldeia do Batalha era péssimo.

Assim, o Posto Indígena de Araribá foi dividido em duas unidades: uma permanecendo na atual aldeia Kopenoti (Terena) e outra na aldeia Nimuendajú (Guarani), denominadas postos indígenas Kopenoti e Nimuendajú, respectivamente.

A portaria foi assinada pelo presidente da Funai, Romero Jucá Filho, que assim separa e garante vida própria aos integrantes das tribos Terena e Guarani, que até agora viveram numa única comunidade, embora possuam cultura e tradições diferentes. Embora divididos para fins administrativos [...] os índios não terão a terra separada fisicamente, havendo apenas um acordo de cavalheiros entre as partes quanto aos critérios de utilização dos 1.920 hectares da reserva. (CEDI, 1991: 580)

A aldeia Tereguá foi criada no final de 2002 após uma cisão da aldeia Nimuendajú, tem como cacique o Terena Lauro Eloi, nascido em 1959 no Mato Grosso do Sul. Lauro Eloi conheceu sua esposa, a indígena Guarani Emília Marcolino, quando residia na aldeia Kopenoti e os Guarani ainda viviam na aldeia velha nas margens do rio Batalha. Na aldeia Tereguá existem famílias Terena e Guarani, tendo ocorrido casamentos entre esses grupos e também com alguns não índios, como veremos no decorrer do trabalho ao apresentarmos as genealogias construídas durante nossa pesquisa.

Ao observarmos o mapa da Povoação Indígena Araribá (Anexo B), extraído do trabalho de Carvalho (1979: 89), verificamos que a maioria da população de Araribá

encontrava-se no espaço onde se localiza atualmente a aldeia Kopenoti, sendo que haviam algumas famílias Terena morando no espaço onde atualmente está a aldeia Tereguá, bem como onde atualmente está a aldeia Nimuendajú, também já haviam algumas famílias Guarani morando nesse espaço.

No mapa Histórico da Terra Indígena de Araribá (Anexo B), que faz parte do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena de Araribá (PGAT, 2011), vamos observar a ocupação histórica do território de Araribá pelos grupos Guarani e Terena.

Esse etnomapeamento, elaborado em parceria com os próprios índios nas oficinas realizadas em Araribá, foi resultado de um Programa de Educação Ambiental, ver proposta apresentada no Relatório Final do Estudo Etnoecológico (Ladeira, 2006: B-6, B-7), que também sugeriu, como medida necessária para a recuperação ambiental da Terra Indígena de Araribá, a contratação de uma empresa para esse fim em trabalho conjunto com as comunidades indígenas.

Podemos verificar, tendo como base os mapas citados anteriormente, que a antiga ocupação Guarani nas margens do rio Batalha, que deu origem a criação da Reserva Indígena de Araribá, através do Decreto Nº 2.371-F de 1913, não existe mais. O território da reserva de Araribá acabou sendo dividido em quatro partes: duas ocupadas por famílias Terena, aldeias Kopenoti e Ekeruá; uma ocupada por famílias Guarani, aldeia Nimuendajú; outra parte ocupada por famílias Terena e Guarani, aldeia Tereguá, que atualmente está ocupada por uma maioria de famílias Terena.

### 3 A ALDEIA TEREQUÁ

Nesse capítulo iremos apresentar, a partir de dados obtidos durante a pesquisa de campo, um debate teórico sobre a formulação do etnônimo Tereguá sem a pretensão de apresentar conclusões, mas procurando demonstrar as implicações derivadas das relações existentes a partir da “mistura” entre indivíduos Terena e Guarani, que resultaram na formação da aldeia Tereguá.

Essa “mistura”, ocorrida a partir da chegada dos Terena em Araribá, torna-se mais complexa quando observada a inclusão de outros casamentos entre mulheres Guarani ou Terena com regionais não índios.

Na entrada dessa aldeia existe uma placa, nela há uma saudação de boas-vindas aos visitantes escrita nas línguas indígenas Terena e Guarani, respectivamente, “*Ainapo Yakoe Sime Evi*” e “*Pamẽ Pedju Porã*” (Figura 12). Também podemos observar, nessa placa, uma simbologia Tereguá, representada pelas imagens da ema e do maracá.



Figura 12: Placa da entrada da aldeia Tereguá. Foto do autor.



Essa placa foi idealizada pelo Vice Diretor da Escola Estadual Indígena Tereguá, Richard Terena Caetano, que nos informou que “a ema representa os terena e o maracá os tupi guarani, que deu o nome Tereguá”.

Esses símbolos, a ema e o maracá, foram desenhados numa bandeira, também idealizada pelo Vice Diretor da E.E.I. Tereguá, que foi fixada no palco do barracão onde se realizou a festa em comemoração ao Dia do Índio, em abril de 2015 (Figura 13). Nessa bandeira podemos observar a imagem da ema (*kipaê*) e de um maracá (*mbaraka*), simbolicamente representando os grupos Terena e Guarani (grifos meus), Tereguá, que deu origem ao nome dessa aldeia.

Lembrando que, anteriormente, o termo Tereguá já havia sido utilizado para denominar uma banda regional, formada por dois irmãos, filhos de pai Terena e mãe Guarani, que acabaram participando da criação dessa aldeia juntamente com sua mãe e outro irmão.



Figura 13: Bandeira com a simbologia Tereguá. Foto do autor.



É preciso destacar que entre os Terena, os xamãs, os “porangueiros” ou curadores, denominados *koixomunetí* na língua Terena, utilizam como instrumentos básicos de trabalho o “porango” ou maracá – *itaaká* e um tufo de penas de ema – *kipahê*<sup>7</sup>.

No trabalho de Bittencourt (2000: 145), encontramos a imagem de um *koixomunetí* com esses instrumentos de trabalho, onde também encontramos o seguinte relato de um indígena Terena de Araribá, Antonio Lulu Kaliketé.

Dois *koixomoneti* estavam se insultando, cada um dizendo que o outro não sabia nada. Um deles para mostrar que sabia mais que o outro, deu um jeito de virar a ema que está no céu. [...] Quando o outro *koixomoneti* viu que não podia com ele, o mais forte sacudiu o chocalho de cabaça, *itakaná*, e aí parou a chuva, os pássaros foram embora e limpou o tempo. A ema ficou no céu como o *koixomoneti* mais forte a tinha virado. (BITTENCOURT, 2000: 145-146)

Nesse sentido, poderíamos entender que essa simbologia “Tereguá” teria muito mais a ver com os Terena, pois o tufo de penas de ema e o maracá representam os instrumentos de trabalho de seus xamãs.

Já o maracá para os Guarani, representa um instrumento musical masculino, *mbaraka*, utilizado durante as cerimônias dirigidas pelo líder religioso, *ñanderu*, que entoia cânticos sagrados acompanhados pelo som do maracá e do *takuapu*, instrumento musical feminino.

A imagem da ema também está presente na simbologia da aldeia Terena de Ekeruá, como podemos observar no banner utilizado por essa aldeia durante a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista da FUNAI, realizada em junho de 2015 na aldeia Kopenoti (Figura 14).

---

<sup>7</sup> Informação extraída do site do Instituto Socioambiental/Povos Indígenas no Brasil. (<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1045>), observando que existem variações em relação a escrita dos nomes na língua Terena para xamã e maracá em relação ao trabalho de Bittencourt (2000).



Figura 14: Banner da aldeia Ekeruá. Foto do autor.

A simbologia Tereguá, representada na placa da entrada da aldeia e na bandeira, num primeiro momento, poderia indicar que nessa aldeia habitam indígenas das etnias Terena e Guarani, e logo o visitante concluiria que o nome Tereguá representaria a junção das primeiras sílabas dos nomes dessas duas etnias.

A questão que se coloca é: Tereguá seria um termo criado simplesmente para nomear uma parcela do território da reserva de Araribá ocupada por integrantes desses dois grupos indígenas, ou seria um etnônimo criado para identificar os filhos dos casamentos recorrentes entre indígenas Terena e Guarani, ocorridos desde a chegada dos Terena em Araribá? Assim, definindo que nessa aldeia habitam indígenas “misturados”, que passaram a ser reconhecidos como sendo Tereguá.

A questão da mistura tratada no trabalho de Gow (1991), sobre os Piro do rio Baixo Urubamba, no Peru oriental, busca compreender como eles mantêm sua identidade étnica devido aos vários casamentos interétnicos e ao intenso contato com os não índios daquela região. Os Piro se auto identificam como “povo misturado”, num processo de construção de “sua comunidade como algo a ser criado” (GOW, 1991: 277).

No caso da aldeia Tereguá, onde ocorre um contato intenso e histórico entre indígenas Guarani e Terena, e também com regionais não índios, encontramos muitos casamentos interétnicos, incluindo aqui alguns indivíduos dos grupos Kaingang e Kuruaya. Mas os habitantes dessa aldeia não se dizem “de sangue misturado”, isto é, eles não se auto identificam como “povo misturado”.

Os casamentos recorrentes entre indígenas Terena e Guarani em Araribá, resultaram em pessoas que buscam na história a sua memória de parentesco e, por consequência, acabam por se definir como sendo Terena ou Guarani, quando questionados sobre seu pertencimento a um desses grupos.

No decorrer desse trabalho vamos observar o posicionamento desses indivíduos, formados a partir da “mistura” entre Terena e Guarani, e a comunidade da aldeia Tereguá, quando o indivíduo acaba se identificando como Terena ou Guarani.

O que nos coloca diante de um movimento pendular, como descrito por Strathern (2014), a partir da dicotomia sociedade-indivíduo.

Na medida em que esse modelo se inspira nas ideias de forças externas que incidem sobre o indivíduo, e do indivíduo que afirma sua experiência pessoal em oposição à sociedade. (STRATHERN, 2014: 236).

Nesse sentido, vamos buscar o conceito de socialidade observando as relações existentes entre os Terena e Guarani, que acaba por constituir a vida de cada indivíduo.

A formulação do etnônimo Tereguá, pensado a partir dessa “mistura”, surge não como uma construção de uma nova etnia ou sociedade, mas de uma socialidade nos termos de Strathern (2014: 236) e Viveiros de Castro (2013: 313), como uma matriz relacional que constitui a vida das pessoas.

Nesse sentido, encontramos também uma relação entre história e parentesco com base nas genealogias que representam a formação da aldeia Tereguá. Num diálogo com o trabalho de Gow (1991: 3), para os indivíduos dessa aldeia “história é parentesco”, afirmação que poderá ser reforçada a partir da introdução do conceito de “truncos familiares” entre os Terena, tendo por base o trabalho de Pereira (2009), que será apresentado mais a frente.

O etnônimo Tereguá parece ser acionado numa dinâmica de agenciamento, dependendo da perspectiva em que se encontra o indivíduo, isto é, da relação em que se encontra frente aos coletivos Guarani e Terena. Num movimento que acompanha a transformação do seu modo de vida, que pode ser influenciado pela escolarização, conversão religiosa e através das relações de história e parentesco na ocupação dos espaços territoriais, como ocorreu na formação da aldeia Tereguá.

Em relação à escolarização, pudemos observar durante a pesquisa de campo que na Escola Estadual Indígena Tereguá os alunos, filhos de famílias Terena, Guarani e “misturadas”, incluindo aqui os filhos de não índios com mulheres Terena, recebem uma formação, que também é reproduzida na reserva indígena Vanuire no município de Tupã (SP), intercultural e bilíngue, que será melhor apresentada no decorrer desse capítulo.

Nesse sentido, destacamos uma observação feita durante as comemorações da semana do índio, quando pudemos assistir a festa realizada nessa aldeia com danças e cantos Guarani e Terena apresentadas pelos alunos da E.E.I. Tereguá, isto é, os mesmos

alunos que realizaram os cantos e danças Guarani, também apresentaram os cantos e as danças Terena. (Vide Caderno de Fotografias)

Stucchi (2011: 83), nos informa que “a percepção das relações entre os Terena e Guarani no Araribá, oscila de acordo com o momento e as tensões envolvidas”. Nessas relações iremos encontrar momentos de disputa e de aliança, como foram os casos do bloqueio da rodovia SP-294 e retenção de servidores da FUNAI na aldeia Kopenoti, em maio/2008, e a ocupação da sede da FUNAI em Bauru com a retenção dos servidores, em julho/2009, que determinaram a formulação de um laudo pericial antropológico (STUCCHI, 2011: 4), visando elucidar “os elementos de natureza étnica, histórica e sociocultural” presentes nos incidentes acima citados.

Nesse laudo, encontramos a figura de Anildo Lulu, filho de pai Terena e mãe Guarani, que no momento desses dois movimentos assumiu o papel de líder frente às reivindicações majoritariamente do grupo Terena, pois a aldeia Nimuendajú (Guarani) havia decidido não participar. Nas palavras do próprio Anildo.

Eu queria proteger a minha comunidade e se fosse para acontecer alguma coisa, que acontecesse primeiro comigo. Eu fui escolhido pelas lideranças. [...] Eu agi como um líder nos dois casos. Eu jamais imaginei estar aqui um dia, nunca almejei isto. Para mim eu estava ali ajudando os meus parentes. (STUCCHI, 2011: 85)

Interessante destacar, nesse momento dos incidentes ocorridos em 2008/2009, a descrição feita pelas lideranças Terena da aldeia de Ekeruá em relação a participação de Anildo Lulu, um “instrumento individual para a execução de uma decisão coletiva”, no caso uma decisão que partiu das lideranças Terena de Araribá.

Não foi ele que decidiu sozinho. Não foi ele que disse que queria ser o coordenador. [...] Ele fez isso de assumir porque tem o apoio dos caciques e a confiança deles, resolveu assumir porque o pessoal colocou ele nesse lugar. (STUCCHI, 2011: 86)

Na sequência desses acontecimentos, Anildo Lulu, que já tinha assumido a liderança da aldeia Tereguá, passou a responder pela chefia do núcleo administrativo da

FUNAI no município de Bauru, como noticiado no Jornal da Cidade, edição de 14/11/2009, Caderno Regional.

Após pajelança para livrar maus espíritos e abençoar o novo chefe do Núcleo de Apoio Operacional de Bauru da Fundação Nacional do Índio (Funai), o **cacique guarani da aldeia Tereguá** em Avaí, Anildo Lulu, tomou posse ontem à tarde no cargo. Ele vai ficar responsável por nove aldeias no Oeste Paulista. (grifo meu)

Da mesma forma, podemos também citar o acontecimento registrado em novembro de 2015, quando os Terena e Guarani da reserva de Araribá realizaram um protesto contra a PEC 215<sup>8</sup>, movimento que reforça a reivindicação das comunidades Guarani e Terena pela ampliação da Reserva Indígena de Araribá (Vide Caderno de Fotografias), bloqueando a rodovia Marechal Rondon (SP 300) com quase 200 pessoas, numa praça de pedágio (km 367) próximo ao município de Avaí (SP).

Nesse protesto, estavam presentes lideranças Guarani e Terena das quatro aldeias de Araribá, mas observamos um destaque em relação à liderança do cacique Darã, Antonisio Lulu, irmão de Anildo Lulu, filho de pai Terena e mãe Guarani, um dos fundadores da aldeia Tereguá, tendo sido o primeiro cacique dessa nova aldeia, que atualmente está residindo na aldeia Tekoá Porã no município de Itaporanga (SP).

Essa liderança Guarani aparece nas entrevistas realizadas pela TV TEM, afiliada da Rede Globo na região de Bauru, em 11/11/2015, falando como um dos coordenadores do protesto contra a PEC 215, reforçando as relações existentes entre os Terena e Guarani de Araribá e colocando a liderança do cacique Darã frente as demais lideranças Guarani e Terena da reserva de Araribá.

---

<sup>8</sup> PEC 215 – Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, de autoria do Deputado Almir Sá e outros, tem como objetivo modificar o texto atual da Constituição Federal, outorgando ao Congresso Nacional a competência exclusiva para aprovar a demarcação das terras indígenas e ratificar as demarcações já homologadas pelo Poder Executivo. Prevê, também, que os critérios e procedimentos relativos à demarcação das terras indígenas sejam regulamentados por lei. (<http://www2.camara.leg.br>)

Esses acontecimentos podem servir de exemplo para compreendermos essa socialidade Tereguá, que não significa transformar-se em Terena num momento, e em Guarani noutra, não se trata de um devir<sup>9</sup>. Mas uma percepção de que esses indivíduos, formados a partir do estabelecimento de alianças matrimoniais entre Terena e Guarani, parecem permanecer entre esses dois grupos numa dinâmica relacional, não como uma determinação da sociedade onde se encontra no momento, mas através da formação de uma socialidade, que os permita exprimir “o processo intersubjetivamente constituído da vida social” (VIVEIROS DE CASTRO, 2013: 313).

### 3.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA ALDEIA TEREQUÁ

A aldeia Tereguá, formada a partir de agosto de 2002, diferentemente das outras três aldeias que compõem a reserva de Araribá, não pode ser definida enquanto uma aldeia Guarani, como a Nimuendajú, ou Terena, como as aldeias de Ekeruá e Kopenoti, pois essa aldeia, formada inicialmente com uma forte influência Guarani, passou a ser constituída por descendentes dos grupos Terena e Guarani.

Essa aldeia tem sua origem a partir de uma cisão da aldeia Nimuendajú, habitada predominantemente por famílias Guarani Nhandeva, talvez a partir “das divergências entre os Guarani, motivadas por questões territoriais e relativas à orientação espiritual-religiosa”, como nos informa Ladeira (2006: 3-13). Assim, um grupo de famílias, tendo como referência a indígena Maria Rocha (Marcolino), filha do não-índio Sebastião Penedo da Rocha e da indígena Guarani Maria Laura da Silva, acabou se deslocando

---

<sup>9</sup> Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar. Tampouco dois termos que se trocam. A questão "o que você está se tornando?" é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se torna, o que ele se torna muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos. (DELEUZE e PARNET, 1998: 3)

para o atual território da aldeia Tereguá, nas proximidades da nascente do córrego Araribá.

Em relação à questão da “mistura”, apresentada anteriormente, na aldeia Tereguá vamos observar uniões entre homens Terena e mulheres Guarani, mas também algumas uniões entre mulheres Terena e Guarani com não índios. Esses casamentos, particularmente com os regionais não índios, conforme nos informa Veiga (2013: 55), não tem sido aprovados pelos mais velhos da comunidade Guarani, “que esperam e desejam um casamento apenas entre membros da própria etnia”, nesse caso reportando-se a aldeia Nimuendajú.

Nesse sentido, especificamente em relação aos casamentos com não índios, a Coordenadoria Regional do Litoral Sul, CORLIS/FUNAI, em 2013, solicitou uma análise jurídica de temas diversos que foi encaminhada à Procuradoria Federal Especializada, AGU/PGF/PFE/FUNAI, em Itanhaém (SP). Quando fez um questionamento sobre “casamentos de não índio com mulher indígena; ingresso em terra indígena de cônjuge não indígena; cônjuge não indígena que não respeita/reconhece o cacique como representante da comunidade; cacique que não aceita/permite a permanência de cônjuge não indígena na comunidade”, conforme a ementa IV apresentada na Nota nº 050/2013 – AGU/PGF/PFE/FUNAI – Itanhaém/SP (Anexo E).

O parecer da AGU/PGF/PFE/FUNAI baseou-se no artigo 6º do Estatuto do Índio, Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973, informando que “tanto o casamento entre índios e não índios, quanto a moradia de não índios (casados com indígenas) dependem da autorização da comunidade, representada pelo cacique” (item 14 na página 8 do parecer), pois os não índios terão que cumprir o disposto no referido artigo, *in verbis*:

Art. 6º Serão respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.



Os casamentos com não índios, atualmente, passaram a ser orientados de forma diferenciada entre as aldeias da reserva. Na aldeia de Ekeruá, por exemplo, “aceitam o casamento, festejam na aldeia, mas não permitem que os noivos fixem residência”, (LADEIRA, 2006: 3-9). Já nas aldeias Kopenoti e Tereguá, essa regra parece ser mais maleável, permitindo a permanência na aldeia do cônjuge não índio, desde que se integre à vida comunitária e respeite as regras sociais locais.

Importante ressaltar que esses casamentos de não índios com mulheres Guarani, Terena e Kaingang, poderiam representar uma estratégia para que esses regionais pudessem ter acesso à terra indígena e poder trabalhar como agricultor de forma autônoma, como nos informa Rangel (1984: 85). Nesse sentido, podemos verificar a existência de muitos “civilizados” nos quadros apresentados por Rangel (1984), quando apresenta dados relativos aos Postos Indígenas Vanuíre, Icatu e Araribá. Como afirma Diniz (1979: 11), “o fato dos indígenas disporem de terra para morar e cultivar, os privilegia frente aos regionais que não a possuem”.

Em relação ao Posto Indígena Araribá, encontramos no trabalho de Rangel (1984), um quadro com dados populacionais a partir de uma pesquisa de campo realizada (Tabela 2), dentro do Projeto CESIND (Centro de Estudos Sociais e Indígenas), entre dezembro de 1976 e janeiro e fevereiro de 1977. Nesse quadro vamos encontrar uma distribuição da população em Araribá por etnia,

Tendo uma população predominantemente Terena, [...] o segundo grupo étnico de maior concentração populacional é Guarani, existindo aqui também alto grau de mestiçagem, principalmente com civilizados. (RANGEL, 1984: 87)

Também vamos observar neste quadro proposto por Rangel (1984), a existência de 20 pessoas a partir de casamentos entre Terena e Guarani, sendo que a autora não identifica se os casamentos seriam entre homens Terena e mulheres Guarani, apenas afirma serem “dos casamentos interétnicos entre os dois grupos” (1984: 88). Rangel

(1984), também informa, no referido quadro, a existência de 34 mestiços e 13 civilizados em Araribá.

Na aldeia Tereguá, observamos alguns casamentos entre não índios e mulheres Terena, como o caso da família Caetano Lulu, que trataremos no decorrer desse trabalho, sendo que o não índio João Caetano conheceu a indígena Terena Eva Lulu durante trabalho na fazenda Bela Vista, casaram-se em 1969 e vieram morar na reserva de Araribá em 1970.

Em relação às alianças matrimoniais estabelecidas entre indivíduos dos grupos Terena e Guarani, encontramos também na bibliografia existente sobre Araribá que,

Nos primeiros anos de 1930 um Terena e uma Guarani uniram-se, mas pouco depois separaram-se, voltando o homem para sua aldeia. Desse casamento resultou uma filha, a qual hoje se identifica com a etnia materna. (DINIZ: 1976: 87) (grifos do autor)

Durante nossa pesquisa de campo, conseguimos identificar essa união, acima citada, como sendo a do Terena Balbino Sebastião, que acabou retornando para o Mato Grosso do Sul, e da Guarani Maria Laura da Silva. Dessa união, foi gerada uma menina de nome Dulce Maria da Rocha, nascida no ano de 1937, que hoje reside na aldeia Tereguá e se identifica como Guarani. Dulce acabou recebendo o nome de seu padrasto, Sebastião Penedo da Rocha, um não índio que “veio de Mato Grosso (do Sul) como cozinheiro do Encarregado do SPI, de nome Prado” (Veiga, 2013: 53) e, conforme citado anteriormente, acabou se unindo a Maria Laura. Dulce ainda pôde conviver, após o falecimento de seu padrasto, com o Guarani Francisco Marcolino, que se casou com sua mãe.

Maria Laura da Silva, conhecida como “Mariquinha”, depois do falecimento de Sebastião Penedo da Rocha, foi casada com o Guarani Francisco Marcolino, conhecido como “Chiquinho”. Com o não-índio Sebastião, ela teve quatro filhos: Maria Rocha (atualmente morando na aldeia Tekoá Porã em Itaporanga – SP); Bertolino Rocha e

João Rocha (já falecidos) e Adelaide Rocha (atualmente morando na aldeia Nimuendajú). Todos os filhos identificam-se como pertencendo à etnia Guarani.

Maria Rocha (Marcolino) acabou se casando com o Terena Antonio Lulu (atualmente morando na aldeia Kopenoti), com quem teve três filhos: Antonisio, Anildo e Adir Lulu. Antonisio Lulu, conhecido como cacique Darã, encontra-se na aldeia Tekoá Porã em Itaporanga (SP), onde também reside seu irmão Valdir Rocha (Marcolino), que inicialmente tinha recebido o nome de Adir Lulu, conforme o Registro Administrativo de Nascimento Indígena – RANI Nº 39 (folha 20 Verso – Livro 1 A – P.I. Nimuendajú). Anildo Lulu permaneceu na aldeia Tereguá e encontra-se casado com a Terena Edeltrudes Sebastião.

Maria Rocha ainda teria outro filho com o Kaingang Waldemar Xarim, que atualmente mora na aldeia Ekeruá com sua mãe Gavile Penti Xarim. Esse filho recebeu o nome de Marco Antonio Xarim, atualmente morando na aldeia Tekoá Porã em Itaporanga (SP).

O grupo familiar de Maria Rocha (Marcolino), que inicia a formação da aldeia Tereguá no limite sul da reserva, tendo a estrada de ferro como linha divisória com a aldeia Nimuendajú, acabou construindo relações de parentesco com famílias Terena, sendo que o resultado dessas uniões será tratado a partir genealogias apresentadas no quarto capítulo desse trabalho.

Essas genealogias nos permitirão perceber as relações de parentesco, afinidade e aliança presentes na formação da aldeia Tereguá e de suas relações com as demais aldeias em Araribá. Como procedimento de pesquisa, buscamos como referência a memória genealógica e história de vida de algumas famílias que pudemos entrevistar, sendo uma delas a família do não índio João Caetano e da Terena Eva Lulu Caetano, com quem convivemos durante a pesquisa de campo.

Importante ressaltar que na região onde se vai formar a aldeia Tereguá, já haviam duas áreas ocupadas, a partir de 1958, por famílias Terena sob as lideranças de Ciriaco Lulu e Heitor Sebastião, destacadas no croqui da aldeia (Anexo E). Essas duas lideranças, já falecidas, vão nos permitir a introdução do conceito de “troncos familiares”, que “na linguagem corrente entre os Terena, o termo *tronco* é utilizado como sentido geral de ascendência e ancestralidade” (PEREIRA, 2009: 46).

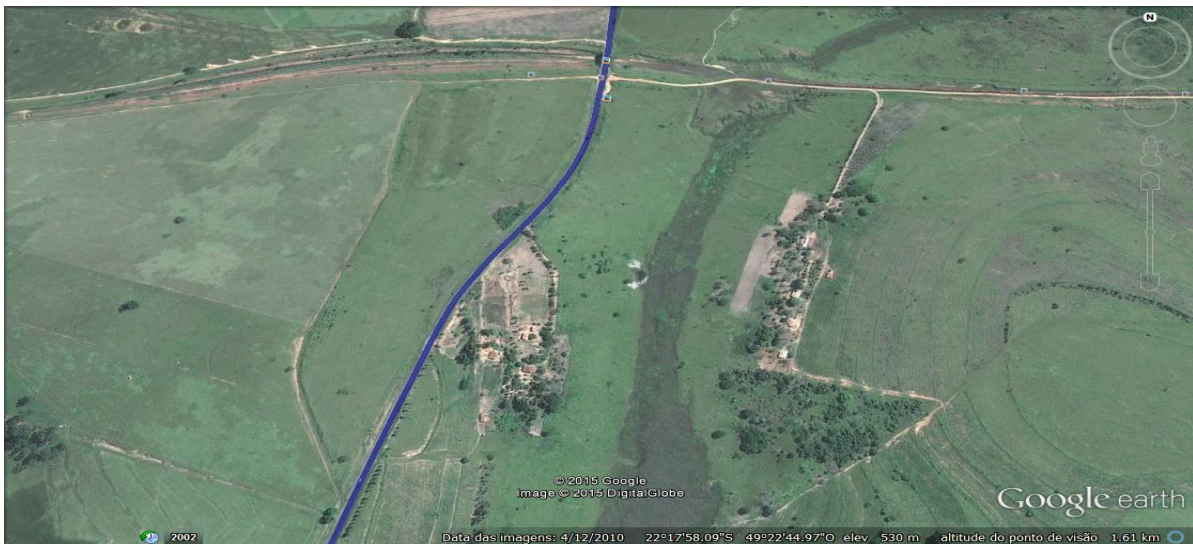
Nas fotos extraídas do Google Earth (Figuras 15 a 17), poderemos observar a localização atual da aldeia Tereguá e das áreas historicamente ocupadas pelas famílias Terena Lulu e Sebastião a partir de 1958.

No limite norte dessa aldeia encontra-se a estrada de ferro que também representa o limite com o território da aldeia Nimuendajú, tendo no lado esquerdo a rodovia vicinal que liga a SP-294 (Bauru-Marília) ao município de Avaí (SP) e do lado direito temos uma estrada de terra que dá acesso às propriedades vizinhas.

Esta aldeia encontra-se no limite sul da reserva de Araribá e representa o menor território dentre as aldeias dessa reserva.



**Figura 15:** Imagem aérea da aldeia Tereguá, destacando o núcleo central da aldeia (círculo vermelho) e as áreas ocupadas pelos “troncos” familiares Terena: Ciriaco Lulu e Heitor Sebastião, a partir de 1958 (círculos azuis). Fonte: Google Earth.



**Figura 16:** Em destaque as áreas ocupadas pelos “troncos” familiares Terena: Ciriaco Lulu (a direita) e Heitor Sebastião (a esquerda), tendo acima o limite com a aldeia Nimuendajú demarcado pela estrada de ferro, ao lado esquerdo a rodovia vicinal que liga a SP-294 ao município de Avaí/SP. Fonte: Google Earth.



**Figura 17:** Em destaque o núcleo central da aldeia Tereguá. Fonte: Google Earth.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA TEREGUÁ

A partir de um croqui da aldeia Tereguá (Anexo D), elaborado durante a pesquisa de campo com a ajuda do professor indígena Edson Sebastião, poderemos visualizar a ocupação espacial das famílias Terena e Guarani, destacando as duas áreas que já eram ocupados por famílias Terena, desde 1958.



As relações construídas a partir dos casamentos interétnicos e com não índios, relatam casos particulares como a família do não índio João Caetano com a Terena Eva Lulu Caetano, que me receberam em sua casa durante a pesquisa de campo (casa 25 do croqui), que será descrito no decorrer do quarto capítulo tendo por base a memória genealógica e sua história de vida.

A aldeia Tereguá, formada a partir de agosto de 2002, inicialmente sob a liderança de Maria Rocha e do seu filho Valdir, que foi o primeiro cacique, posteriormente teve como liderança o outro filho de Maria Rocha, Antonisio Lulu. Conhecido como cacique Darã, Antonisio assumiu a liderança da aldeia permanecendo por seis anos nessa função, quando foram construídas as casas de alvenaria, a escola e outras edificações existentes na aldeia.

Antonisio foi sucedido por seu irmão Anildo Lulu, que permaneceu na liderança da aldeia até o ano de 2011. Inicialmente, as famílias formadoras dessa aldeia ocuparam algumas casas de madeira que existiam próximas a nascente do córrego Araribá, que depois foram retiradas para que fosse iniciado um projeto de recuperação das nascentes do Araribá, implementado pela CTL/FUNAI/Bauru.

As casas de alvenaria, ocupadas pelas famílias retiradas da nascente do córrego Araribá, foram construídas pelo Programa de Moradia Indígena da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, de acordo com a Lei Estadual nº 11.025, de 28/12/2001, que viabilizou a construção de unidades habitacionais através de um convênio entre o CDHU, a FUNAI e a Prefeitura Municipal de Avaí.

A tipologia das casas foi decidida a partir de uma reunião com as lideranças indígenas, representantes da FUNAI, da Prefeitura Municipal de Avaí e do CDHU,

sendo que na Reserva Indígena de Araribá foram construídas casas de 45,60 m<sup>2</sup>, tendo dois quartos, sala, cozinha, banheiro e varanda (Figura 18).



**Figura 18: Modelo de casa construída pelo CDHU nas aldeias da reserva Araribá. Fonte: [www.cdhu.sp.gov.br](http://www.cdhu.sp.gov.br).**

Até agosto de 2012 foram entregues 101 unidades habitacionais e havia 53 em construção, mas de acordo com as lideranças da aldeia Tereguá ainda faltam construir mais 10 unidades, que foram prometidas pelo governador de São Paulo durante a entrega do barracão multiuso para processamento de mandioca em 2015. Esse barracão é um empreendimento construído com recursos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado, na aldeia Ekeruá.

Observando o croqui da aldeia, sem as áreas ocupadas pelas famílias Lulu e Sebastião, vamos encontrar vinte e três casas distribuídas em duas ruas, onde também existem duas igrejas evangélicas e uma construção denominada “Casa do Mel”.

O projeto “Casa do Mel” foi desenvolvido em parceria com a Universidade do Sagrado Coração através do curso de Ciências Biológicas, sob a coordenação do Prof. Dorival José Coral, tendo sido apoiado pela entidade alemã *Sozialweik Brasiliennhilfe*. Durante nossa pesquisa de campo encontramos a “Casa do Mel” fechada e apresentando sinais de abandono (Figura 19).



**Figura 19:** Casa do mel. Foto do autor.

A Escola Estadual Indígena “Tereguá (Figura 20), localizada logo na entrada da aldeia, tem como Vice Diretor o indígena Terena Richard Caetano, que se formou pelo Programa de Formação Intercultural Superior de Professores Indígenas, através de uma parceria entre a Secretaria de Educação do estado de São Paulo e a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Quando de nossa pesquisa de campo, Richard nos informou que estava terminando uma graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade do Sagrado Coração – USC, em Bauru (SP).

Existe uma sala de Educação Infantil, junto ao galpão onde são realizadas as festas e os bailes da aldeia, que no momento de nossa pesquisa encontrava-se desativada, pois as aulas de educação infantil estavam sendo ministradas na própria escola da aldeia.

Na escola os alunos, Guarani e Terena, tem aulas de língua e cultura indígena todos os dias, sendo que existe um professor para a língua e cultura Guarani e outro para a língua e cultura Terena.





**Figura 20: Escola Estadual Indígena Tereguá. Foto do autor.**

Ao lado da escola, existe uma construção onde teria sido uma casa de reza Guarani, mas que atualmente é usado apenas durante as festividades da semana do índio para apresentação de danças e cantos Guarani pelos membros da comunidade.

No Estudo Etnoecológico (LADEIRA, 2006), encontramos uma foto (Figura 21), onde se pode ver esta antiga casa de reza Guarani que existia na aldeia Tereguá. Na foto vamos observar, em frente dessa casa de reza, Dona Maria Rocha, que participou da formação da aldeia Tereguá, e seus filhos Valdir Rocha Marcolino, na época cacique da aldeia Tereguá, e Marcos Antonio Xarim.

Atualmente, esse espaço é utilizado para apresentação de danças e cantos Guarani durante as comemorações do dia do índio na aldeia Tereguá (Figura 22).



**Figura 21:** Antiga casa de reza Guaraní na aldeia Tereguá. Utilizada atualmente para apresentação de danças Guaraní durante a festa do dia do índio. Foto extraída do Estudo Etnoecológico da Terra Indígena Araribá (LADEIRA, 2006: 3-12).



**Figura 22:** espaço da antiga casa de reza Guaraní na aldeia Tereguá. Foto do autor.



### 3.3 RELAÇÕES DE HISTÓRIA E PARENTESCO

Atualmente, a aldeia Teregua é liderada pelo cacique Lauro Eloi (casa 1 do croqui), indígena Terena nascido no Mato Grosso do Sul e casado com a indígena Guarani Emilia Marcolino, filha de Francisco Marcolino e Maria Laura da Silva, irmã por parte de mãe de Maria Rocha.

Ao lado da casa do cacique Lauro Eloi existe uma igreja, ainda em construção, pertencente a denominação pentecostal “Só o Senhor é Deus” – ISOSED (Figura 23), que tem sua sede no município de Maringá (PR). Esta igreja tem como líder religioso o próprio cacique.



**Figura 23:** Igreja "Só o Senhor é Deus" – ISOSED Aldeia Tereguuá. Foto de Arnold Pereira, 2014.



**Figura 24: Igreja Presbiteriana renovada. Foto do autor.**

O atual vice cacique dessa aldeia é Elizeu Caetano (casa 17 do croqui), filho do não índio Domingos Caetano, irmão de João Caetano, e da Guarani Valquíria Marcolino, que é irmã da esposa do cacique Lauro Eloi, Emília Marcolino. Domingos Caetano reside atualmente em Santa Bárbara D'Oeste (SP) e Valquíria Marcolino em Ribeirão Preto (SP).

Elizeu Caetano, conhecido como “batata”, casado com a Terena Valdirene Lipu, é o líder religioso da outra igreja evangélica dessa aldeia, denominada Presbiteriana Renovada (Figura 24).

Observando as relações de história e parentesco, vamos nos deter, inicialmente, nas áreas de ocupação mais antigas que foram ocupadas pelas famílias dos indígenas Terena Heitor Sebastião e Ciriaco Lulu a partir de 1958.

Nas casas de número 28 a 31 do croqui, residem familiares de Heitor Sebastião, que acabaram se misturando com famílias Guarani, a começar por sua neta Edeltrudes Sebastião que se casou com Anildo Lulu (casa 29 do croqui), filho da Guarani Maria Rocha (Marcolino) e do Terena Antonio Lulu.

Na casa 28 do croqui, encontram-se alguns netos de Heitor Sebastião, que ficaram morando com a esposa de seu filho Cornélio Sebastião, Marlene Lipu Sebastião. Dentre esses netos, está Heitor Sebastião Neto, que foi casado com a Guarani Hilda Marcolino, filha da Guarani Dulce Maria da Rocha e do Guarani Orestes Marcolino. Eurico Sebastião, outro neto de Heitor Sebastião, reside com sua família na casa 30 do croqui.

Finalmente, na casa 31 vamos encontrar um bisneto de Heitor Sebastião, Erickson Sebastião Cruaia, filho de sua neta Elizabeth Sebastião casada com Ironi Cruaia, indígena da etnia Kuruiaia.

Nesse pequeno relato, podemos observar a ocupação histórica do “tronco familiar” de Heitor Sebastião, conceito apresentado por Pereira (2009), podendo ser considerado uma aldeia dentro da aldeia Tereguá, o que nos permite afirmar, a partir das genealogias apresentadas, que o “tronco” Heitor Sebastião “está necessariamente inserido em redes de alianças” (2009: 47).

Observamos, durante a pesquisa de campo, que tanto essa ocupação de Heitor Sebastião, quanto a ocupação de Ciriaco Lulu (casas 24 a 27 do croqui), acabaram se formando a partir dessa ideia de “troncos familiares”, áreas destacados no croqui da aldeia Tereguá.

Os descendentes desses “troncos” permanecem nas antigas áreas de ocupação de seus líderes que, de certa forma, demonstram uma autonomia política em referência a liderança da aldeia Tereguá, sendo que “essa autonomia do *tronco* se realiza no nível microssociológico”, como nos informa Pereira (2009: 55).

Pereira (2009) apresenta esse conceito de “troncos familiares” ou aldeia como sendo uma categoria Terena, que tem o sentido de uma rede dinâmica de relações

sociais, histórica e espacialmente definidas dentro de um mesmo território, geralmente se referindo à ideia de lugar ocupado.

Nesse sentido, vamos observar que através das relações matrimoniais vai se formar uma rede de alianças porque indivíduos dos “trancos familiares” Sebastião e Lulu, presentes na aldeia Tereguá, acabaram buscando parceiros matrimoniais com indivíduos de outras famílias.

Assim, surgem redes de alianças políticas supralocais, com densidades variáveis, construídas a partir do prestígio de determinados líderes, podendo inclusive extrapolar o círculo de alianças de uma aldeia ou reserva. (PEREIRA, 2009: 56)

No Estudo Etnoecológico (LADEIRA, 2006), encontramos um relato de Ciriaco Lulu sobre a área ocupada por ele e sua família na margem esquerda do córrego Araribá (aproximadamente 10 hectares), atualmente dentro dos limites da aldeia Tereguá. Ele afirmava que pretendia viver para sempre junto de sua família onde estão suas roças, independente das divisões ocorridas nas aldeias Kopenoti e Nimuendajú, que acabaram dando origem às aldeias Ekeruá e Tereguá, respectivamente.

“(...) Eu não saí de lá” — em referência à aldeia Terena Kopenoti —... quando eu cheguei quiseram me colocar lá na colônia, mas lá não pode criar nada... aqui tinha paca, cutia, quati”. (Ciriaco, entrevista concedida em 10/2005). (LADEIRA, 2006: 2-16)

Esse foi um caso particular relacionado à ocupação espacial da reserva de Araribá, que conseguimos observar durante nossa pesquisa de campo. No interior da aldeia Tereguá, ainda persiste a ideia de propriedade por parte da família Lulu da antiga área ocupada por seu pioneiro, Ciriaco Lulu, sendo que o mesmo parece ocorrer na área ocupada por Heitor Sebastião.

Uma das filhas de Ciriaco, Marina Lulu (casa 27 do croqui), informou-nos que a área onde reside sua família mantém uma certa autonomia em relação as lideranças da

aldeia Tereguá. Os “troncos familiares” Lulu e Sebastião continuam mantendo o espaço ocupado em 1958 pelos seus líderes como se fosse uma outra aldeia.

Onde dois antigos sítios de famílias Terena permanecem com seus antigos moradores que, mantendo seu espaço reservado e cercado (áreas de roça, quintais, moradias), interagem com duas comunidades: a de Kopenoti, por antigos laços de história e costumes, e a de Tereguá, pela proximidade de convivência e aos novos laços afetivos criados na geração atual, além das questões operacionais de atenção à educação e à saúde. (LADEIRA, 2006: 3-13)

Um bisneto de Heitor Sebastião, filho de Heitor Sebastião Neto e da Guarani Hilda Marcolino, chamado Edson Sebastião, professor na E.E.I. Tereguá, casou-se com a Kaingang Laís Gabriel, também professora, nascida na Terra Indígena Mangueirinha no estado do Paraná. Essa família (casa 16 do croqui), que mantém seus laços com o *tronco* Sebastião, veio morar na aldeia Tereguá próximo da casa da avó de Edson, a Guarani Dulce Maria da Rocha.

Destacamos esse caso, voltando a questão da perspectiva em que se encontra o indivíduo, isto é, da relação em que se encontra frente aos coletivos Guarani e Terena, para apontar uma situação que observamos em nossa pesquisa de campo. Laís Gabriel acabou tendo que se auto identificar como sendo Guarani por uma questão política, pois precisou de uma declaração da FUNAI de que era índia e residia em Araribá para conseguir uma bolsa de estudos junto a uma universidade e poder se inscrever na Diretoria de Ensino - Região de Bauru, de forma a poder dar aulas na escola da aldeia Nimuendajú, onde residiu com seu pai, e depois na escola na aldeia Tereguá.

O que podemos observar através do croqui dessa aldeia, é que a maioria das casas está ocupada, atualmente, por famílias Terena e por famílias formadas pela “mistura” entre os grupos Terena e Guarani. Existem duas casas ocupadas por famílias Guarani (casas 22 e 23 do croqui), onde residem a família de Jocelino Ribeiro da Silva e a família de Eder da Silva, um Guarani vindo da Terra Indígena Laranjinha no estado do

Paraná, casado com a Guarani Rute Maria Vogarim, nascida na Reserva Indígena de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul.

Nessa aldeia também moram famílias Terena que vieram de Mato Grosso do Sul que não são ligadas aos “troncos familiares” Terena citados anteriormente. Todos os anos partem excursões dos Terena de Araribá em direção as aldeias Terena de Mato Grosso do Sul (Ipegue, Limão Verde e Cachoeirinha), sendo que, ocasionalmente, algumas famílias dessas aldeias vem com a excursão buscar um lugar para morar em Araribá. Quando não conseguem um espaço nas aldeias Terena de Kopenoti e Ekeruá, por não terem laços de parentesco com as famílias existentes nessas aldeias, acabam buscando um lugar na aldeia Tereguá.

Através das relações de história e parentesco, a aldeia Tereguá foi se formando a partir da chegada das famílias Guarani e Terena, buscando uma estabilidade quanto a ocupação dos espaços no interior de seu território.

O histórico de ocupação do território da aldeia Tereguá e as relações matrimoniais ocorridas no decorrer do tempo acabaram levando os membros dessa comunidade a definir sua identidade, fazendo menção à sua origem ou origens étnicas. Assim, ainda que ocorram novas uniões e novos arranjos na conformação dos espaços de moradia, observamos que existe uma boa relação entre os moradores da comunidade, respeitando às diferenças existentes.

Os indivíduos, gerados a partir da “mistura” Terena e Guarani, acabam por se auto identificar etnicamente a partir do grau de convivência e de suas relações familiares, tanto pelo lado paterno quanto pelo materno, e também como estratégia política como pudemos observar a partir das genealogias construídas durante a pesquisa de campo.



Em relação ao uso ou desuso da língua Guarani ou Terena, observamos que na escola da aldeia são ensinadas as duas línguas, mas nas casas onde pudemos estar durante a pesquisa a língua falada é o português. Essa é uma questão que deverá ser estudada no decorrer dos próximos anos, pois observamos que as crianças que estão atualmente na escola, aprendem tanto a língua, quanto outros aspectos das culturas, Terena quanto a Guarani, sendo filhos de famílias Guarani, Terena ou daquelas originadas a partir da “mistura” Terena e Guarani.

Nesse sentido, destacamos a festa em comemoração ao dia do índio, quando os mesmos alunos da escola apresentaram danças e cantos Guarani e Terena, que são ensinados durante as aulas de cultura indígena.

Outras observações feitas a partir de conversas com alguns indivíduos, gerados da “mistura” Terena e Guarani, reforçam a questão das relações familiares, pois eles afirmam ser Terena ou Guarani por se identificarem mais com a cultura do pai ou da mãe. Dentre os filhos do Terena Lauro Eloi e da Guarani Emilia Marcolino, por exemplo, encontramos uma filha que se diz Guarani por identificar-se mais com a cultura de sua mãe, sendo que os outros filhos com quem pudemos conversar se auto identificam como sendo Terena.

O mesmo acontece com os irmãos Edson e Thamires Sebastião, filhos do Terena Heitor Sebastião Neto e da Guarani Hilda Marcolino, enquanto o primeiro se auto identifica como sendo Terena, sua irmã diz ser Guarani por identificar-se mais com a cultura de sua mãe e de sua avó, Dulce Maria da Rocha.

Podemos concluir que essas auto identificações, citadas anteriormente, representam o resultado das alianças matrimoniais ocorridas em Araribá, historicamente e localmente circunscritas, resultando numa relação entre história e parentesco.

#### 4. A QUESTÃO DA MISTURA NA ALDEIA TEREQUÁ

Algumas uniões entre mulheres Guarani e não índios regionais já foram observadas desde a formação da reserva, que podem ter ocorrido a partir de encontros durante os bailes realizados no interior da reserva, como descritos em relatórios do Inspetor do SPI Luiz Bueno Horta Barboza e jornais da época, referindo-se ao ano de 1916, “bailes que participavam indígenas e caboclos”, “viviam na povoação 25 ‘civilizados’, entre adultos e crianças”, sendo que esses “civilizados” poderiam ser trabalhadores do SPI, conforme Diniz (1976: 28-29). Nesse contexto, poderia ter ocorrido a união entre indígena Guarani Maria Laura da Silva e o não índio Sebastião Penedo da Rocha, um trabalhador a serviço do SPI, que veio para Araribá junto com o encarregado do então Posto Indígena Curt Nimuendajú (1945-1960), Joaquim Fausto Prado, conforme já citado por Veiga (2013: 53).

Quanto a existência dessas uniões entre mulheres Guarani e não índios, que poderiam ser regionais ou trabalhadores do SPI, observamos uma informação contida em Diniz (1976: 43), referente ao ano de 1947, que apresenta dados sobre a população Guarani: “17 homens, 20 mulheres e 36 crianças, distribuídas em 19 grupos domésticos, quatro das mulheres eram casadas com civilizados”. Schaden (1974: 16), corrobora essa informação sobre a existência de “mestiços” no núcleo Guarani junto ao rio Batalha, próximo ao Posto Indígena Curt Nimuendjú.

Por ocasião de minha primeira visita (fevereiro de 1947) contavam-se no posto 78 Guarani, além de alguns mestiços. Não são raros os contatos com a população cabocla da região.

Além dos bailes, esses encontros também ocorreram durante os trabalhos nas lavouras das fazendas, como foi o caso da união entre o não índio João Caetano e da indígena Terena Eva Lulu, que voltaremos a tratar no decorrer desse capítulo.

Atualmente, conseguimos detectar durante a pesquisa de campo, que ocorrem novos encontros entre indígenas moradores das aldeias de Araribá nas escolas dos municípios vizinhos, onde muitos deles vão estudar visando completar o ensino médio, bem como nos bailes que ainda ocorrem nas aldeias. Como exemplo dessas novas situações, podemos citar a união entre um indígena Terena, filho de pai não índio e mãe Terena, com uma indígena Terena, filha de pai Terena e mãe Guarani, que se conheceram numa escola em Duartina (SP). Outro caso é de um indígena Guarani com uma indígena Terena, que se conheceram durante os bailes realizados nas aldeias de Araribá.

Ao observarmos os habitantes da aldeia Tereguá, durante a pesquisa de campo, não pudemos verificar a existência da palavra “mistura” no discurso de seus membros, pois quando perguntávamos sobre a que grupo pertenceriam, diziam prontamente ser Terena ou Guarani, mas nunca “misturados” ou “mestiços”, ou mesmo Tereguá.

Esse é um fato bastante relevante, pois inicialmente fomos instados a procurar compreender a “mistura” ocorrida entre indígenas Terena e Guarani, que poderia ser denominada pelo etnônimo Tereguá, mas pudemos perceber que o que se formou foi uma espécie de socialidade na aldeia denominada Tereguá.

Atualmente, essa aldeia tem como liderança um Terena casado com uma Guarani, o que poderia dar maior representatividade a essa liderança, pois nessa aldeia teoricamente estariam os descendentes das alianças matrimoniais entre Terena e Guarani.

Esta representação está presente também em relação às antigas lideranças, pois, anteriormente, poderiam ser resumidas na ação dos irmãos Lulu, Valdir (Adyr), Antonisio (cacique Darã) e Anildo, que foram caciques dessa aldeia, ambos filhos de pai Terena e mãe Guarani. Foram esses irmãos que deram o nome da aldeia, que por sua

vez era o nome de uma banda regional, citada anteriormente, composta por dois desses irmãos.

Quem chega nessa aldeia poderia pensar que se tratassem apenas de indivíduos mestiços que tem carro, casa de alvenaria, computador e falam português, tendo apenas durante a festa do dia do índio uma representação das culturas Guarani e Terena, que são apresentadas aos visitantes não índios na forma de cantos e danças.

Esses indivíduos têm seus critérios de pertencimento claramente definidos quando dizem ser Terena ou Guarani, nunca “misturados” ou “mestiços”. E mesmo o não índio, João Caetano, casado com a Terena Eva Lulu e residindo nessa aldeia desde 1970, parece também ser reconhecido nesses critérios de pertencimento, aceito pelo grupo e inserido em um dos “troncos familiares” Terena que formaram essa aldeia.

Esse pertencimento estaria atrelado ao parentesco, isto é, a condição de estar vinculado a uma família Terena ou Guarani. O que poderá ser visto de forma mais clara nas varias genealogias descritas nesse trabalho, que foram sendo construídas a partir de nossa pesquisa bibliográfica, dos relatos coletados durante a pesquisa de campo e da memória genealógica de alguns membros da aldeia Tereguá.

Assim, podemos identificar varias alianças matrimoniais ocorridas na formação da aldeia Tereguá, mas seus componentes são perfeitamente perceptíveis como sendo Terena, Guarani ou não índio e os filhos gerados dessas misturas também acabam por se definir como sendo Terena ou Guarani através dos laços familiares e de seu pertencimento às famílias Terena ou Guarani, como é o caso da família Caetano Lulu.

#### 4.1 A FAMÍLIA CAETANO LULU

Retomando o debate teórico desse capítulo, tendo por base as genealogias construídas durante a pesquisa de campo, destacamos o caso da família Caetano Lulu e suas ligações através da história e parentesco com outras duas aldeias da reserva de Araribá, Kopenoti e Nimuendajú, pretendendo acrescer ao debate a constituição de “truncos familiares” como proposto por Pereira (2009).

Em seu trabalho sobre os Terena da Terra Indígena de Buriti, Pereira (2009), insere o conceito de “truncos familiares” ocupando um espaço dentro de um território e podendo ser agrupados para dar a ideia de uma aldeia, que “tem o sentido de uma rede dinâmica de relações sociais, histórica e espacialmente definidas dentro de um mesmo território, geralmente se referindo à ideia de lugar ocupado” (PEREIRA, 2009:45).

A partir da genealogia da família Caetano Lulu, pretendemos exemplificar e aprofundar o debate sobre esse conceito, apresentando um “tronco familiar” que tem Ciriaco Lulu como a figura do líder, bem como o “tronco familiar” da família Sebastião que tem Heitor Sebastião na figura do líder. Essas famílias Terena acabam por estar inseridas numa rede de alianças, na qual também estão inseridas algumas famílias Guarani devido aos casamentos ocorridos, espacialmente definida dentro do território da aldeia Tereguá.

A trajetória de constituição desses “truncos familiares” e a formação de uma rede de alianças na aldeia Tereguá demonstra um movimento que se configurou socialmente ao longo da história. Como afirma Pereira (2009:45), “uma figuração<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Pereira (2009) utiliza o conceito de figuração no sentido proposto pelo sociólogo alemão Norbert Elias, “o conceito de figuração ainda tem a vantagem de não evocar, como faz o de ‘sistema’, nem a idéia de uma entidade totalmente fechada, nem a de uma dotada de harmonia imanente. O conceito de figuração é neutro. Ele pode se referir a relações harmoniosas, pacíficas e amigáveis entre as pessoas, assim como a relações hostis e tensas” (Elias, 2001: 155)

social dinâmica”, conceito que “se aproxima assim, do conceito de socialidade desenvolvido em trabalhos recentes de antropologia como em Strathern (2014: 236) e Viveiros de Castro (2002: 313)”.

A família Caetano Lulu tem como base o casal formado pelo não índio João Caetano e pela indígena Terena Eva Lulu, que me receberam em sua casa com toda simpatia e gentileza, tendo sido minha base durante a pesquisa de campo.

Já havia visto esse casal, em abril de 2014, durante uma festa na aldeia Nimuendajú, ocorrida no Centro Cultural *Awá Gurapiá*, quando pudemos presenciar a cerimônia de um casamento, que estava na programação descrita no panfleto da “Festa cultural em comemoração ao dia do índio” como “cerimônia do casamento tradicional Tupi-Guarani”, tendo inclusive a emissão de um registro administrativo de casamento emitido pela chefe da CTL/FUNAI de Bauru, que participou da cerimônia.

Esse casamento foi realizado entre o Guarani Tiago de Oliveira, filho de pai não índio e mãe Guarani, residente da aldeia Nimuendajú, e Thais Cristine Caetano, filha de Eva Lulu Caetano e João Caetano, indicando uma continuidade dos casamentos interétnicos na reserva.

No mês de maio de 2015, durante a pesquisa de campo, fui convidado pelo casal Lulu Caetano para participar da festa relativa ao dia das mães em sua residência na aldeia Tereguá. Eu e minha esposa fomos naquele domingo até a casa deles quando pudemos conhecer seus filhos e netos. O filho mais velho, João Caetano Junior, casado com uma não índia, reside no município de Avaí (SP), tem dois filhos, João Vitor e Eduarda. Eva Lulu Caetano fala com muito orgulho dessa neta, “ela diz ser Terena, quando alguém pergunta se ela é índia lá em Avaí”.

A filha mais velha, Virginia Caetano, também é casada com um não índio e reside no município de Bauru (SP), tem dois filhos, Mariana e Rogério. O filho mais

novo, Maycon Caetano, atualmente residindo com os pais na aldeia Tereguá, tem um filho com uma não índia chamado Pablo Henrique, que ficou morando com a mãe no município de Avaí (SP).

Outros dois filhos do casal, Heloide e Richard Caetano, residem na aldeia Tereguá, sendo que Richard, casado com Patrícia Lipu, filha do Terena Ovidio Lipu e da Guarani Marialva da Silva Nunes, é o Vice Diretor da E.E.I. Tereguá.

Heloide Caetano é casado com Miriam Sebastião, filha de pai Terena, Heitor Sebastião Neto, e mãe Guarani, Hilda Marcolino. Miriam é bisneta de Heitor Sebastião, por parte de pai, e bisneta de Manoel Marcolino Honório *Poydjú*, por parte de mãe.

Heitor Sebastião e Ciriaco Lulu representam os dois “troncos familiares” Terena que ocuparam o atual território da aldeia Tereguá a partir de 1958. Já Manoel Marcolino Honório *Poydjú*, irmão de José Francisco Honório *Avakaudjú*, estava no início da ocupação da reserva Araribá ao ser criada em 1913, ambos os irmãos estão citados no capítulo 2.

Outras duas filhas do casal Caetano Lulu, Thais Crisitine Caetano e Dayane Lulu Caetano, casaram-se com indígenas Guarani da aldeia Nimuendajú, Tiago de Oliveira e Gleidson Marcolino, respectivamente, e passaram a residir naquela aldeia.

A festa do dia das mães foi bastante animada e pudemos observar que os filhos deste casal tem como sua referência de pertencimento ao grupo Terena sua mãe, Eva Lulu Caetano, tendo ainda como referência maior o avô Ciriaco Lulu. Mas também observamos que todos tem um profundo respeito e admiração pelo pai não índio, João Caetano, que foi aceito pelo sogro e com quem morou inicialmente, quando foi introduzido nesse “tronco familiar” Terena.

Outro ponto importante a ser destacado é como se deu o encontro dos casais formadores dessa família. João e Eva, como descrito anteriormente, conheceram-se

quando trabalhavam na lavoura da fazenda Bela Vista, já Tiago e Thais se conheceram nos bailes realizados nas aldeias da reserva. Richard e Patrícia e Dayane e Gleidson se conheceram numa escola em Duartina (SP), quando faziam o ensino médio.

Outra questão é a referência da matriarca Terena desta família, Eva Lulu Caetano, que parece ter herdado o tronco Lulu de seu pai, Ciriaco Lulu. Como afirma Oliveira & Pereira (2012), em relação ao conceito de tronco.

Um grupo de parentes está articulado em torno da figura de um líder, geralmente um velho, um ancião identificado como um *tronco*. Caso esse velho venha a falecer, sua esposa pode assumir a posição de pessoa de referência para o grupo de parentes e, nesse caso, o *tronco* passa a ser uma mulher idosa. Ele também pode ser substituído por um irmão ou filho mais velho. O mais comum, entretanto, é que a referência seja não apenas o homem, mas o casal de velhos, devendo este casal reunir alguns atributos como a estabilidade conjugal, o conhecimento da tradição e a liderança reconhecida para unir os parentes, resolver problemas de convivência interna do grupo e dar conselhos para os mais jovens.

O Terena Vicente da Silva Jorge, 74, expressou a noção de *tronco* da seguinte forma: “O Terena é igual uma árvore, vai *sementando* em roda”. Com efeito, esta é uma definição que muito bem exemplifica a ideia de *tronco*: a imagem de uma árvore que frutifica e lança sementes ao seu redor, difundindo e proliferando sua espécie em volta de seu tronco de referência. (OLIVEIRA & PEREIRA, 2012: 126-127).

Ao ingressar no “tronco familiar” do Terena Ciriaco Lulu, João Caetano, um *purutuya*, “forma como denominam os brasileiros” (PEREIRA, 2009: 111), acabou sendo aceito por se sujeitar “aos procedimentos e atitudes comportamentais do grupo”, sendo que essa “sujeição implicou na submissão às lideranças internas da comunidade e na disposição de seguir as regras de conduta aí vigentes” (2009: 111), pois João Caetano passou a morar com o sogro para depois poder fazer sua casa na área que apresentamos como sendo pertencente a família Lulu (ver croqui Anexo D).

A família Caetano Lulu representa um recorte dessa “mistura” ocorrida em Araribá entre não índios e indígenas Guarani e Terena, conforme a genealogia construída durante nossa pesquisa de campo.



João Caetano, nascido em 1947 em Paratinga no estado da Bahia, com quatro anos de idade chegou a região do entorno a reserva de Araribá, junto com seus pais que vieram trabalhar na lavoura de café e algodão na fazenda Bela Vista de propriedade do Sr. Mario Pereira, vizinha da reserva, conforme informações prestadas pelo próprio João Caetano.

Nos anos de 1960, quando já trabalhava na lavoura ajudando seus pais, conheceu a indígena Terena Eva Lulu, que também estava trabalhando na fazenda. Em 1969, João e Eva se casaram e mudaram para Araribá em 1970 (Figura 25 e 26).



**Figura 25: Foto do casamento de Eva Lulu e João Caetano em 1969. Foto cedida pelo casal.**



**Figura 26: Foto do casal Eva Lulu e João Caetano em 2015. Foto do autor.**

Eva Lulu, nascida em 1950, filha de Ciraco e Helena Lulu (Figura 27), chegou de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) com oito anos de idade, vindo morar onde com seus pais numa área ocupada por Ciriaco Lulu em 1958, onde hoje é a aldeia Tereguá.



**Figura 27: Ciriaco e Helena Lulu. Fotos cedidas por Marina Lulu.**

Desse casamento entre o não índio João Caetano e a indígena Terena Eva Lulu, que passou a usar o nome de Eva Lulu Caetano, nasceram sete filhos: João Caetano Júnior, Virginia Caetano, Heloide Caetano, Richard Caetano, Thais Cristine Caetano, Maycon Caetano e Dayane Lulu Caetano, citados anteriormente.

A residência de João Caetano e Eva Lulu Caetano (Figura 28), ainda em madeira, pois aguardam a construção das dez unidades em alvenaria prometidas pelo governo de São Paulo através do CDHU, foi adquirida, em 2012, pelo seu filho Richard Caetano do vereador Paulo Roberto Sebastião. O Terena Paulinho Payakan, como é conhecido, é cunhado de Eva Lulu Caetano, casado com sua irmã Elza Lulu Lucas, reside na aldeia Kopenoti. Paulinho, filho do Terena Eunício Sebastião e da não índia Nilce Florêncio Sebastião, é neto de Balbino Sebastião, irmão de Heitor Sebastião.



**Figura 28: Casa do casal Eva e João Caetano. Foto do autor.**

Essa casa fica na região da área ocupada por Ciriaco Lulu, nascido em 1916, que veio de Mato Grosso (do Sul) para Araribá com os pais e irmãos por volta de 1945 e acabou ocupando essa área próxima onde hoje é a aldeia Tereguá no ano 1958. Ciriaco acabou falecendo em 2002.

Atualmente, na área formada por Ciriaco Lulu, residem as famílias de seu neto Richard Caetano (casa 26 do croqui); de sua filha Marina Lulu (casa 27 do croqui), que ainda reside na antiga casa onde moraram seus pais Ciriaco e Helena Lulu, junto com uma sobrinha e sua família; além de uma outra filha de nome Maria Lulu (casa 24 do croqui), casada com um não índio chamado Augustinho Rangelio Ferreira.














Esta área fica afastada do núcleo central da aldeia, como pode ser observado no croqui, da mesma forma como a área da família Sebastião (casas 28 a 31 do croqui), ocupada por seu pioneiro Heitor Sebastião na mesma época em que Ciriaco ocupou sua área.

Na sequência, vamos apresentar algumas genealogias construídas a partir da pesquisa de campo, que poderão facilitar o entendimento da formação da aldeia Tereguá e dos “troncos familiares” Terena existentes nessa aldeia.

Essas genealogias das famílias residentes na reserva de Araribá, tratadas especificamente em relação à formação da aldeia Tereguá, acabaram por se constituir numa ferramenta importante para a compreensão das suas dinâmicas sociais e espaciais, revelando ainda os vínculos que foram sendo estabelecidos entre famílias das outras aldeias de Araribá, Kopenoti e Nimuendajú.

## 4.2 GENEALOGIAS

As genealogias, apresentadas neste trabalho, tem como referência diagramas de parentesco, que trazem as representações de alguns símbolos conforme o quadro abaixo, adaptado de Oliveira (2009: 27).

SÍMBOLO	SIGNIFICADO
 Homem	 Falecido
 Mulher	 Falecida
 ou 	Conjugalidade
 ou 	Conjugalidade desfeita
	Descendência ou filiação
	Germanidade (filhos do mesmo pai e mesma mãe)
 ou 	<i>Ego</i> (“eu” em latim; pessoa de referência na genealogia)
	Indicador de filhos independente da quantidade e do sexo dos indivíduos

**Quadro 1:** Símbolos usados nos diagramas de parentesco. Cada plano horizontal do diagrama, como no caso do símbolo correspondente à germanidade, corresponde a uma geração de indivíduos.

Decidimos optar pela utilização de cores nas genealogias para facilitar a visualização das “misturas” ocorridas em Araribá, representando os indivíduos com as seguintes cores:

- Azul – Terena
- Verde – Guarani
- Preto – Não índio
- Amarelo – Kaingang
- Contorno Vermelho – “Mistura” Terena com Guarani (Tereguá):  
Preenchimento Verde » Identifica-se como Guarani  
Preenchimento Azul » Identifica-se como Terena
- Contorno Laranja – “Mistura” - Mãe Guarani ou Terena e Pai não índio:  
Preenchimento Verde » Identifica-se como Guarani  
Preenchimento Azul » Identifica-se como Terena
- Contorno Amarelo – “Mistura” - Guarani com Kaingang:  
Preenchimento Verde » Identifica-se como Guarani

As genealogias construídas, tendo por base uma pesquisa bibliográfica somada com a pesquisa de campo, facilitaram a compreensão das “misturas” ocorridas na aldeia Tereguá, quando cada indivíduo se identifica com o grupo materno ou paterno, estarão sendo apresentadas na seguinte ordem: Formação da Aldeia Tereguá; Família Caetano Lulu e Maria Laura da Silva.

A primeira genealogia, Formação da Aldeia Tereguá, busca apresentar uma visão geral das várias uniões ocorridas entre indivíduos Terena e Guarani e, desses, com alguns indivíduos não índios. Destacando a descendência dos primeiros líderes Guarani de Araribá e a descendência dos primeiros Terena que chegaram nessa reserva indígena, que fizeram parte na formação da aldeia Tereguá, sendo que uma parcela dessa descendência reside, atualmente, nessa aldeia. Os indivíduos que compõem essa e as demais genealogias encontram-se numerados e nominados nas legendas.

Nesse sentido, podemos destacar os irmãos Manoel Marcolino Honório *Poydjú* (61) e José Francisco Honório *Avakaudjú* (63), representantes da família Marcolino Honório e Maria Luciana da Silva (62), esposa de Manoel, com seus filhos Francisco Marcolino (3), Orestes Marcolino (6) e Leocádio Marcolino Honório (54), pela descendência dos Guarani. Na descendência dos primeiros Terena, destacamos os irmãos Balbino (2) e Heitor Sebastião (10) e o casal Ciriaco Lulu (13) e Helena Elias Lulu (14) com suas filhas Eva (17), Marina (40), Maria (41) e Elza Lulu (43). Também, as irmãs de Ciriaco, Inês (11) e Clarice Lulu (12), casadas com Heitor e Balbino Sebastião, respectivamente.

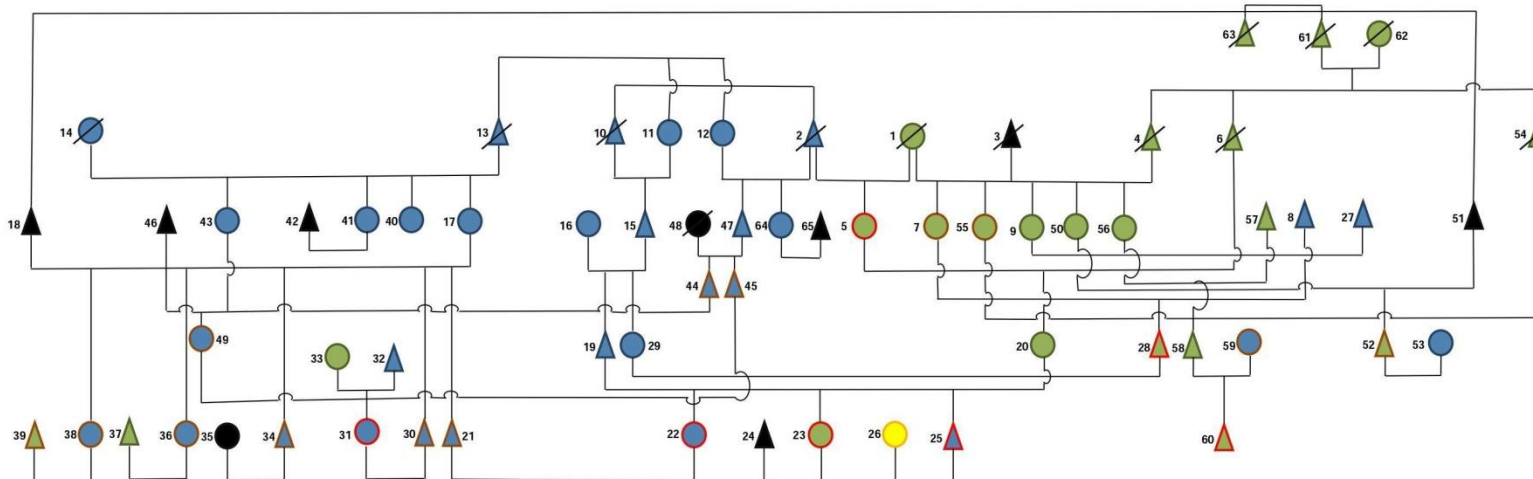
Foram ocorrendo algumas uniões entre a descendência Terena e Guarani, que deu origem ao etnônimo “Tereguá”, citado anteriormente. Também vão surgir algumas uniões entre mulheres Terena e não índios regionais.

A segunda genealogia, Família Caetano Lulu, vai representar, especificamente na aldeia Tereguá, a união entre a Terena Eva Lulu Caetano (6) e o não índio João Caetano (6), com sua descendência.

A genealogia Maria Laura da Silva procura demonstrar as uniões ocorridas com essa Guarani a partir da chegada dos Terena em Araribá. Maria Laura (1), conhecida como “Mariquinha”, teve uma filha com o Terena Balbino Sebastião (2), que retorna para sua aldeia em Mato Grosso do Sul antes do nascimento de sua filha. Em seguida, Maria Laura se une ao não índio Sebastião Penedo da Rocha (3), também já citada anteriormente, e depois de sua morte acaba se unindo ao Guarani Francisco Marcolino (4), conhecido como “Chiquinho”. Dessas uniões, vamos observar uma descendência que também acaba se misturando e, parte dela, acaba por formar a aldeia Tereguá.

A visualização dessas genealogias poderá facilitar o entendimento das “misturas” ocorridas em Araribá.





1. Maria Laura da Silva (1913)
2. Balbino Sebastião (1913)
3. Sebastião Penedo da Rocha
4. Francisco Marcolino (1909)
5. Dulce Maria da Rocha (1937)
6. Orestes Marcolino
7. Maria Rocha (1950)
8. Antonio Lulu (1947)
9. Emília Marcolino Eloy (1963)
10. Heitor Sebastião (1909)
11. Inês Lulu
12. Clarice Lulu
13. Ciriaco Lulu (1916)
14. Helena Elias Lulu (1923)
15. Cornélio Sebastião (1933)
16. Marlene Lipu Sebastião (1939)
17. Eva Lulu Caetano (1950)
18. João Caetano (1947)
19. Heitor Sebastião Neto (1969)
20. Hilda Marcolino (1973)
21. Heloide Caetano (1973)
22. Miriam Sebastião (1992)
23. Thamires Sebastião (1994)
24. Italo Inácio Lima dos Santos
25. Edson Sebastião (1988)
26. Laís Gabriel (1986)
27. Lauro Eloy (1959)
28. Anildo Lulu (1971)
29. Edeltrudes Sebastião (1974)
30. Richard Caetano (1984)
31. Patrícia Lipu (1985)
32. Ovidio Lipu (1962)
33. Marialva da Silva Nunes (1966)

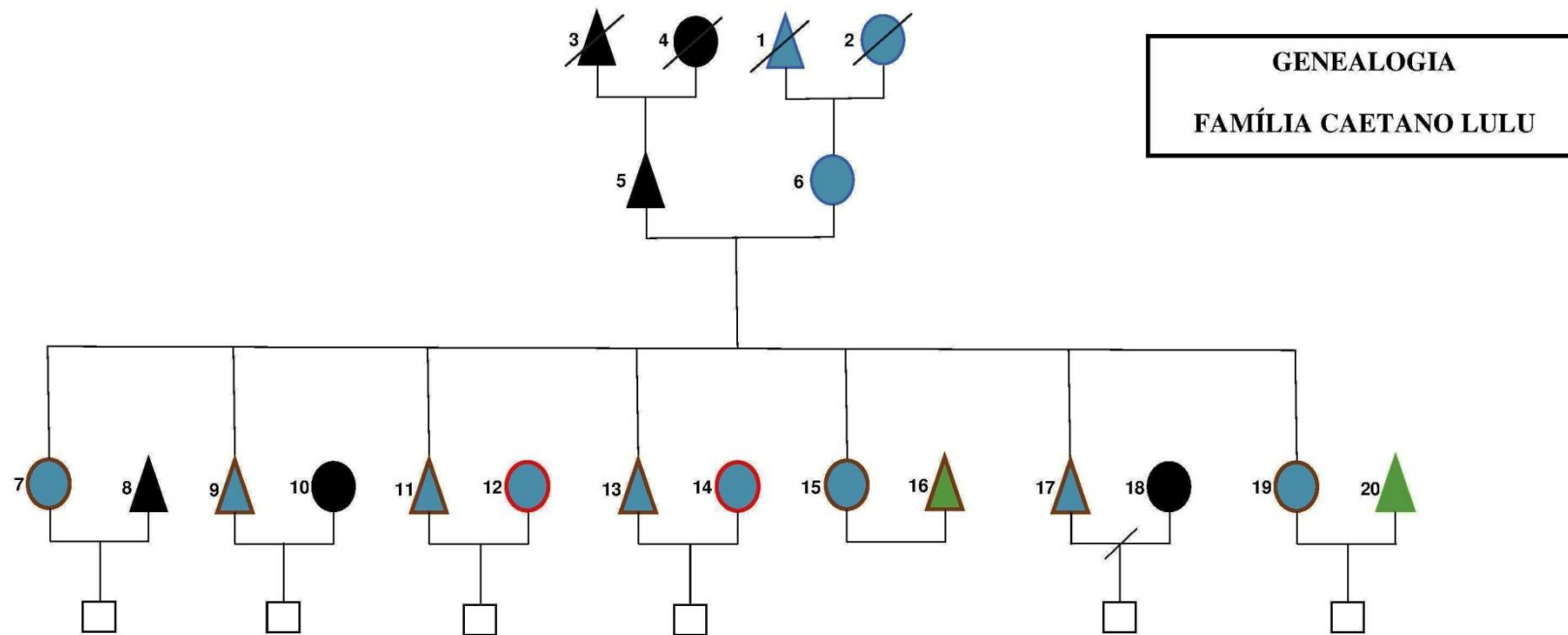
34. Maycon Caetano
  35. Dorca
  36. Dayane Lulu Caetano (1993)
  37. Gleidson Alves Marcolino (1989)
  38. Thais Cristine Caetano (1988)
  39. Tiago de Oliveira (1985)
  40. Marina Lulu (1958)
  41. Maria Lulu (1955)
  42. Augustinho Rangelio Ferreira (1974)
  43. Elza Lulu Lucas (1961)
  44. Paulo Roberto Sebastião (Payakan) (1972)
  45. Ednilson Sebastião (Chicão) (1973)
  46. Valdir Lucas
  47. Eunício Sebastião (1949)
  48. Nilce Florêncio Sebastião (1952)
  49. Danieli Lulu Lucas (1982)
  50. Valquíria Marcolino
  51. Domingos Caetano
  52. Elizeu Caetano (Batata) (1978)
  53. Valdirene Lipu (1977)
  54. Leocádio Marcolino Honório (1931)
  55. Adelaide Rocha (1940)
  56. Francisca Marcolino (1964)
  57. Valdecir Alves (1962)
  58. Valdecir Marcolino (1978)
  59. Silene Feliciano (Mestiça) (1980)
  60. Jhonathan Feliciano Marcolino (1994)
  61. Manoel Marcolino Honório Poydjú (1875)
  62. Maria Luciana da Silva (1889)
  63. José Francisco Honório Avakaudju
  64. Aracy Sebastião dos Santos (1941)
  65. José Simão dos Santos (1949)
- \* Moradores da aldeia Tereguá

## GENEALOGIA GUARANI E TERENA NA FORMAÇÃO DA ALDEIA TEREQUÁ

### LEGENDA

- Azul – Terena
- Verde – Guarani
- Preto – Não índio(a)
- Amarelo - Kaingang
- Contorno Vermelho – “Mistura” Terena com Guarani:  
Preenchimento Verde » Identifica-se como Guarani  
Preenchimento Azul » Identifica-se como Terena
- Contorno Marrom – “Mistura” - Mãe Guarani ou Terena e Pai não índio:  
Preenchimento Verde » Identifica-se como Guarani  
Preenchimento Azul » Identifica-se como Terena



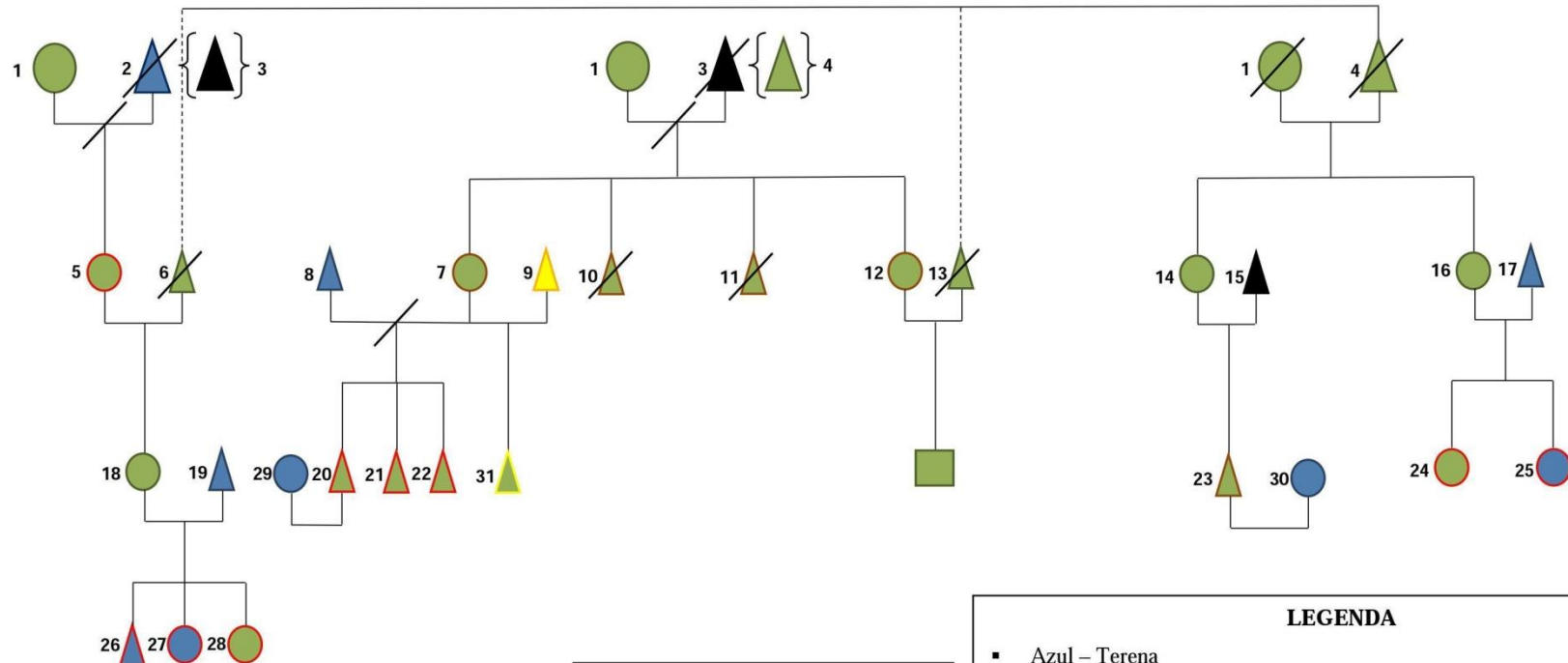
**LEGENDA**

- Azul – Terena
- Verde – Guarani
- Preto – Não índio(a)
- Contorno Vermelho – “Mistura” Terena com Guarani:  
Preenchimento Azul » Identifica-se como Terena
- Contorno Marrom – “Mistura” - Mãe Guarani ou Terena e Pai não índio:  
Preenchimento Azul » Identifica-se como Terena  
Preenchimento Verde » Identifica-se como Guarani

1. Ciriaco Lulu (1916)
2. Helena Elias Lulu (1923)
3. Pai de João Caetano
4. Mãe de João Caetano
5. João Caetano (1947)
6. Eva Lulu Caetano (1950)
7. Virginia Caetano
8. José Carlos
9. João Caetano Júnior (1979)
10. Silvana

11. Heloide Caetano (1973)
12. Miriam Sebastião (1992)
13. Richard Caetano (1984)
14. Patrícia Lipu (1985)
15. Thais Cristine Caetano (1988)
16. Tiago de Oliveira (1985)
17. Maycon Caetano
18. Dorca
19. Dayane Lulu Caetano (1993)
20. Gleidson Marcolino (1989)

**GENEALOGIA**  
**MARIA LAURA DA SILVA**



1. Maria Laura da Silva (1913)
2. Balbino Sebastião (1913)
3. Sebastião Penedo da Rocha
4. Francisco Marcolino (1909)
5. Dulce Maria da Rocha (1937)
6. Orestes Marcolino
7. Maria Rocha (1948)
8. Antonio Lulu (1947)
9. Waldemar Xarim (1947)
10. João Rocha
11. Bertolino Rocha (1951)
12. Adelaide Rocha (1943)
13. Leocadio Marcolino Honório (1931)
14. Valquiria Marcolino
15. Domingos Caetano

16. Emilia Marcolino Eloy (1963)
17. Lauro Eloy (1959)
18. Hilda Marcolino (1973)
19. Heitor Sebastião Neto (1969)
20. Anildo Lulu (1971)
21. Valdir Rocha Marcolino (1966)
22. Antonisio Lulu (Darã) (1967)
23. Elizeu Caetano (1978)
24. Ivone Eloy de Lima (1980)
25. Eliane Eloy (1982)
26. Edson Sebastião (1988)
27. Miriam Sebastião (1992)
28. Thamires Sebastião (1994)
29. Edeltrudes Sebastião (1975)
30. Valdirene Lipu (1977)
31. Marcos Antonio Xarim (1983)

**LEGENDA**

- Azul – Terena
- Verde – Guarani
- Preto – Não índio
- Amarelo – Kaingang
- Contorno Vermelho – “Mistura” Terena com Guarani:  
Preenchimento Verde » Identifica-se como Guarani  
Preenchimento Azul » Identifica-se como Terena
- Contorno Marrom – “Mistura” - Mãe Guarani ou Terena e Pai não índio:  
Preenchimento Verde » Identifica-se como Guarani  
Preenchimento Azul » Identifica-se como Terena
- Contorno Amarelo – “Mistura” Guarani com Kaingang:  
Preenchimento Verde » Identifica-se como Guarani

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi bastante interessante retornar para uma aldeia, agora não mais como Indigenista da FUNAI, como Chefe de um Posto Indígena no assessoramento de comunidades indígenas em suas relações com a sociedade envolvente. Encontrava-me, agora, como pesquisador, buscando compreender as relações existentes entre dois grupos indígenas habitantes de uma mesma reserva. A travessia daquela ponte entre o indigenismo e a antropologia, entre a aldeia e a academia, buscando uma conexão entre o indigenista e o aspirante a etnólogo.

Inicialmente, construímos um projeto de pesquisa que pretendia compreender o surgimento dos chamados “Tereguá”, teoricamente representados pelos habitantes de uma aldeia, na reserva de Araribá, originada a partir da “mistura” ocorrida entre indivíduos dos grupos Terena e Guarani. Assim, este trabalho não esgotou o debate sobre a “mistura” ocorrida na reserva de Araribá, que resultou no surgimento do etnônimo “Tereguá”.

A partir de um estudo etnográfico realizado na aldeia Tereguá, pudemos perceber que a palavra “mistura” ou “misturados”, tal como descrito nos trabalhos de Danaga (2012) e Mainardi (2012) em relação aos Tupi Guarani, não ocorria na aldeia Tereguá em relação a “mistura” ocorrida entre os Terena e Guarani. Nesta aldeia, os indivíduos, quando questionados, acabavam se identificando como sendo Guarani ou Terena, inclusive aqueles que descendiam de casamentos entre mulheres Terena e indivíduos não índios.

A aldeia Tereguá, localizada no extremo oposto de onde se iniciou a ocupação da reserva de Araribá, foi a última aldeia criada, no final de 2002, a partir de uma cisão ocorridas na aldeia Nimuendajú.

Observando a ocupação espacial da reserva, inicialmente habitada pelos Guarani nas margens do rio Batalha, localizado no fundo da reserva no limite norte e leste, observamos que o Serviço de Proteção aos Índios – SPI, instala sua unidade administrativa da Povoação Indígena do Araribá nas proximidades da aldeia Guarani. A partir da chegada dos Terena nos anos 1930, o SPI vai acomodá-los junto aquele Posto Indígena, criado em 1911, sendo que algumas famílias Terena, citadas anteriormente, vão se instalar nas proximidades da linha férrea, onde hoje está a aldeia Tereguá, limite sul e oeste da reserva. Os Guarani, no ano de 1985, são deslocados das margens do rio Batalha para a atual aldeia Nimuendajú. A população Terena cresce e, em 2002, ocorre uma cisão na aldeia Kopenoti e vai se formar a aldeia Ekeruá.

Assim, podemos observar que atualmente temos três aldeias definidas como sendo ocupadas pelos Terena (duas) e pelos Guarani (uma), restando a aldeia Tereguá, ocupada por famílias Terena, em sua maioria, famílias Guarani e famílias formadas a partir da “mistura” entre esses dois grupos.

Alguns elementos são importantes na formação da aldeia Tereguá, sendo que um deles está representado pelo “tronco” familiar Terena de Ciriaco Lulu, que vai ocupar desde 1958 uma localidade onde hoje está localizada a aldeia Tereguá. Essa categoria de “tronco”, apresentada por Pereira (2009), no caso da família Ciriaco Lulu, pode ser entendida como a fundação, ou surgimento, de um “tronco” que vai iniciar uma “rede de alianças matrimoniais, políticas e religiosas” (2009: 48), configurando uma protocélula da atual aldeia Tereguá, como pode ser observado nas genealogias construídas a partir da pesquisa de campo. Da mesma forma, vamos encontrar o “tronco” familiar Terena Heitor Sebastião, que se estabelece, no mesmo período de Ciriaco Lulu, na área onde se encontra atualmente a aldeia Tereguá. (Vide Figuras 15 e 16, p.87)

Com a cisão ocorrida na aldeia Nimuendajú, ocupada por famílias Guarani, a família de Maria Rocha veio ocupar a região mais a sul e oeste da reserva, abaixo da linha férrea, próximo a nascente do córrego Araribá, onde ela e seus filhos iniciaram a formação da aldeia Tereguá. A irmã de Maria Rocha, Dulce Maria da Rocha, e sua filha Hilda Marcolino, também vêm morar nessa aldeia.

Assim, podemos verificar que descendentes dos “troncos” familiares Terena, as famílias Guarani e alguns regionais não índios, que acabaram se unindo a mulheres Terena, vão formando a atual aldeia Tereguá, contextualizando uma socialidade “Tereguá” num formato aproximado com o conceito de socialidade apresentado por Viveiros de Castro (2013: 313) e Strathern (2014: 236).

Outro aspecto que pudemos verificar, em nossa pesquisa de campo, foi o deslocamento de alguns indivíduos da reserva de Araribá para as cidades vizinhas, particularmente para o município de Bauru. Esses deslocamentos se deram devido à busca por trabalho e renda, para estudar nas universidades e também pelos casamentos ocorridos com não índios.

Atualmente, encontramos alguns membros da comunidade indígena de Araribá vivendo na cidade de Bauru, que acabam por enfrentar algumas barreiras e preconceitos. Nesse sentido, muitos deles acabam ocultando sua identidade enquanto indígena em algumas situações e, em outras, como a busca por uma das bolsas de estudo oferecidas por uma universidade particular em convênio com a FUNAI, acabam tendo que buscar na própria FUNAI uma declaração de que são indígenas e tem parentesco com famílias da reserva de Araribá.

Temos acompanhado o caso de um indivíduo Terena, filho de pai Terena e mãe não índia, nascido em Araribá e atualmente residindo na cidade de Bauru (SP), que enfrentou esses problemas e vem buscando afirmar sua identidade enquanto Terena.

Esse indígena contemporâneo no contexto urbano, que mantém laços de parentesco e histórico-culturais com a comunidade Terena de Araribá, tem buscado, com o apoio de seu pai, divulgar o mito de origem Terena nas escolas do município de Bauru, que resultou na publicação do livro: “Mito de Origem do Povo Terena: história ilustrada da cultura Terena” (SEBASTIÃO, 2016).

O trabalho desenvolvido por Irineu (Sebastião) *Nje'a*<sup>11</sup>, indígena Terena do estado de São Paulo, visa divulgar a cultura indígena na cidade de Bauru a partir da criação da ARACI – Cultura Indígena, uma associação que uniu indígenas e não índios, buscando criar uma ponte entre a aldeia e a cidade, “aproveitando o acervo da oralidade que ainda existe entre os indígenas mais velhos para com os mais jovens da aldeia” (SEBASTIÃO, 2016: 3), que também chega até àqueles indígenas que estão morando na cidade de Bauru.

Todo esse movimento, produzido pela iniciativa de Irineu *Nje'a*, pode ser traduzido por uma frase na língua Terena: “*Motôva indukeovo kuteati íti, Akaoti Ngurika'a Indukeovo xâne*”, “Eu posso ser o que você é sem deixar de ser o que eu sou”. Complementado por uma outra palavra na língua Terena: *Vucápanavo*, vamos em frente.

---

<sup>11</sup> *Nje'a* – palavra na língua Terena, tronco linguístico Aruak, que significa meu filho.

## ANEXOS

## ANEXO A - Decreto nº 2.371-F

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL  
**DIARIO OFFICIAL**  
 DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANNO 24.º — 24.º DA REPUBLICA — N. 115

SÃO PAULO

SEXTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1913

**Actos do Poder Executivo****(\*) DECRETO N. 2371-F**

DE 28 DE ABRIL DE 1913

*Declara reservadas, para localização de índios, as terras do valle do correjo Araribá no districto de Jacutinga, município e comarca de Baurú.*

O Presidente do Estado de São Paulo, Em observancia ao disposto no § 4.º do artigo 3.º da lei n. 323 de 22 de Junho de 1895, e attendendo ao que lhe representou o dr. Secretario-Interino do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Decreta:

**Artigo 1.º** Ficam reservadas, para localização de índios as terras devolutas do valle do correjo Araribá, no districto de Jacutinga, município e comarca de Baurú, com a área de 1920,80 hectares ou 793,72 alqueires.

**Artigo 2.º** As mencionadas terras começam no marco n. 5, indicado no memorial descriptivo, apresentado pelo chefe do serviço de discriminação de terras devolutas nas comarcas de Agulos e Baurú, relativo á discriminação dos valles dos correjos Araribá e Laranjeiras, archivado na directoria de Terras, Colonização e Imigração, seguindo a divisa os rumos e distancias constantes do alludido memorial até ao marco n. 38, de onde continua pelo espigão divisor das aguas dos correjos Araribá e Laranjeiras, até ao rio Batalha, subindo este rio até encontrar o marco n. 5 ponto de partida.

**Artigo 3.º** As terras ora declaradas reservadas, serão entregues á Inspectoria de São Paulo do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, para o fim especial indicado no artigo 1.º do presente decreto.

**Artigo 4.º** Si, por qualquer circumstancia, as alludidas

(\*) Publicado pela 2.ª vez por ter sahido com incorrecções

terras não poderem ter a applicação constante do artigo 1.º voltarão de novo ao dominio do Estado de São Paulo.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 28 de Abril de 1913.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES  
 Altino Arantes.

**(\*) DECRETO N. 2379**

DE 28 DE MAIO DE 1913

*Auctoriza a abertura ao trafego do trecho de ligação de Santa Veridiana a Baldeação.*

O Presidente do Estado de São Paulo, Attendendo ao requerido pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro e sob proposta do Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, commercio e Obras Publicas Decreta:

**Artigo 1.º** Fica a Companhia Paulista de Estradas de Ferro autorizada a abrir ao trafego publico o trecho de linha ligando a estação de Santa Veridiana, da mencionada Companhia, á de Baldeação, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação.

**Artigo 2.º** Vigorará no mencionado trecho os regulamentos de transportes e do telegrapho e as tarifas em vigor na rede da Companhia.

§ unico. Para a cobrança de fretes e passagens considerará-se á distancia de 1 kilometro entre as duas mencionadas estações.

Palacio do Governo do Estado do São Paulo, aos 28 de Maio de 1913.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES  
 Altino Arantes.

(\*) Publicado pela 2.ª vez por ter sahido com incorrecções

**DECRETO N. 2.371-F, DE 28 DE ABRIL DE 1913**

*Declara reservadas, para localização de índios, as terras do valle do correjo Araribá no districto de Jacutinga, município e comarca de Baurú.*

O Presidente do Estado de São Paulo,

Em (observancia ao disposto no § 4.º do artigo 3º da lei n. 323 de 22 de Junho de 1895, e attendendo ao que lhe representou o dr. Secretario-Interino de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Decreta:

**Artigo 1.º** - Ficam reservadas, para localização de índios as terras devolutas do valle do correjo Araribá, no districto de Jacutinga, município e comarca de Baurú, com a área de 1920,80 hectares ou 793,72 alqueires.

**Artigo 2.º** - As mencionadas terras começam no marco n. 5, indicado no memorial descriptivo, apresentado pelo chefe do serviço de discriminação de terras devolutas nas comarcas de Agulos e Baurú, relativo á discriminação dos valles dos correjos Araribá e Laranjeiras, archivado na directoria de Terras, Colonização e Imigração, seguindo a divisa os rumos e distancias constantes do alludido memorial até ao marco n. 38, de onde continua pelo espigão divisor das aguas dos correjos Araribá e Laranjeiras, até ao rio Batalha, subindo este rio até encontrar o marco n. 5 ponto de partida.

**Artigo 3.º** - As terras ora declaradas reservadas, serão entregues á Inspectoria de São Paulo do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes do Ministerio da agricultura, Industria e Commercio, para o fim especial indicado no artigo 1.º do presente decreto.

**Artigo 4.º** - Si, por qualquer circumstancia, as alludidas terras não poderem ter a applicação constante do artigo 1.º voltarão de novo ao dominio do Estado de São Paulo.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 28 de Abril de 1913

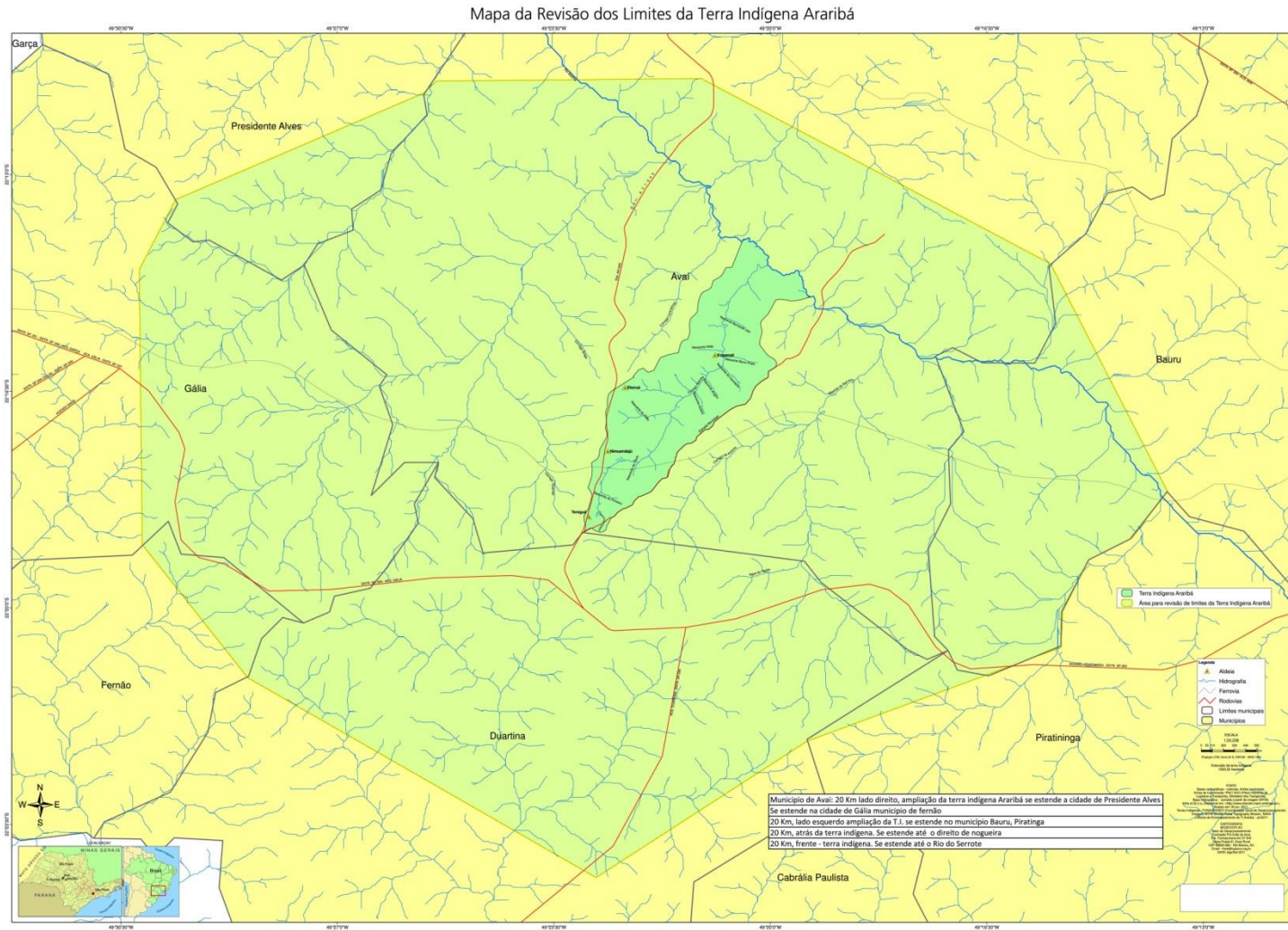
FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES  
 Altino Arantes.







### 3. Mapa da revisão de limites da Terra Indígena Araribá (PGAT, 2011)





**ANEXO C - Relação de famílias do Posto Indígena Araribá  
(Acervo CTL/FUNAI/Bauru)  
Aldeia Guarani e Aldeia Terena  
Agosto/1987**



64

- 07 -

RELACÃO DE FAMÍLIAS DO POSTO INDÍGENA ARARIBÁ/ALDEIA GUARANI

01)- Felíciozinho Nunes	51 anos
Terena da Silva Nunes	43 anos
Mariaalva da Silva Nunes	19 anos
Marina da Silva Nunes	11 anos
Fernando da Silva Nunes	06 anos
Marcelo da Silva Nunes	04 anos
Patrícia Lipa	01 ano
02)- Ana Inácio	70 anos
Francisco Nerato	38 anos
Lucilene Nerato	06 anos
03)- Claudenir Marcolino	25 anos
Eunice Marcolino	22 anos
<i>Kopewsty</i> ← Claudenir Marcolino Junior	05 anos
Keli Marcolino	06 anos
Eleber Marcolino	07 anos
04)- Ernestina da Silva	38 anos
Anderson O. Souza	06 anos
Tânia O. Souza	11 anos
Carlos O. Souza	10 anos
05)- Jucelino E. da Silva	36 anos
Matilde L. da Silva	24 anos
Alan L. da Silva	04 anos
Alex da Silva	02 anos



FUNAI  
Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

65

-08-

- |      |  |          |  |
|------|--|----------|--|
| 06)- | Valdemar Larin <i>Tengua</i>                                 | 38 anos  |  |
|      | Maria Rocha <i>Itaporanga</i>                                | 37 anos  |  |
|      | Marcos Antonio Larin <i>Itaporanga</i>                       | 04 anos  |  |
|      | Anildo Iulu <i>Tengua</i>                                    | 13 anos  |  |
|      | Adir Iulu <i>(hoje tem o nome de Valdir Rocha Marcolino)</i> | 19 anos  |  |
| 07)- | <u>Leocádio Marcolino</u>                                    | 55 anos  |  |
|      | <u>Adelaide Marcolino</u>                                    | 43 anos  |  |
|      | Cláudio Marcolino  | 22 anos  |  |
|      | Claudinei Marcolino  | 14 anos  |  |
|      | Clelia Marcolino   | 03 anos  |  |
|      | Cleonice Marcolino   | 08 anos  |  |
|      | Keli Cristina Marcolino                                      | 06 anos  |  |
| 08)- | Claudecir Marcolino <i>Nimvanda</i>                          | 19 anos  |  |
|      | Gilda Marcolino  | 17 anos  |  |
|      | Vagner Marcolino   | 06 meses |  |
| 09)- | Claudino Marcolino <i>Nimvanda</i>                           | 17 anos  |  |
|      | Kouza Korato   | 16 anos  |  |
|      | Helam Keler Marcolino  | 05 meses |  |
| 10)- | Antônio Iulu <i>(Cacique Dão) Itaporanga</i>                 | 19 anos  |  |
|      | Sirlene Iulu   | 17 anos  |  |
|      | Shirley Iulu   | 05 meses |  |
| 11)- | Manoel Marcolino   | 85 anos  |  |
|      | Luciana Marcolino  | 76 anos  |  |
| 12)- | <u>Francisco Marcolino</u>                                   | 65 anos  |  |

87 87  
85 76  
1902 1571

87  
65  
1922





-09-

<u>Maria Laura Marcolino</u>	65 anos
Ronaldo Marcolino <i>filho</i>	26 anos
Ronildo Marcolino	09 anos
13)- Valdecir Alves	25 anos
<u>Francisca Marcolino</u> <i>filha de Valdecir</i>	23 anos
Valdecir Marcolino	09 anos
Vandinho Marcolino	02 anos
Valquíngela Alves	05 anos
Anibélis Alves	02 anos
14)- João Benedito Alves	57 anos
Magnúlia Marcolino	42 anos
Zito Marcolino	47 anos
Maria Apª Alves	18 anos
Josiane Alves	02 anos
Cledir Alves	01 ano
15)- <u>Dulce Marcolino</u> <i>irmã</i>	56 anos
Guordino Marcolino <i>filho</i>	18 anos
Ilza Marcolino <i>filha</i>	13 anos
16)- Rômulo B. da Silva	31 anos
Margarida da Silva	65 anos
Andréia Neto da Silva	03 anos
Alexandra Brito da Silva	03 anos
17)- Agostinho Marcolino	20 anos
Maria Helena G. Marcolino	37 anos

$$\begin{array}{r} 87 \\ 65 \\ \hline 22 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 87 \\ 25 \\ \hline 62 \end{array} \quad \begin{array}{r} 87 \\ 9 \\ \hline 78 \end{array}$$



Lucimara Marcelino	04 anos
Alvir Sílvia Marcelino	01 ano
18)- Paulo Alves	59 anos
Juventina Alves	53 anos
Lairi R. Alves	31 anos
Claudinei Alves	12 anos
Wagner Ribeiro	10 anos
Vando Ribeiro	06 anos
19)- Valdecir Alves	23 anos
Juscilina Alves	21 anos
Gleice Alves	04 anos
Dayane Alves	02 anos
Keli Alves	03 meses
20)- Edivaldo Norato	19 anos
Devanir Marcelino	17 anos
Elaine Sílvia Norato	01 ano
21)- Bertolino Rocha	36 anos
Armelinda Pio Rocha	29 anos
Claudia Pio Rocha	04 anos 84/
Cleia Pio Rocha	03 anos 83
Cláudia Pio Rocha	10 anos 76
→ Gilmar Pio Rocha	09 anos 81
Felicitante Pio Rocha	07 anos
Isidoro Pio Rocha	02 anos 86





-11-

RELACÃO DE FAMÍLIAS DO POSTO INDÍGENA ARARIBÁ/ALDEIA TERENA

01)-	Arthur Cambé Marcolino	70 anos	
	Leopoldina Tiburcio	65 anos	
	Peáro Marcolino	35 anos	
02)-	Eunício Sebastião	36 anos	
	Milce Sebastião	35 anos	
	Paulo Roberto Sebastião	14 anos	
	Eânileca Sebastião	12 anos	
	Edir Sebastião	09 anos	
	Elenildo Sebastião	08 anos	
	Eleandro Sebastião	06 anos	
	Eliana Sebastião	06 anos	
	Mara Lúcia Sebastião	04 anos	
03)-	Cassiano Sebastião	38 anos	
	Osanita Machado Sebastião	35 anos	
	Vânia da Silva	15 anos	
	Juliana Machado	07 meses	
04)-	Dário Machado	16 anos	
	Maria Albertina Machado	20 anos	
	Daniela Machado	08 meses	
05)-	Albino Sebastião	35 anos	
	Elizabete Sebastião	30 anos	
	Elizete Sebastião	08 anos	
	Cutiara Sebastião	04 anos	
	Hanáyurá Sebastião	07 meses	

yt  
25  
S2



FUNAI  
Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

69

-12-

06)-	Guilherme Alves	33 anos
	Elza P. Lipu	30 anos
	Claudemara P. Lipu	11 anos
	Márcio Alves	02 anos
	Maurício Alves	03 meses
07)-	José Simão dos Santos	40 anos
	Aracy Sebastião	46 anos
	Irinéia dos Santos	12 anos
	Ivanildo dos Santos	09 anos
	Rosinéia dos Santos	06 anos
	Rosimeire dos Santos	04 anos
08)-	Xisto Sebastião <i>filho de Sebastião dos Santos</i>	29 anos
	Neide Xarim	27 anos
	Luís Rafael X. Sebastião	04 anos
	Denise X. Sebastião	02 anos
09)-	Oswaldo Lipu	22 anos
	Devanhéri X. Lipu	18 anos
10)-	Antonio Alves	25 anos
	Geófilia Alves	65 anos
11)-	Sebastião Alves	32 anos
	Antonia J.A. Alves	29 anos
	Iva Alves	08 anos
	Adão Alves	06 anos
	Fátima Alves	03 anos
	Daniel Antonio Alves	01 ano





Margarete Alves	04 meses
12)- Onofre Lipu	41 anos
Nereídia Lipu	45 anos
Rita de Cássia Lipu	26 anos
Orcio Lipu	18 anos
Cássio Lipu	14 anos
Iara Lipu	11 anos
Valdirene Lipu	09 anos
Sílvia Lipu	06 anos
Mônica Lipu	03 anos
13)- Leonilda Silvério	33 anos
Tereza Silvério	11 anos
Nerec Silvério	09 anos
14)- Tereza Pio Sobrinho	83 anos
15)- João Lipu	46 anos
Joana Lipu	41 anos
Alicio Lipu	20 anos
Elsa Lipu	16 anos
Luiza Lipu	02 anos
Cedina Mendes	68 anos
16)- Genelino César	20 anos
Fátima Silvério César	15 anos
Célio César	03 anos
17)- João Manoel César	58 anos



71

-14-

Ingrácia Mender César	55 anos
Gregório César	25 anos
Jorge César	17 anos
Indeio César	09 anos
Laurindo César	04 anos
18)- Olímpio de Sousa	65 anos
Tomázio Lipu	60 anos
Ovídio Lipu	24 anos
Maria Luíza Lipu	03 anos
19)- Amândio Pio	39 anos
Amália Pio	30 anos
Jehel Pio	04 anos
Jihena Pio	03 anos
Frei Pio	01 ano
Denise Pio	08 meses
20)- Cândido Sabino	58 anos
Petrolina Sobrinho	50 anos
Marluce Joaquim	12 anos
21)- Jacqui de Camilo	49 anos
Clementina de Camilo	47 anos
Claudete de Camilo	17 anos
* Maurício de Camilo	15 anos
Ivanete de Camilo	07 anos
Raulão de Camilo	27 anos
22)- Márcio de Camilo	28 anos





FUNAI  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

-15-

Gilda Antônio de Camilo	30 anos
Lourenço de Camilo	11 anos
Sidney de Camilo	09 anos
Kátia de Camilo	07 anos
Eudócio de Camilo	05 anos
Julimara de Camilo	03 anos
Eliana de Camilo	02 anos
Enyriade de Camilo	07 meses
23)- Bernardo Lipu	65 anos
Florência Lipu	60 anos
Edivaldo Lipu	13 anos
Elen Karina Pio	04 anos
24)- Anésio Lipu	22 anos
Clara Lipu	21 anos
Analice Lipu	01 ano
Aluizio Lipu	05 meses
25)- Jorge Maria	57 anos
Rita Maria	56 anos
Terezinha Maria	27 anos
Benedito Maria	21 anos
Luiza Maria	03 anos
26)- Fátima de Souza	29 anos
Aquino de Souza	26 anos
Colenice de Souza	22 anos
27)- Mariano Pio	36 anos



FUNAI  
Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

73

-16-

<u>Liberata Pio</u>	36 anos
<u>Icaltina Pio</u>	78 anos ???
Francisco Pio	32 anos
→ Gilberto Pio	11 anos ←
28)- Agostinho Silvério	33 anos
Eulália Maria	35 anos
Paulo Ag. Silvério	15 anos
Célia Silvério	12 anos
Leuro Silvério	09 anos
Márcia Silvério	03 anos
29)- Faustino Mapu Pereira	22 anos
Elisângela Silva Pereira	21 anos
30)- Protásio Antônio	53 anos
Dirce Antônio	44 anos
Maria Ap. Antônio	22 anos
→ Denis Antônio	17 anos
Jaqueline Antonio	14 anos
Álvaro Antônio	16 anos
Dionísio Antônio	12 anos
Márcia Antônio	07 anos
Maria Antônio	08 anos
Lerival Antônio	10 anos
Rosimere Antônio	05 anos
Ciraciara Antônio	05 anos
Maria Luiza Antônio	02 anos
Marcelo Antônio	01 ano





31)-	Alício Honório <i>Ninvendaju</i>	23 anos	
	Anaf Lúcia Honório	03 anos	
	Vera Lúcia Honório	18 anos	
	Marcela Honório	01 ano	
32)-	Luiz Xarim	68 anos	
	Josefa Xarim	57 anos	
	Luís Filho Xarim	34 anos	
	Agnaído Xarim	20 anos	
	Ana Xarim	07 anos	
33)-	Francisco da Silva	58 anos	
	Luzia da Silva	48 anos	
	Eliseu da Silva	24 anos	
	Elies da Silva	23 anos	
	Maria Helena da Silva	12 anos	
34)-	Ciriaco Lulu	68 anos	
	Helena Lulu	64 anos	
	Marina Lulu	30 anos	
	Maria Helena Lulu	03 anos	
	Maria Lulu	29 anos	
	Helciide Lulu	12 anos	
35)-	Geníliê Sebastião	54 anos	
	Mardene Iguá	47 anos	
	Ema Sebastião	24 anos	
	Eupádio Sebastião	23 anos	
	Eudes Sebastião	20 anos	
	Heitor Sebastião	17 anos	

87  
64  
23

84  
54  
30



-18-

Eurico Sebastião	14 anos
Edeltrudes Sebastião	12 anos
Sílvio Sebastião	15 anos
36)- Taipan L. Cruzia	41 anos
Geni L. Cruzia	41 anos
Elizabete L. Cruzia	11 anos
Claudia L. Cruzia	07 anos
Lindomar L. Cruzia	06 anos
Genimara L. Cruzia	02 anos
37)- Rosalina Pio	73 anos
Antônio Pio	39 anos
Julieta Pio	48 anos
38)- Sebastião Rodrigues	38 anos
Hilda U. Indubrasil	29 anos
Lurdes Indubrasil	20 anos
Valdomiro Indubrasil	18 anos
Jair Indubrasil	13 anos
Regina Rodrigues	11 anos
Regiane Rodrigues	07 anos
Reginaldo Rodrigues	04 anos
Rogério Rodrigues	07 meses
39)- Narciso Lipa	28 anos
Vancleia Lipa	20 anos
Maurício Lipa	02 anos
Rosalia Lipa	07 meses





FUNAI  
Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

76

-19-

40)- Faustino Pio	55 anos
Terena M. Pio	50 anos
Fidelis Pio	23 anos
Jorge Pio	22 anos
Júlio C. Pio	20 anos
Rosincide Pio	17 anos
Celina Pio	14 anos
41)- José F. Sampaio	52 anos
Mariuzita S. Sampaio	43 anos
José Carlos F. Sampaio	19 anos
Nilton F. Sampaio	13 anos
Vilma F. Sampaio	11 anos
Maurílio F. Sampaio	09 anos
Mariza F. Sampaio	07 anos
Marcos F. Sampaio	04 anos
Max F. Sampaio	03 anos
42)- Jândio M. Cruaia	41 anos
Jussara Pio Cruaia	38 anos
Márcia Cruaia	14 anos
Marcos Pio Cruaia	12 anos
43)- José Luis	30 anos
Júlia L. Luis	26 anos
Maria Luis	02 anos
44)- Selma Lipu	38 anos
Aparecido Lipu	23 anos
Teotônio Lipu	21 anos



FUNAI  
Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

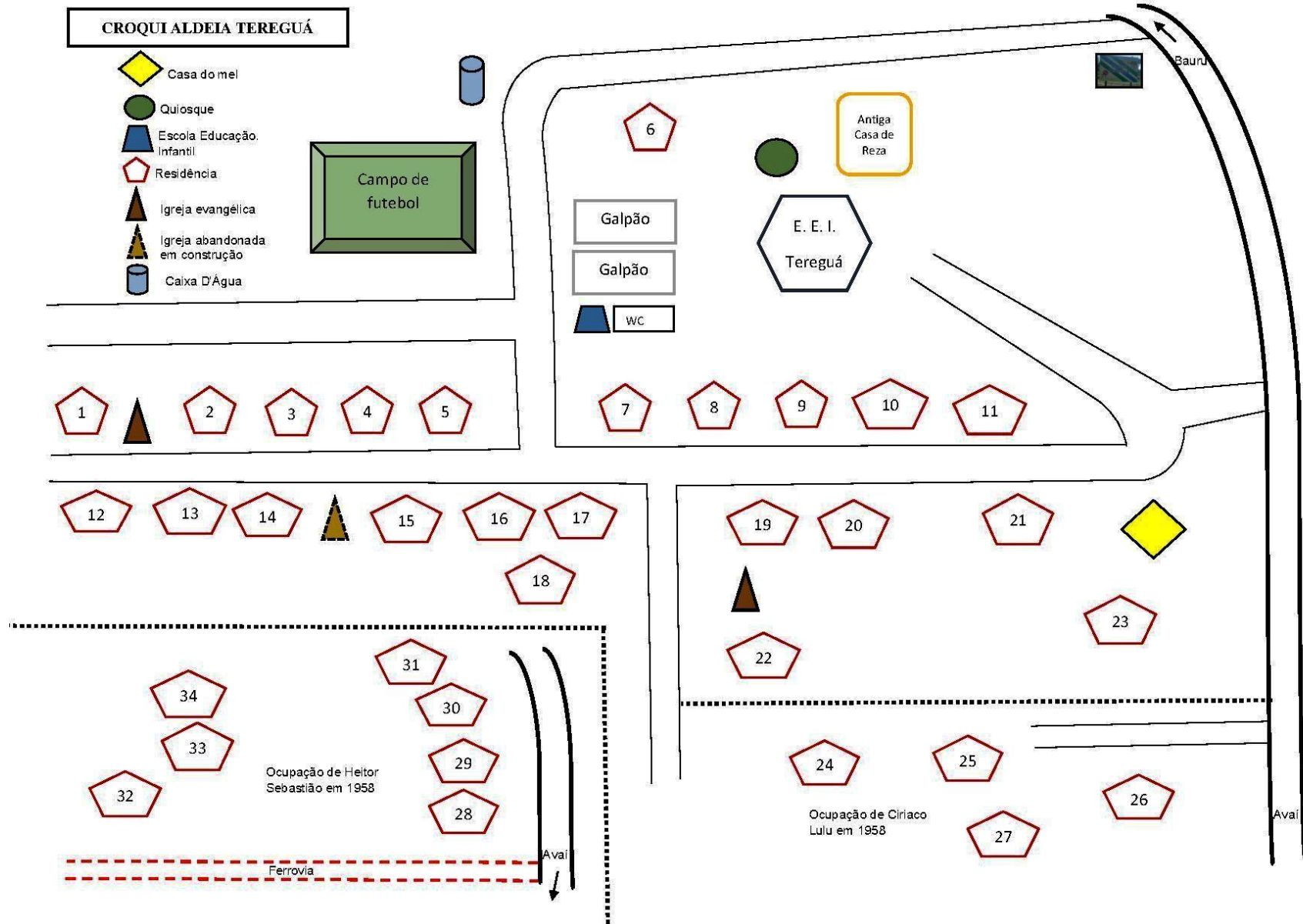
-20-

Cândido Lipu	16 anos
Luíza Lipu	15 anos
Genira Lipu	10 anos
Vera Lipu	12 anos
Gerson Lipu	09 anos

B a u r u / S P . 07 / agosto / 1.987



### ANEXO D - Croqui da aldeia Tereguá



## ANEXO E - Nota nº 050/2013 – AGU/PGF/PFE/FUNAI – Itanhaém/SP

AGU

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo.nº 719/GAB/CORLIS/FUNAI/2013

Fls. nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

NOTA nº 050/2013 - AGU/PGF/PFE/FUNAI-Itanhaém/SP

Ref.: Memo nº 719/GAB/CORLIS/FUNAI/2013.

Interessado: Coordenação Regional em Itanhaém/SP.

Assunto: Análise jurídica de temas diversos.

## EMENTA:

- I- ANÁLISE JURÍDICA SOBRE:
- II- POSSIBILIDADE OU NÃO DE CONSTRUÇÃO DE IGREJAS EM TERRA INDÍGENA;
- III- DISSEMINAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA E SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES NAS ALDEIAS DA TI ARARIBÁ;
- IV- CASAMENTO DE NÃO-ÍNDIO COM MULHER INDÍGENA; INGRESSO EM TERRA INDÍGENA DE CÔNJUGE NÃO INDÍGENA; CÔNJUGE NÃO-INDÍGENA QUE NÃO RESPEITA/RECONHECE O CACIQUE COMO REPRESENTANTE DA COMUNIDADE; CACIQUE QUE NÃO ACEITA/PERMITE A PERMANÊNCIA DE CÔNJUGE NÃO-INDÍGENA NA COMUNIDADE.

## OBJETO

01. O Senhor COORDENADOR REGIONAL SUBSTITUTO DO LITORAL SUDESTE-CORLIS da FUNAI encaminha o memorando acima citado a esta PFE-FUNAI-REGIONAL solicitando a emissão de MANIFESTAÇÃO JURÍDICA (o que faço lastreado na atribuição prevista no art. 10, da Lei Federal 10.480/02, 11, 17 e 18 da Lei Complementar 73/93, bem como da Portaria nº004 PGF/PFE/FUNAI de 19 de julho de 2011 através da presente NOTA, por observância de forma e de fundo do disposto no artigo 4º, da PORTARIA AGU nº 1.399, de 05 de outubro de 2009, ou seja, a baixa complexidade jurídica na exposição da hipótese apreciada) conforme passo a expor.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo nº 719/GAB/CORLIS/FUNAI/2013
Fis. nº _____
Rubrica _____

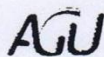
## RELATÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO

02. Cuida-se de syndicar a possibilidade/adequação jurídica de temas diversos que, de símile só tem entre si o fato de dizerem respeito às Aldeias que formam a Terra Indígena Araribá. Pela amplitude e disparidade tratarei de cada tema em tópicos separados.

03. **Sobre a construção de igrejas (ou outros templos de qualquer credo) em terra indígena.** A matéria em si não é complexa, a meu ver, mas pode gerar efeitos complexos e prejudiciais tanto à comunidade indígena quanto à União Federal (proprietária da terra). Senão vejamos.

04. A proteção conferida aos índios tanto pela Constituição Federal, quanto pelo Estatuto diz respeito às *"...atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições..."*. O cristianismo (seja católico, seja protestante) **NÃO INTEGRA os usos, costumes e tradições sendo, também, incompatível com sua "...reprodução ... cultural..."**.

05. Por esta ótica, ou seja, a específica destinação da terra indígena esta deve ter *"ligação anímica"* com a comunidade indígena (no dizer do Supremo Tribunal Federal-STF, vide Mandado de Segurança 201000150955) e o **cristianismo NÃO TEM esse vínculo**(assim como qualquer outra religião, seita ou crença diversa da indígena). **Nada impede que a própria comunidade indígena solicite à FUNAI** autorização para a construção de um templo religioso divorciado de sua cultura originária e NESTE CASO ESPECÍFICO a decisão da FUNAI, a meu ver, TERIA CARÁTER DISCRICIONÁRIO, ou seja, de conveniência e oportunidade podendo DEFERIR e/ou INDEFERIR desde que fundamentadamente.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo nº 719/GAB/CORLIS/FUNAI/2013
Fis. nº _____
Rubrica _____

06. Importa frisar, também, que a construção de templo religioso em TI merece uma apuração pela ótica CRIMINAL, haja vista que se a comunidade foi "convertida" por integrante de outras religiões (como, por exemplo, aquela que deseja construir uma igreja "dentro" da terra indígena) teremos uma situação. No caso de a comunidade ser "induzida" a aderir a outra religião é preciso verificar se não houve alguma das condutas previstas no artigo 58, I, do Estatuto do Índio, *verbis*:

(...)  
 CAPÍTULO II  
 Dos Crimes Contra os Índios

Art. 58. Constituem crimes contra os índios e a cultura indígena:

I - **escarnecer** de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição culturais indígenas, **vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo**, a sua prática.  
 Pena - detenção de um a três meses;

07. Havendo indícios de que a "conversão" da comunidade indígena se deu por "constrangimento" levado a efeito por alguma das condutas descritas no dispositivo supra transcrito FICARÁ PROIBIDA, então, a construção de templo religioso (de qualquer igreja, religião, seita e/ou crença) DENTRO da terra indígena e DEVER-SE-Á encaminhar o fato para a investigação criminal (seja enviando os indícios ao Ministério Público Federal, seja para a Polícia Federal - recomendo que se envie ao MPFA diretamente).

08. Sobre a disseminação e bebida alcoólica e outras drogas nas aldeias da TI Araribá. Este tema deita-se sobre maior objetividade normativa, segundo a legislação indigenista e penal. Há previsão EXPRESSA quanto a isso no mesmo artigo 58, do Estatuto do Índio, *verbis*:

(...)





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo.nº 719/GABI/CORLIS/FUNAI/2013

Fls. nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

CAPITULO II

Dos Crimes Contra os Índios

Art. 58. Constituem crimes contra os índios e a cultura indígena:

(...)

III - propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais ou entre índios não integrados. Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. As penas estatuídas neste artigo são agravadas de um terço, quando o crime for praticado por funcionário ou empregado do órgão de assistência ao índio.

(...)

09. Alguns comentários, mesmo que breves, são úteis neste momento. O consumo de bebida alcoólica por indígenas NÃO É CRIME, nem infração administrativa, desde que voluntário/espontâneo. O comerciante que possibilita e/ou facilita, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a distribuição de bebidas alcoólicas em aldeias COMETE O DELITO previsto no inciso III, do artigo 58.

10. Já no que diz respeito a drogas ilícitas e/ou substâncias entorpecentes as consequências são mais gravosas. A atual Lei Antidrogas (11.343/06) estabelece as condutas do USUÁRIO e a do TRAFICANTE, *verbis*:



Presidência da República  
 Casa Civil  
 Subchefia para Assuntos  
 Jurídicos

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.

Institui o Sistema  
 Nacional de Políticas  
 Públicas sobre  
 Drogas - Sisnad;



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo.nº 719/GAB/CORLIS/FUNAI/2013  
 Fls. nº \_\_\_\_\_  
 Rubrica \_\_\_\_\_

prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I  
 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso.

Parágrafo único. Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas.

(...)





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo nº 719/GAB/COPLIS/FUNAI/2013  
 Fls. nº \_\_\_\_\_  
 Rubrica \_\_\_\_\_

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, PARA CONSUMO PESSOAL, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I - advertência sobre os efeitos das drogas;
- II - prestação de serviços à comunidade;
- III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

(...)

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

- I - admoestação verbal;
- II - multa.

(...)

**CAPÍTULO II**  
**DOS CRIMES**

Art. 33. **Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente**, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - **importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente**, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - **semeia, cultiva ou faz a colheita**, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - **utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância**, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, **PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS**.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo.nº 719/GAB/CORLIS/FUNAI/2013  
 Fls. nº \_\_\_\_\_  
 Rubrica \_\_\_\_\_

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: (Vide ADI nº 4.274)

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, ~~vedada a conversão em penas restritivas de direitos~~, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (Vide Resolução nº 5, de 2012)

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, MAQUINÁRIO, APARELHO, INSTRUMENTO OU QUALQUER OBJETO DESTINADO À FABRICAÇÃO, PREPARAÇÃO, PRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DE DROGAS, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do caput deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta Lei.

Art. 36. Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa.

Art. 37. Colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e pagamento de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) dias-multa.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo.nº 719/GAB/CORLUS/FUNAI/2013

Fls. nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

Art. 38. Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença o agente.

Art. 39. Conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, além da apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva ou proibição de obtê-la, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade aplicada, e pagamento de 200 (duzentos) a 400 (quatrocentos) dias-multa.

Parágrafo único. As penas de prisão e multa, aplicadas cumulativamente com as demais, serão de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e de 400 (quatrocentos) a 600 (seiscentos) dias-multa, se o veículo referido no caput deste artigo for de transporte coletivo de passageiros

(...)

11. Como se vê, ao contrário do que ocorria no passado (as duas últimas lei antidrogas 6.368/76 e 10.409/02) o USUÁRIO é visto como "vítima" e NÃO ESTÁ MAIS SUJEITO a penas PRIVATIVAS DE LIBERDADE (reclusão/detenção).

12. O caso do TRAFICANTE é bem diferente, pois as penalidades são SIGNIFICATIVAMENTE mais gravosas (não tanto quanto eu gostaria, mas são). **O que importa para responder à consulta é que a distribuição seja de bebida alcoólica, seja de drogas ilícitas, É CRIME (a distribuição).**

13. Sobre casamento de não-índio com mulher indígena; ingresso em terra indígena de cônjuge não indígena; cônjuge não-indígena que não respeita/reconhece o cacique como representante da comunidade; cacique que não aceita/permite a permanência de cônjuge não-indígena na comunidade. Esta consulta se resolve, TAMBÉM, com normas objetivas encontradas no próprio Estatuto do Índio (obviamente respaldado pelo Constituição Federal), vejamos:





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo nº 719/GABI/CORLIS/FUNAI/2013  
 Fls. nº \_\_\_\_\_  
 Rubrica \_\_\_\_\_

(...)  
 Dos Direitos Cíveis e Políticos

CAPÍTULO I  
 Dos Princípios

(...)

Art. 6º **SERÃO RESPEITADOS OS USOS, COSTUMES E TRADIÇÕES DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E SEUS EFEITOS, NAS RELAÇÕES DE FAMÍLIA**, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.

Parágrafo único. Aplicam-se as normas de direito comum às relações entre índios não integrados e pessoas estranhas à comunidade indígena, excetuados os que forem menos favoráveis a eles e ressalvado o disposto nesta Lei.

(...)

14. A meu ver TANTO O CASAMENTO entre índios e não-índios, QUANTO A MORADIA de não-índios (casados com indígenas) **DEPENDEM DA AUTORIZAÇÃO DA COMUNIDADE, QUE É REPRESENTADA PELO CACIQUE**. O artigo 6º do Estatuto é claro sobre a questão.

15. **Especificamente sobre o casamento o indígena PODE se casar com não-índio SEM AUTORIZAÇÃO da comunidade - representada pelo Cacique - DESDE QUE NÃO PRETENDA residir na aldeia com cônjuge não-indígena, pois neste caso a comunidade - representada pelo cacique - tem o direito de exigir o RESPEITO AOS SEUS USOS COSTUMES E TRADIÇÕES**. O ARTIGO 57 do Estatuto do Índio (apesar de tratar de matéria penal) positivou o chamado PLURALISMO JURÍDICO não sendo, portanto, de espantar que **ATÉ MESMO NAS RELAÇÕES DE FAMÍLIA os efeitos dos usos, costumes e tradições da comunidade (entre eles o respeito pelas decisões e autoridade dos caciques) SEJAM EXIGÍVEIS dos cônjuges não-índios**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-PFE-FUNAI  
 PFE-FUNAI-REGIONAL EM ITANHAÉM-SP

Memo nº 719/GAB/CORLIS/FUNAI/2013
Fls. nº _____
Rubrica _____

16. OBJETIVA E DIRETAMENTE, em princípio, afirmo que o ingresso e a permanência de não-índio (mesmo casado com índio) para residir na aldeia DEVE SER AUTORIZADO PELO CACIQUE (que representa a comunidade), assim como DEVE o não-índio RESPEITAR E SUBMETER-SE às "normas" da aldeia, uma vez que seja admitido o seu ingresso. Situações específicas deverão ser analisadas especificamente.

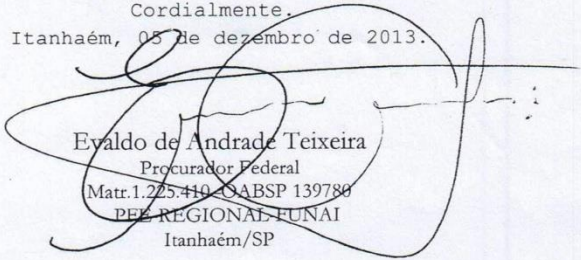
17. A "extrusão" (expulsão) de índio(a) e/ou não-índio casados ou não PODE/DEVE ser realizada/determinada pela liderança (cacique), caso haja impossibilidade de fazê-lo, por quaisquer razões ENTENDO que medidas judiciais devem ser adotadas PELA DEFENSORIA PÚBLICA FEDERAL (interdito proibitório, reintegração de posse etc., a estudar), as Polícias Federal, Civil e/ou Militar NÃO TÊM este tipo de atribuição, salvo se estiverem cumprindo MANDADO JUDICIAL.

### CONCLUSÃO

Ao fio do exposto, em linhas gerais, são estas as considerações desta PFE-REGIONAL-FUNAI acerca da consulta veiculada. Esta NOTA contém 10 (dez) folhas numeradas, todas rubricadas e, ao final, assinada pelo signatário, restitua-se ao Sr. COORDENADOR REGIONAL para o seu superior conhecimento e divulgação, se entender conveniente.

Cordialmente.

Itanhaém, 05 de dezembro de 2013.

  
 Evaldo de Andrade Teixeira  
 Procurador Federal  
 Matr. 1.225.410-0/ABSP 139780  
 PFE REGIONAL FUNAI  
 Itanhaém/SP



**CADERNO DE FOTOGRAFIAS****Roça da família Caetano Lulu e produção de farinha de mandioca**







### Festa em comemoração ao Dia do Índio – Aldeia Tereguá









**Protesto contra a PEC 215**  
**Rodovia Marechal Rondon (SP 300) – Praça de pedágio (km 367).**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- ALMEIDA, Lígia Rodrigues de. *Os Tupi Guarani de Barão de Antonina-SP: migração, território e identidade*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2011.
- ALVES, Valdecir Ribeiro – Awá Nimoetsaidju Vlademir; Lima, Isac da Silva – konumi Mbaé kuaá; Marcolino, Danilo – Awá kwaray Djú. *Memórias e lembranças da fundação da aldeia Pyhaú*. USP/ FAE/ Secretaria do Estado de Educação/Formação Intercultural Superior dos Professores Indígenas/ TCC. São Paulo. 2008.
- ALONSO, Aurélio. Cacique assume a chefia do Núcleo da Funai de Bauru. Caderno Regional. *Jornal da Cidade*, Bauru, 19 nov 2009.
- \_\_\_\_\_. Indígenas de Araribá vão participar da mobilização nacional em Brasília. Caderno Regional. *Jornal da Cidade*, Bauru, 10 mai 2016.
- AMOROSO, Marta Rosa. Nimuendajú às voltas com a história. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, V. 44, nº 2, 2001, pp. 173-185.
- BERTONCINI, Alzira Politi. *Estrutura e dinâmica de uma área perturbada na terra Indígena Araribá, Avaí (SP): implicações para o manejo e a restauração florestal*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.
- BITTENCOURT, Circe Maria. *A história do povo Terena*. / Circe Maria Bittencourt, Maria Eliza Ladeira. – Brasília: MEC, 2000.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 40, set/dez 2000, pp. 213-230.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Parecer sobre os critérios de identidade étnica”. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP. 1986. (pp.113-119).
- \_\_\_\_\_. *Os direitos do índio*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARVALHO, Edgard de Assis. *As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CEDI. Povos Indígenas no Brasil 1987 / 88 / 89 / 90. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1991.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.
- COELHO, Márcio Oliveira de Castro. “Enoré e o mito de criação do povo Paresi”. *Jornal De Olho nos Bairros*. Cultura Indígena. Bauru, maio 2003. p.13.
- COSTA, Samuel Douglas Farias. Conexões guarani e etnográficas: reflexões a partir de uma etnografia com indígenas na cidade de Maringá. *Jornadas Antropológicas John Monteiro*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, novembro 2015.
- DANAGA, Amanda Cristina. *Os Tupi, os Mbya e os outros: um estudo etnográfico da Aldeia Renascer - Ywyty Guaçu*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2012.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2004.
- DINIZ, Edson Soares. Araribá: uma reserva indígena em São Paulo. *Boletim do Museu do Índio: antropologia*, Rio de Janeiro (5): 1-16, set., 1976.
- \_\_\_\_\_. *Dependência e Destino: os Guarani e os Terena do Araribá*. Tese do Curso de Livre docência, na disciplina de antropologia, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília, 1976.
- \_\_\_\_\_. Uma reserva indígena no centro-oeste paulista – aspectos das relações interétnicas e intertribais. *Coleção Museu Paulista/Série de Etnologia*, volume 3. Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. Os Guarani e os Terena da Reserva Indígena de Araribá. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, n. 21, pp. 7-16, 1979.
- FRANCO, Patrik Thames. *Os Terena, seus antropólogos e seus Outros*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2011.
- GRASSI, Leila Gasperazzo Ignatius. *Arari'wa: escola na mata: Desvendando a Educação Escolar Indígena*. 1ª. Ed. São Paulo: Livre Expressão, 2012.
- GOW, Peter. *Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia*. Oxford Studies in Social and Cultural Anthropology. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. Ex-cocama: identidades em transformação na Amazônia Peruana. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 9/1, p. 57-79, 2003.
- \_\_\_\_\_. Aculturação é um objeto legítimo da antropologia. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 54 nº 1, 2011.
- HORTA BARBOSA, Luiz Bueno. Relatório dos trabalhos realizados pela Inspetoria do SPI/LTN em São Paulo, durante o ano de 1916. *Revista do Museu Paulista*, n.s.; 8: 59-64, 1954.

- JESUS, Naine Terena de. *Kohixoti-Kipaé, a Dança da Ema – Memória, resistência e cotidiano Terena*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Artes da UNB. Brasília, 2007.
- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- LADEIRA, Maria Inês. *Espaço Geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Estudo Etnoecológico da Terra Indígena Araribá na Área de Influência da Linha de Transmissão 525kV Londrina-Araraquara*. Relatório Final. Rio de Janeiro: ATE Transmissora de Energia S.A./Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente. Jan 2006.
- LOSNAK, Sergio Ricardo. Re-Significação da Identidade Cultural dos Terêna de Ekeruá: uma abordagem da produção cultural subalterna. *VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador – Bahia, maio 2010.
- LOURENÇO, Marília Sene de. *A presença dos antigos em tempos de conversão: etnografia dos Kaingang do oeste paulista*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2011.
- LUCIANO, Gerssem José dos Santos. Antropologia Indígena: o caminho da descolonização e da autonomia indígena. *Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, Bahia, junho 2008.
- MAINARDI, Camila. *Construindo proximidades e distanciamentos: etnografia tupi guarani da Terra Indígena Piaçaguera/SP*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Desfazer e refazer coletivos: o movimento Tupi Guarani*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2015.
- MELIÀ, Bartolomeu. A Terra Sem Mal dos Guarani. Economia e Profecia. *Revista de Antropologia*. 33 (33-46). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.
- MONTEIRO, John Manuel et al. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu Editora Ltda. 1984.
- NIMUENDAJU, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. Apontamentos sobre os Guarani por Nimuendajú. Tradução e notas de Egon Schaden. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 8, p. 9-11, 1954.
- \_\_\_\_\_. “Nimongaraí”, *Mana*, vol. 7(2): 143-49, 2000.
- \_\_\_\_\_. Mapa Etno-Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

- NUNES, Eduardo S. De corpos duplos: mestiçagem, mistura e relação entre os Karajá de Buridina (Aruanã-GO). *Cadernos de campo da USP*. São Paulo, n. 19, pp. 113-1345, 2010.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de & PEREIRA, Levi Marques. *Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de & PEREIRA, Levi Marques. *Terra indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012.
- PASSOS, Lilianny Rodriguez Barreto dos. *Associações Indígenas: um estudo das relações entre Guarani e Terena na Terra Indígena de Dourados – MS*. Curitiba: UFPR, 2007.
- PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: as formas organizacionais, territorialização da identidade étnica*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.
- \_\_\_\_\_. A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS. *Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs*. GT21 Metamorfoses do rural contemporâneo. Caxambu – MG, 2014.
- PGAT. Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Araribá. *Ecology Brasil/ Comissão Pró-Índio do Acre*. São Paulo, Dez 2011.
- POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- RANGEL, Lúcia Helena. Vida em reserva. In: (Vários autores). *Índios no estado de São Paulo: Resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu, Comissão Pró-Índio, pp. 83-122, 1984.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 4a. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- SÁEZ, Oscar Calávia. Nawa, Inawa. In: *Ilha*, Florianópolis v.4, n.1, pp. 35-57, 2002.
- SANT’ANA, Graziela reis de. *História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena*. Campinas, SP: [s. N.], 2010.
- SANTILLI, Paulo José Brando. Antropologia e o reconhecimento dos direitos históricos indígenas. *Fórum da Diversidade e Igualdade: Cultura, Educação e Mídia*. UNESP/FAAC. Bauru/SP, 2007.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo, EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.



- \_\_\_\_\_. *Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural das tribos índias em contato com o mundo dos brancos*. Tese apresentada para a Cadeira de Antropologia da FFLCH-USP, São Paulo, 1964.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a vida e a obra de Curt Nimuendajú. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. Vol. 15 e 16, 1967-68, pp. 77-89.
- SEBASTIÃO, Irineu. *Mito de origem do povo Terena: história ilustrada da cultura Terena*. Bauru, SP: Autor, 2016.
- SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 2-19, 1979.
- SILVA, Fernando Altenfelder. Mudança cultural Terena. *Revista do Museu Paulista*, n.s.; São Paulo, 3: 271-379, 1949.
- STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- STUCCHI, Deborah; AMORIM, Elaine Teixeira de. *Laudo Pericial Antropológico N° 101/2011. Imputabilidade – Índios*. Reserva Araribá (Avaí/SP). São Paulo e Brasília, dez. 2011.
- SZTUTMAN, Renato. *O Profeta e o Principal: A Ação Política Ameríndia e Seus Personagens*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.
- TIDEI DE LIMA, João Francisco. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. Dissertação de Mestrado em História Social – FFLCH/USP, São Paulo, 1978.
- VEIGA, Juracilda. Migrações históricas e cosmologia Guarani. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 5, n. 1, jan-jun., 2013, pp. 49-80.
- VEIGA, Juracilda; AZEVEDO, Marta M. A.; COLMAN, Rosa S. Reocupando territórios, a expansão dos Guarani no Estado de São Paulo. In Marta M. Azevedo Amaral & Rosana Baeninger (orgs), *Povos indígenas: mobilidade espacial*. Campinas: NEPO-Unicamp, 2013, pp.71-82.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Nimuendajú e os Guarani. In NIMUENDAJÚ, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani*, São Paulo, Hucitec, 1987.
- \_\_\_\_\_. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, v.1, Antropologia.
- \_\_\_\_\_. *A Inconstância da Alma Selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
- WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

### BLOG DO MERCIO: ÍNDIOS, ANTROPOLOGIA, CULTURA

<http://merciogomes.blogspot.com.br/2008/01/xar-o-indigenista-de-corao.html>

(Consultado em Março 2015)

### BLOG ALDEIA EKERUÁ

<http://familiaekerua.blogspot.com.br>

(Consultado em Maio 2015)

### CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

<http://www.cati.sp.gov.br/new/ultimas.php?ID=742>

(Consultado em Março 2015)

### CIDADES PAULISTAS

<http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/07-bauru.htm>

(Consultado em Junho 2015)

### FAAC – UNESP/BAURU

[http://www4.faac.unesp.br/extensao/forum/textos\\_forum/paulosantili.html](http://www4.faac.unesp.br/extensao/forum/textos_forum/paulosantili.html)

(Consultado em Maio 2015)

### INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

<http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/3599>

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1045>

(Consultado em Junho 2015)

### SECRETARIA DE HABITAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

[http://www.cdhu.sp.gov.br/programas\\_habitacionais/provisao\\_de\\_moradias/moradia\\_indigena.asp](http://www.cdhu.sp.gov.br/programas_habitacionais/provisao_de_moradias/moradia_indigena.asp)

(Consultado em Agosto 2015)